

Fernanda Elena de Barros Reis

**A PERDA DA SUBIDA DE CLÍTICO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: SÉCULOS XIX E XX**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
como um dos requisitos para obtenção do Título de
Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Maria Lazzarini Cyrino

CAMPINAS
Fevereiro, 2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

R277p

Reis, Fernanda Elena de Barros.

A perda de subida de clítico no português brasileiro - séculos XIX e XX / Fernanda Elena de Barros Reis. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador : Sonia Maria Lazzarini Cyrino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Clíticos. 2. Gramática comparada e geral - Auxiliares. 3. Língua portuguesa - Brasil. 4. Mudança linguística. I. Cyrino, Sonia Maria Lazzarini. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: The loss of clitic climbing in Brazilian Portuguese - 19th and 20th centuries.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Portuguese language – clitic; Grammar, Comparative and general – Auxiliaries; Portuguese language – Brazil; Linguistic change .

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

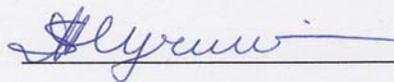
Banca examinadora: Profa. Dra. Sonia Maria Lazzarini Cyrino (orientadora), Prof. Dr. Christoph Hanns Reintges e Profa. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves. Suplentes: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar.

Data da defesa: 21/03/2011.

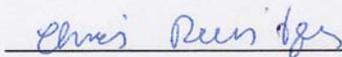
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

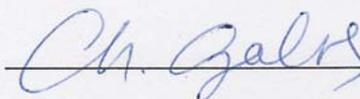
Sonia Maria Lazzarini Cyrino



Christoph Hanns Reintges



Charlotte Marie Chambelland Galves



Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Juanito Ornelas de Avelar

IEL/UNICAMP
2011

AGRADECIMENTOS

O caminho da pesquisa é envolvente, deslumbrante. Mas é, também, árduo. Só o superamos com a ajuda de pessoas que confiam em nossa capacidade, que nos alimentam com seu conhecimento, que nos escutam, que nos apóiam, que nos inspiram. Com gente assim, o caminho fica muito mais leve. Portanto, nada mais justo que dedicar algumas páginas para agradecer essas pessoas.

Este trabalho só foi possível pela oportunidade que a minha orientadora, Sonia Cyrino, me ofereceu já na época de graduação e por toda confiança que, desde então, depositou em mim. A ela também agradeço enormemente a paciência, dedicação, disponibilidade e conselhos oferecidos durante sua orientação.

Agradeço também aos professores Charlotte Galves e Christoph Reintges, por aceitarem participar da banca e lerem este trabalho e aos professores Juanito Avelar e Zenaide Carneiro, por aceitarem participar da banca como suplentes. Ao Juanito e à Charlotte agradeço, ainda, a participação na banca de qualificação, pelas importantes sugestões que me deram então.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Linguística do IEL com quem fiz matérias durante o mestrado: Maria Bernadete Abaurre, Maria Filomena Sândalo, Ruth Lopes, Tania Alkmim e Vandarsi Sant'Ana Castro.

Aos professores Maria Aparecida Torres-Morais e Francisco Ordoñez, pelas e sugestões para este trabalho.

A Aline Rodero, Aroldo de Andrade, Marcus Lunguinho e ao professor Marcelo Módolo, pela atenção na resposta aos meus e-mails e envio de materiais.

Aos funcionários do IEL, sempre muito prestativos.

A CAPES, pelo auxílio financeiro.

A Sílvia Barreto Luz, pela intuição em dados do PB e toda disponibilidade quando precisei.

A Miria Buglia, pelo acompanhamento e ajuda que me oferece desde 2005.

Aos meus colegas de pós, especialmente a Maria Luísa, pela força que me deu quando estava insegura com um trabalho, lá no primeiro semestre.

Voltando um pouco no tempo, agradeço também a meus amigos da época de graduação que continuaram a me dar força nessa fase de pós. Especialmente, a Raquel, minha grande amiga funcionalista e companheira de congressos, e aos dos “kbeçudos” e aos “queimadores de bigode”, que sempre me divertiram e apoiaram.

Voltando mais tempo ainda, agradeço aos amigos de colégio que continuam em minha vida e estiveram sempre por perto no período de mestrado. As idas ao *mag dog* e ao *apê* da Ana e da Pamy sempre me ajudaram a desestressar nas épocas mais difíceis.

Minha família também merece um grande agradecimento, pois sempre me deu muito apoio. Seja meu irmão, Filipe, sempre consertando meu computador, ou meu pai, José Antonio, sempre levando meu carro pra consertar, ou minha mãe, Aparecida, sempre muito companheira (entre tantas outras coisas). Minha tia, Vera Lúcia, também deve receber um grande agradecimento por todo apoio nesse período de pós e ainda pelo exemplo de força que me deu ao vencer um câncer de ovário. Não posso deixar de agradecer também meus outros tios, Toninho, Marcos, Marise e Paulo, e meus avós, Angélica, Antonio e José Benedicto, por sempre confiarem em mim e tentarem me acalmar nos momentos de desespero.

Agradeço também a minha avó Maria Augusta e a meu eterno amigo Leandro Minussi (*in memoriam*), que sempre foram um exemplo de dedicação (especialmente aos estudos) para mim e, mesmo não estando mais entre nós, tenho certeza que continuam me protegendo de onde quer que estejam.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço a Deus, por tudo.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a perda de subida de clítico no português brasileiro (PB) do século XIX até a primeira metade do século XX, bem como alguns estudos presentes na literatura para dar conta desse fenômeno a partir de uma análise formal e inserida no quadro teórico da Gramática Gerativa, observando como eles podem ser aplicados para os dados do PB. Por “subida de clítico” deve-se entender casos em que se tem, em uma construção com dois ou mais verbos, um clítico ligado a um verbo que não lhe atribuiu papel temático. As línguas românicas, em geral, apresentam tal fenômeno. O PB, no entanto, o perdeu, a não ser no caso da construção passiva. Para Gonçalves (1996), a obrigatoriedade de subida de clítico é uma propriedade que todo auxiliar deve apresentar, pelo menos no português europeu. Estudos sobre a auxiliaridade no PB (como Lunguinho, 2009; Corso, 2002) não consideram tal propriedade, uma vez que se perdeu a subida de clítico. Assim, seus resultados diferem, em partes, daquele de Gonçalves (1996). Procuramos, então, investigar o que a subida de clítico pode revelar sobre a estrutura das construções dos auxiliares tanto do PB como de outras línguas que apresentam o fenômeno. Cyrino (2009) propõe que a subida de clítico se dá, nas línguas românicas, porque há o movimento de um XP para a posição de especificador da projeção do verbo auxiliar. Segundo a autora, o PB teria perdido tal movimento, uma vez que se perdeu o contexto que o permitia – um T não-finito transparente, que teria sido reanalisado. Ao analisarmos as diferenças entre o particípio da construção passiva e o da construção de tempo composto, propomos que este tem T não-finito, enquanto, aquele, não. Assim, se explicaria o fato de a passiva ainda permitir subida de clítico no PB atual. A questão da perda da subida de clítico foi, também, observada a partir da perspectiva diacrônica. Apesar de os estudos sobre a diacronia da posição de clítico no PB apresentarem resultados por “grupos verbais” (como Cyrino, 1996; Pagotto, 1992; Carneiro, 2005; Nunes, 2009), tais construções são analisadas de forma geral ou, quando apresentam resultados mais detalhados, são divididas (i) ou a partir de noções diversas de auxiliaridade (ii) ou, então, por forma do verbo principal (infinitivo, gerúndio ou particípio), o que pode não ser tão revelador, uma vez que, no PB atual, a construção passiva ainda permite subida de clítico, apesar de a construção de tempo composto não a permitir. Neste estudo, encontramos somente um caso de clítico que poderia ser proclítico ao verbo principal em uma construção passiva (mas o dado é ambíguo), enquanto, para os outros tipos de construções, o clítico nessa posição, de forma geral, vai aumentando a cada período. Isso poderia reforçar a idéia de que a mudança que causou a perda de subida de clítico no PB não afetou a passiva, provavelmente porque essa construção não teria um T não-finito (e os casos de não-alçamento na passiva deveriam ser explicados, então, por outra mudança).

Palavras-chave: subida de clítico, clíticos, auxiliares, português brasileiro, mudança linguística.

ABSTRACT

This work presents a study on the loss of clitic climbing in Brazilian Portuguese (BP) from the 19th to the first half of the 20th century, as well as studies on the generative literature about this phenomenon, observing how they can be applied for BP data. “Clitic climbing” is when a clitic is not attached to the verb that assigns its theta role. Romance languages, in general, have that phenomenon; BP, on the other hand, have lost it, except for passives, that still allow clitic climbing. For Gonçalves (1996), obligatory clitic climbing is one of the properties that all auxiliaries must have, at least in European Portuguese. Studies on BP auxiliaries don’t consider that property, given that clitic climbing was lost. In that way, their results are different from Gonçalves (1996)’s. In this study, we investigate what clitic climbing could tell us about the structure of BP and other Romance auxiliaries. Cyrino (2009) argues that clitic climbing is the result of XP movement to the specifier of V (auxiliary). According to her, BP’s loss of clitic climbing is due to the lack of this movement, since the context that allowed it was lost. If this context is a non-finite T, then the reanalysis of this projection is related to that loss. By analyzing the differences between the participle of passives (*ser* + participle) and perfects (compound tenses, *ter* + participle), we argued that the latter has a non-finite T, while the former doesn’t. Thus, we have an explanation for the fact that only the passive, in BP, shows clitic climbing. We also studied the loss of clitic climbing in a diachronic perspective. Even though studies about the clitic position in the history of BP show results for “verbal groups” (Cyrino, 1996, Pagotto, 1992, Carneiro, 2005 e Nunes, 2009), such constructions are either analyzed in a general way or, when the results are more detailed, they are divided (i) based on different notions of what an auxiliary is or (ii) based on the form of the main verb (infinitive, gerund or participle). This may not be so revealing, since the passive still shows clitic climbing, while the perfect doesn’t. In this study, we only found one sentence with the clitic in a position that is ambiguous (so it could be proclisis to the main verb) in a passive, while, for other kinds of constructions, the data for clitic in proclisis to the main verb increases each period. This fact could be understood as an argument for the idea that the change that caused the loss of clitic climbing in BP did not affect the passive, probably because of its lack of a non-finite T projection, and the cases of non-climbing in such construction should be explained by other kinds of change.

Keywords: clitic climbing, clitic, auxiliaries, Brazilian Portuguese, linguistic change.

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PCI	Português clássico
NURC	Norma Linguística Culta Urbana
X	Núcleo
X'	Projeção intermediária
XP	Sintagma
T	Tempo (<i>tense</i>)
cl	Clítico
V	Verbo
C	Complementizador
Asp	Projeção aspectual
S	Tempo/momento de enunciação
R	Tempo/momento de referência
E	Tempo/momento de evento
N	Nome
AST	<i>Assertion time</i>
D	Determinante
v	Verbalizador
Spec	Especificador
Infl	Flexão
Agr	Concordância
DS	Estrutura profunda
SS	Estrutura superficial
Inf	Infinitivo
Part	Particípio
TSC	<i>Tensed S Condition</i>
SSC	<i>Specified Subject Condition</i>
EF	<i>Edge feature</i>
CB	Cartas Brasileiras
CAA	Cartas escritas por Álvares de Azevedo
PHPB	Projeto Para a História do Português Brasileiro
CPBNRJ	Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CB	Cartas Brasileiras
CPM	Cartas da família Pedreira-Magalhães
CPLA	Correspondência ativa e passiva de Alarico Land Avelar
C30	Cartas do “Casal anos 30”
CMB	Cartas a Manuel Bandeira, por Mario de Andrade

LISTAS

Lista de Figuras

Figura 1: Movimento dos clíticos na língua galega	60
Figura 2: Movimento dos clíticos no francês	61
Figura 3: Posição na sentença para cada tipo de pronome.	66

Lista de Quadros

Quadro 1: O paradigma pronominal do PB (norma culta)	8
Quadro 2: Estado atual da realização de pronomes clíticos no PB contemporâneo.....	9

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tipo de realização, por traço semântico [\pm humano]	10
Tabela 2: Distribuição da subida de clítico com verbos de reestruturação em PCl.....	13
Tabela 3: Subida de clítico em PCl de acordo com o contexto sintático.	14
Tabela 4: Pronome proclítico ao verbo principal em locução verbal estrutura matriz (root).....	15
Tabela 5: Posição do clítico em presença de partícula atrativa	15
Tabela 6: Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal	16
Tabela 7: Colocação de clíticos em grupos verbais por tipo de estrutura em CB. Por data de produção.	18
Tabela 8: Posição do clítico – resultados gerais.....	99
Tabela 9: Posição do clítico (resultados gerais): subida de clítico <i>versus</i> posição do clítico no caso de não subida (com soma dos casos ambíguos com os casos de próclise ao verbo principal).....	100
Tabela 10: Resultados por tipo de verbo do grupo de tempo composto.	101

Tabela 11: Resultados por tipo de clítico no grupo de tempo composto.....	102
Tabela 12: Resultados para o grupo de tempo composto por data de produção.	103
Tabela 13: Resultados para o grupo de tempo composto por data de nascimento.	105
Tabela 14: Resultados por tipo de verbo do grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.....	106
Tabela 15: Resultados por tipo de clítico grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.....	106
Tabela 16: Resultados para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de produção.....	107
Tabela 17: Resultados para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de nascimento.	108
Tabela 18: Resultados por tipo de verbo do grupo de verbo de futuro e movimento.	109
Tabela 19: Resultados por tipo de clítico no grupo de temporais e de movimento.....	110
Tabela 20: Resultados para os temporais e de movimento por período de produção.	111
Tabela 21: Resultados para os temporais e de movimento por período de nascimento.	112
Tabela 22: Resultados por tipo de verbo do grupo dos modais.....	113
Tabela 23: Resultados por tipo de clítico no do grupo dos modais.....	113
Tabela 24: Resultados para o grupo dos modais por período de produção.	114
Tabela 25: Resultados para o grupo dos modais por período de nascimento.....	115
Tabela 26: Resultados por tipo de verbo do grupo de aspectuais seguidos de preposição.....	116
Tabela 27: Resultados por tipo de clítico para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição.	117
Tabela 28: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de produção.	118
Tabela 29: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de nascimento.....	119
Tabela 30: Resultados por tipo de verbo de predicado complexo.....	120
Tabela 31: Resultados por tipo de clítico nas construções com verbo de predicado complexo.....	120
Tabela 32: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de produção.....	121
Tabela 33: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de nascimento.....	122
Tabela 34: Resultados para passiva de acordo com o período de produção.....	124

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Resultados por tipo de clítico no grupo de tempo composto.	102
Gráfico 2: Resultados de subida de clítico para o grupo de tempo composto por data de produção.	104
Gráfico 3: Resultados de subida de clítico para o grupo de tempo composto por data de nascimento.	105
Gráfico 4: Resultados por tipo de clítico grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.	107
Gráfico 5: Resultados de subida de clítico para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de produção.	108
Gráfico 6: Resultados de subida de clítico para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de nascimento.	109
Gráfico 7: Resultados por tipo de clítico no grupo de temporais e de movimento.	110
Gráfico 8: Resultados para os temporais e de movimento por período de produção.	111
Gráfico 9: Resultados para os temporais e de movimento por período de nascimento.	112
Gráfico 10: Resultados por tipo de clítico no do grupo dos modais.	113
Gráfico 11: Resultados para os modais por período de produção.	114
Gráfico 12: Resultados para o grupo dos modais por período de nascimento.	115
Gráfico 13: Resultados por tipo de clítico para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição....	117
Gráfico 14: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de produção.	118
Gráfico 15: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de nascimento.	119
Gráfico 16: Resultados por tipo de clítico nas construções com verbo de predicado complexo. ..	121
Gráfico 17: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de produção.	122
Gráfico 18: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de nascimento	123
Gráfico 19: Resultados de clítico em posição inovadora por data de produção.	126

Gráfico 20: Resultados de subida de clítico por data de produção.....	127
Gráfico 21: Resultados de clítico em posição inovadora por data de nascimento	127
Gráfico 22: Resultados de subida de clítico por data de nascimento	128
Gráfico 23: Resultados por tipo de clítico.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	7
1.1 A posição do clítico em grupos verbais no PB atual	8
1.2 A posição do clítico em grupos verbais no português: estudos diacrônicos	12
1.2.1 Periodização e origem do PB	12
1.2.2 Do PA ao PE	13
1.2.3 Estudos diacrônicos voltados ao PB	14
1.2.4 As gramáticas em competição nos dados de textos escritos no Brasil no século XIX.....	19
1.3 Resumo.....	22
CAPÍTULO 2 - VERBOS AUXILIARES E PREDICADOS COMPLEXOS	25
2.1 A auxiliaridade no português.....	27
2.1.1 Um só Sujeito.....	30
2.1.2 Não seleção de Sujeito	30
2.1.3 Impossibilidade de co-ocorrência com orações completivas finitas.....	31
2.1.4. Impossibilidades de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos	32
2.1.5 Passiva sem modificação de sentido	32
2.1.6 Possibilidade de combinação com qualquer classe aspectual	32
2.1.7 Impossibilidade de negação da forma nominal.....	33
2.1.8 Pronominalização.....	34
2.1.9 Subida de clítico.....	34
2.1.10 Os verbos auxiliares e os formadores de predicado complexo.....	35
2.2 A estrutura das construções com auxiliares.....	36

2.2.1	Auxiliaridade e mono-oracionalidade	36
2.2.2	Auxiliar como verbo funcional e a hierarquia de núcleos.....	42
2.2.3	Auxiliares com estruturas bioracionais	44
2.3	Resumo.....	54
CAPÍTULO 3 - A SUBIDA DE CLÍTICO		57
3.1	A natureza do clítico pronominal e seu estatuto	57
3.1.1.	Clíticos fortes e clíticos fracos	58
3.1.2.	Deficiência e tipologia dos pronomes	64
3.1.3	Discussão.....	68
3.2	Análises para a subida de clítico.....	69
3.2.1	A regra de reestruturação	69
3.2.2	Incorporação e movimento de núcleo	76
3.2.3	Discussão.....	86
3.3	Resumo.....	88
CAPÍTULO 4 - O ESTUDO EMPÍRICO		91
4.1	O corpus.....	92
4.2	Os fatores	92
4.2.1	Fatores intralingüísticos	94
4.2.2	Fatores extralingüísticos.....	98
4.3	Resultados.....	99
4.3.1	Resultados para os verbos de tempo composto	101
4.3.2.	Resultados para os verbos aspectuais seguidos de gerúndio.....	106
4.3.3	Resultados para os verbos de futuro e de movimento.....	109
4.3.4	Resultados para os verbos modais.....	112

4.3.5 Resultados para os verbos aspectuais seguidos de preposição.....	116
4.3.6 Resultados para os verbos de predicado complexo.....	119
4.3.7 O caso da passiva.....	123
4.4 Discussão dos resultados	125
4.5 Resumo.....	132
CONCLUSÃO.....	135
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre a perda de subida de clítico no português brasileiro (PB) do século XIX até a primeira metade do século XX, tendo como *corpus* cartas particulares e pessoais escritas nesse período. Além disso, apresentamos alguns estudos presentes na literatura para dar conta desse fenômeno a partir de uma análise formal e inserida no quadro teórico da Gramática Gerativa, observando como eles podem ser aplicados para os dados do PB.

Por “subida de clítico” (*clitic climbing* ou, também, “alçamento de clítico”) deve-se entender casos em que se tem, em uma construção com dois ou mais verbos, um clítico ligado a um verbo que não lhe atribuiu papel temático. Assim, nos exemplos a seguir, do português europeu (PE),

- (1) a. O João pode visitar-me hoje.
b. O João pode-me visitar hoje.
c. O João não me pode visitar hoje.¹
- (2) a. *Este livro tem agradado-me.
b. Este livro tem-me agradado.
c. Este livro não me tem agradado.

vemos que o clítico é objeto do verbo no infinitivo *visitar*, e não do verbo modal *poder*. Em (1a), o clítico está ligado, portanto, ao verbo que lhe atribuiu papel temático. No entanto, em (1b,c), o clítico aparece ligado ao verbo modal *poder*, que não apresenta nenhuma relação temática direta com *me*. Note que, em (1), o clítico pode se ligar a ambos os verbos. Já em (2), o clítico *me*, que é objeto de *visitar*, só pode aparecer ligado ao verbo *ter*, sendo, assim como *poder* do exemplo (1), que este verbo e o clítico não

¹ No PE, a posição do clítico em relação ao verbo é à sua direita (ou seja, ênclise) a não ser que haja algum elemento desencadeador de próclise (clítico à esquerda do verbo), como quando se tem uma oração negativa (no caso do exemplo, com *não*).

têm relação temática entre si. Assim, em PE, a subida de clítico é opcional quando o verbo principal² está no infinitivo, mas obrigatória quando o verbo principal está no particípio.

Além disso, não são todas as construções com verbo principal no infinitivo que permitem subida de clítico em PE. Observe o contraste ente (3) e (4)³:

- (3) a. As crianças costumam apreciá-lo.
- b. As crianças costumam-no apreciar.
- c. As crianças não o costumam apreciar.
- (4) a. As crianças parecem apreciá-lo.
- b. *As crianças parecem-no apreciar.
- c. *As crianças não o parecem apreciar.

As línguas românicas como o italiano e o espanhol também apresentam o fenômeno de subida de clítico e este se comporta, nessas línguas, de forma semelhante ao PE, ou seja, o açamento é obrigatório quando se tem o verbo principal no particípio, opcional com uma classe de verbos que selecionam verbo principal no infinitivo (em geral, modais, aspectuais e de movimento, cf. Rizzi, 1982) e impossível com certos verbos que selecionam infinitivo.

O francês, no entanto, perdeu a possibilidade de subida de clítico com a classe de verbos seguidos de infinitivo que permitem a subida de clítico nas outras línguas românicas, como se pode ver em (5). Apesar disso, no caso das construções com os chamados “auxiliares”, como a do *passé composé*, o clítico continua aparecendo ligado ao verbo auxiliar, e não ao verbo no particípio (sendo que este é que lhe atribui papel temático), como mostra o exemplo (6).

² Na tradição gramatical do português, o verbo que aparece na forma nominal (particípio, gerúndio e infinitivo), selecionado por outro verbo, é comumente chamado de “verbo principal”. Em outras línguas, como o inglês, é o verbo que seleciona a forma nominal que é chamado de principal (“*main verb*”). Neste trabalho, sigo a tradição do português e chamo o verbo na forma nominal, atribuidor de papel temático a objetos e sujeito, de “verbo principal”. O verbo que seleciona a forma nominal será, por vezes, chamado de “verbo regente”, seguindo de Andrade (2010).

³ Estes exemplos foram desenvolvidos com base nas informações sobre possibilidade de subida de clítico que Gonçalves (1996) apresenta para diversos verbos do PE.

- (5) a. Nous voulons te voir.
Nós queremos te ver.
b. *Nous te voulons voir.
Nós te queremos ver.

URIAGEREKA, 1995:106, (26)

- (6) a. Ils m’avaient certainement vu au Calçada.
Eles me’tinham certamente visto no Calçada.
b. * Ils avaient certainement me vu au Calçada.
Eles me’tinham certamente visto no Calçada.

DUARTE, MATOS E GONÇALVES 2005:134 (60), (61)

Como vimos, é justamente com as construções desse tipo (6) que, no italiano, espanhol e PE o clítico deve obrigatoriamente ser alçado para o verbo “auxiliar”, não podendo, assim, permanecer ligado ao verbo no particípio, assim como no caso do francês.

Esse é um dos motivos que levam diversos autores a chamar verbos do tipo de *ter* que seleciona particípio como “auxiliares”, enquanto os outros verbos (que selecionam verbo principal no infinitivo) seriam “menos” auxiliares, ou mesmo excluídos da classe. É, por exemplo, a proposta de Gonçalves (1996), que considera somente os verbos *ter* e *haver* seguidos de particípio como verdadeiros auxiliares. A autora propõe sete propriedades que um verdadeiro auxiliar deve apresentar e uma delas é a obrigatoriedade de subida de clítico. É somente essa propriedade que os verbos de perífrase de tempo futuro (como é o caso do *ir* seguido de infinitivo) não apresentam e ficam, por isso, excluídos da classe (apesar de considerados “semi-auxiliares” por Gonçalves e Costa, 2002), o que leva a autora a propor que as construções de *ter* seguido de particípio apresentam uma estrutura diferente daquelas de *ir* seguido de infinitivo.

O PB, assim como o francês, se distancia do PE, do italiano e do espanhol, uma vez que não apresenta possibilidade de subida de clítico em grupos verbais com o verbo temático no infinitivo, como se pode ver em (7):

- (7) O João pode me visitar hoje.

Além disso, se distancia também do francês, uma vez que o PB perdeu a subida de clítico até mesmo nas construções de *ter/haver* seguidos de participípio:

(8) Esse livro tem me agradado.

No caso da construção passiva, as possibilidades de posição do clítico variam de acordo com o faltante. Assim, há aqueles que consideram uma construção como (9a) estranha ou mesmo agramatical, preferindo (9b), enquanto outros consideram (9a) perfeitamente gramatical:

(9) a. A carta foi me enviada ontem

b. A carta me foi enviada ontem.

Assim, se aplicássemos os testes propostos por Gonçalves (1996) para o PB, não poderíamos considerar auxiliar nenhum dos verbos ou, então, desconsiderar o teste de obrigatoriedade de subida de clítico. De fato, estudos sobre a auxiliaridade no PB (como Corso, 2002 e Lunguinho, 2005, 2009) não o consideram e, assim, tanto *ter* quanto *ir* são incluídos na classe de auxiliares. Seria preciso verificar, no entanto, o que a impossibilidade de subida de clítico pode revelar sobre a estrutura desses verbos e porque se observa uma diferença entre o PB e o PE neste aspecto.

Além disso, é interessante observar a questão pela perspectiva diacrônica. Segundo Galves, Namiutti e Paixão de Souza (2006), o PB teria se originado do português médio (PM). No PM, a subida de clítico era possível (cf. Martins, 1994 e de Andrade, 2010) e, assim como no caso do PE, era obrigatória com os verbos *ter* e *haver* seguidos de participípio, mas opcional com os verbos seguidos de infinitivo. Assim, pode-se dizer que houve uma mudança do PM para o PB – este perdeu o fenômeno de subida de clítico.

Diversos estudos já foram realizados sobre a sincronia e a diacronia do PB em relação à posição dos clíticos (Pagotto, 1992, Carneiro, 2005, Pereira, 2006, entre outros). Pagotto (1992), ao observar os resultados diacrônicos sobre a posição do clítico em “grupos verbais” propõe que, talvez, os participípios sejam mais resistentes à não-subida de clíticos. Além disso, Carneiro (2005) nota, em seu *corpus* de cartas brasileiras escritas entre 1809 e 1904, que podia haver próclise ao verbo principal (ou seja, não subida de clítico) como todos os tipos de verbos, a não ser com a construção passiva, com a qual alçamento de

clítico tinha se dado em todos os casos. Como vimos, essa é a única construção que ainda pode apresentar subida de clítico no PB.

Apesar de apresentarem resultados por “grupos verbais”, estes e outros estudos não apresentam uma análise mais específica para eles, muitas vezes analisando tais construções com dois verbos de forma geral ou, quando apresentam resultados mais detalhados, eles são divididos

(i) ou por forma de verbo principal (infinitivo, particípio, gerúndio), não sendo possível avaliar, de um lado, se havia diferença entre a passiva (*ser* seguido de particípio) e o tempo composto (*ter/haver* seguidos de particípio) – que apresentam diferentes possibilidades de açamento no PB atual, como vimos; e, de outro, entre os modais (*poder, dever*), os temporais (*ir*) e os volitivos (*querer, desejar*) e verbos como *parecer* – que não apresentam as mesmas propriedades, podendo, assim, ser analisados como selecionando complementos de diferentes estruturas.

(ii) ou por alguma forma de classificação por tipo de construção, que considera noções diversas de auxiliares e, muitas vezes, incluem entre os auxiliares o tempo composto, as construções aspectuais seguidas de gerúndio, as temporais e a passiva, todas construções, como vimos, que apresentam diferentes possibilidades de colocação pronominal no PE e, no caso da última, mesmo no PB.

Assim, justifica-se o estudo empírico que apresento neste trabalho, relativo à posição do clítico em perífrases verbais do PB do século XIX-XX, e o estudo mais detalhado sobre a questão da auxiliaridade e da estrutura das construções que permitem subida de clítico nas línguas românicas como o PE.

Esta dissertação se organiza da seguinte forma:

No primeiro capítulo, apresentamos o paradigma pronominal e a posição do clítico nos “grupos verbais” no PB atual. Além disso, apresentamos o que os estudos sobre a diacronia do português revelam sobre esta última questão.

No segundo capítulo, discutimos a noção de auxiliaridade e apresentamos quais verbos serão considerados auxiliares e semi-auxiliares do PB neste estudo. Apresentamos, também, uma discussão sobre as diferentes estruturas que as construções com dois verbos podem apresentar.

No terceiro capítulo, discutimos a natureza do clítico pronominal, para que, juntamente com a discussão do segundo capítulo sobre a estrutura das construções de grupos verbais, possamos discutir as possibilidades de análise para a subida de clítico e como elas podem se aplicar para os dados do PB apresentados no primeiro capítulo.

No quarto capítulo, apresentamos os resultados do levantamento de dados relativos ao século XIX e metade do século XX e os discutimos.

Finalmente, apresentamos uma conclusão.

CAPÍTULO 1

OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O PB apresenta algumas diferenças em seu paradigma pronominal e na possibilidade de colocação de clítico em construções de verbo seguido de um verbo principal no particípio, gerúndio ou infinitivo, se comparado a outras línguas românicas.

No caso do paradigma pronominal, o PB apresenta um paradigma de pronomes clíticos reduzido (se comparado a outras línguas românicas), que não inclui a terceira pessoa, sendo que esta é realizada por uma categoria vazia ou por pronome tônico (acompanhado de preposição, no caso de dativos) (cf. Galves, 2001, entre outros).

Já no caso da posição do clítico em construções com dois ou mais verbos, como vimos na introdução, o PB se distancia do PE, do italiano, do espanhol e mesmo do francês, uma vez que não apresenta possibilidade de subida de clítico em “grupos verbais” com nenhum tipo de construção a não ser a passiva.

Os estudos diacrônicos da literatura consultada sobre a mudança da colocação do clítico na história do português, especialmente o PB, analisam de forma detalhada as possibilidades de colocação de clítico em sentenças com verbo simples. No entanto, ao tratar das sentenças com construções de “grupos verbais”, não apresentam uma análise mais específica, ou os considerando num conjunto só, ou separando por diferentes noções de auxiliaridade ou, ainda, separando somente por tipo de forma nominal do verbo principal (particípio, infinitivo e gerúndio). Como vimos na introdução, essas divisões podem apresentar diversos problemas.

Assim, apresento, neste capítulo, uma revisão sobre esses estudos, assim como aqueles sobre a posição do clítico em grupos verbais no PB atual, no português clássico (PCI) e no PE.

O capítulo se organiza da seguinte forma: na primeira seção (1.1), apresento os estudos sobre os clíticos no PB atual, me atendo principalmente naqueles que tratam da posição do clítico em “grupos verbais”; na segunda seção (1.2), apresento os estudos

diacrônicos sobre o português e as questões relacionadas com a diacronia dessa língua; finalmente, em 1.3, apresento um resumo deste capítulo.

1.1 A posição do clítico em grupos verbais no PB atual

Como vimos na introdução, os clíticos do PB, conforme diversos estudos apontam (por exemplo, Galves, 2001; Cyrino 1996; Pagotto, 1992), sempre se ligam em próclise (que é sua posição no PB), nos grupos verbais, ao verbo principal, como se pode ver em (10)-(12), pelo menos no caso dos clíticos acusativos e dativos de primeira e segunda pessoa.

(10) a. A Maria não vai **te** ligar amanhã.

b. O José ainda não pode **te** visitar.

(11) Meu vizinho não está **me** atormentando com esse barulho.

(12) O João tem **me** preocupado muito ultimamente.

Além disso, o paradigma pronominal do PB é diferente se comparado ao PE (e também a outras línguas românicas). Galves (2001), baseada no *corpus* do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), coloca o seguinte quadro:

Quadro 1: O paradigma pronominal do PB (norma culta)

	Nominativo	Acusativo	Dativo	Oblíquo
	1. eu	me	me	Mim
Singular	2. *tu/você	te/você/lhe	lhe/a você	ti/você
	3. ele (ela)	ele (ela)/o (a)	a ele (ela)	ele (ela)
	1. nós/a gente	nos/a gente	nos/a gente	nós/a gente
Plural	2. vocês	Vocês	a vocês	Vocês
	3. eles (elas)	Eles(elas)/os (as)	a eles (elas)	eles (elas)
*Uso dialetal				

Fonte: Galves, 2001:129 (tabela 3).

No entanto, os clíticos acusativos de terceira pessoa, segundo Galves (2001:141-142), não fazem parte da gramática nuclear dos falantes do PB, aparecendo então por uma “aquisição tardia”. De fato, Pereira (2006) considera somente o seguinte quadro de clíticos no PB:

Quadro 2: Estado atual da realização de pronomes clíticos no PB contemporâneo

Tipo de clítico		Pessoa gramatical					
		Singular			Plural		
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Tipo 1	acusativo	me	te, lhe				
	dativo	me	te, lhe				
	reflexivo	me (se)	te, lhe	se	se (nos)	se	Se
	recíproco				se	se	Se
Tipo 2	nominativo			se			
	ergativo			se			
Tipo 3	inerente	me (se)	te, se	se	se (nos)	se	Se
	dativo ético	me					
	dativo posse	me	te				

Fonte: Pereira, 2006:51 (quadro 3)

Cyrino (1994) mostra como o clítico de terceira pessoa foi sendo substituído pelo pronome tônico (no caso de antecedente [+animado]) ou pela categoria vazia (nos caso de antecedente [-animado]) na diacronia. Dados de aquisição da linguagem também indicam a diferença entre preenchimento e não preenchimento, como demonstra Casagrande (2006), que confirma a hipótese de Lopes e Cyrino (2005) de que essa alternância está relacionada com os traços de animacidade e especificidade do antecedente. Já Corrêa (1991) compara textos escritos e textos falados produzidos por alunos do ensino fundamental, voluntários com ensino superior e voluntários não-escolarizados (estes últimos, somente texto falado), demonstrando que os clíticos de terceira pessoa aparecem primeiramente na escrita (no caso dos alunos) e não são produzidos pelos falantes não escolarizados e pelos alunos das quatro primeiras séries. Da mesma forma, nos resultados de Duarte (1986 *apud* Corrêa, 1991), estudando dados da fala, o clítico de terceira pessoa é o menos usado, sendo que aparece mais na fala formal; além disso, a autora também nota a relação preenchimento/animacidade. Cavalcante (2005) também nota esta relação em textos da *web*, como se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 1: Tipo de realização, por traço semântico [\pm humano]

Traço semântico [+humano]				Traço semântico [-humano]			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
Pron. lexical	9	17%	.674	[cv]	77	70%	.751
Clítico	38	73%	.263	Clítico	30	27%	.179
[cv]	5	10%	.063	Pron. lexical	3	3%	.070
Total	52	100%	---	Total	110	100%	

Fonte: Cavalcante, 2005:11 (tabela 4)

Mesmo assim, os clíticos de terceira pessoa parecem apresentar algum tipo de tendência para sua colocação que não segue aquela dos outros clíticos (aqueles que fariam parte da gramática nuclear). Como Galves (2001) aponta, citando também os trabalhos de Abaurre e Galves (1996) e Figueiredo Silva (1990), a preferência para colocação do clítico de terceira pessoa é ligado em ênclise ao verbo principal se este está no infinitivo, enquanto, no caso de verbo principal no particípio ou gerúndio, a ligação se dá preferencialmente ao verbo mais alto, como se pode ver nos exemplos a seguir:

(13) a. *Não estava o vendo.

b. Não o estava vendo.

GALVES, 2001:135 (33)

c. Queria vê-lo.

GALVES, 2001:161 (39)

Schei (2003), em seu estudo sobre a colocação pronominal em textos literários contemporâneos do PB, encontra resultados semelhantes a estes apresentados acima, principalmente no caso do tempo composto e das construções seguidas de infinitivo.

Nas construções de tempo composto, enquanto se tem 100% de casos de subida de clítico quando o clítico é acusativo de terceira pessoa, nos caso dos outros pronomes os clíticos permanecem ligados ao verbo principal numa porcentagem entre 41% (*me, lhe*) e 76% (*se*), e sempre em próclise. Ou seja, enquanto a subida de clítico parece ser possível para todos os clíticos, ela é geral no caso do da terceira pessoa e, além disso, mais alta com o *se*.

No caso das construções progressivas com gerúndio, por outro lado, não se encontram casos de ênclise ao verbo principal a não ser com o clítico de terceira pessoa, correspondendo a 21% dos casos (todas de um mesmo autor), enquanto os outros 79% são

casos de próclise ao verbo mais alto. Já com os outros clíticos, a próclise ao verbo principal é a posição mais freqüente (ente 80% e 96%).

Nas construções com verbos seguidos de infinitivo (e nelas a autora inclui resultados tanto para construções modais e temporais quanto para outras construções de verbo seguido de infinitivo, como aquelas com o verbo *querer*), o clítico de terceira pessoa aparece em 93% dos casos enclítico ao verbo principal; os outros clíticos também aparecem em maior porcentagem ligados ao verbo principal, sendo que, destes casos, as porcentagens são mais altas na posição de próclise.

Quanto às construções passivas, a autora considera que a subida de clítico é que é a regra. Figueiredo Silva (1990, *apud* Carneiro 2005) e Mendes (1993, *apud* Galves 2001) também notam a possibilidade de subida de clítico nas construções passivas, bem como Kanthack (2002), que apresenta os seguintes julgamentos de gramaticalidade:

- (14) a. *Esta casa foi dada-**me** de presente.
b. *Esta casa foi **me** dada de presente.
c. ??Esta casa **me** foi dada de presente.

KANTHACK 2002:128, (34)

No entanto, há falantes do PB que consideram (13b) gramatical. Em blogs e fóruns de internet, também se encontram exemplos tanto de subida de clítico quanto de não subida:

- (15) a. “O fato é que nem todo licuri que **me foi enviado** pôde embarcar,”
(http://come-se.blogspot.com/2008_07_01_archive.html)
b. “mas acontece que ja **foi ate me enviado** o codigo de compra”
(<http://todaoferta.uol.com.br/comprar/celular-mp15-mini-hiphone-tv-java-touch-2gb-fm-2-chips-flash-HHBUV1WH7D#rmcl>)

Parece que estamos diante, então, de um caso de competição de gramáticas (no sentido proposto por Kroch, 1994): as duas sentenças seriam geradas por duas gramáticas diferentes, uma que gera sentenças como (14b) e (15b), ou seja, permite ligação do clítico com o particípio da passiva, e outra que gera (14c) e (15a); os falantes que aceitam tanto ligação do clítico ao particípio passivo quanto ligação do clítico ao verbo *ser* teriam, portanto, duas gramáticas em competição.

Desta forma, podemos perceber que, no PB atual, a posição dos clíticos que são adquiridos é próclise ao verbo principal, a não ser no caso da passiva, que parece admitir,

além desta posição, a subida de clítico. No caso dos clíticos “aprendidos” pelo processo de escolarização (clíticos acusativos de terceira pessoa), parece haver certa regularidade em seu posicionamento, mas que não segue a posição dos outros clíticos.

1.2 A posição do clítico em grupos verbais no português: estudos diacrônicos

1.2.1 Periodização e origem do PB

Segundo Galves, Namiutti e Paixão de Souza (2006), os estudos sobre a diacronia do português, inclusive aqueles que partem do quadro teórico da gramática gerativa, costumam considerar três períodos da história do português, a saber:

- Português arcaico (PA): primeiro período, e compreenderia até o século XVI.
- Português Clássico (PCI): período intermediário, compreendendo textos escritos do fim do século XVI ao século XVIII.
- Português europeu moderno (PE): a partir do século XIX até os dias de hoje.

No entanto, as autoras argumentam que esse tipo de periodização não condiz com certos aspectos fundamentais relacionados a uma abordagem Gerativa de Mudança Gramatical. Com base na proposta de Kroch (1989), as autoras consideram que a variação encontrada nos textos, especialmente do que se considera ser o PCI, não reflete uma variação na gramática, mas, sim, uma variação entre duas gramáticas. Com o surgimento de uma nova gramática, que entrará em competição com a gramática da qual surgiu sua reanálise, novas formas passarão a ser produzidas pelos falantes. Assim, é interessante e mais condizente com o quadro teórico gerativo considerar o surgimento de novas formas como o início de um novo período – ao contrário da forma como, segundo as autoras, as abordagens tradicionais o consideram, que é o desaparecimento de formas antigas.

Outra diferença na datação proposta pelas autoras está no fato de considerarem a data de nascimento do autor de um texto, e não a data em que foi escrito. O argumento é que, uma vez que a mudança na gramática se dá na sua aquisição, o mais condizente seria, então, observar a data de nascimento do autor que produz as novas formas.

Assim, a partir do surgimento de novas formas (no caso, principalmente considerando as possibilidades de posição do clítico na sentença, seja a variação

ênclise/próclise, seja em relação às possibilidades de interpolação) e da consideração da data de nascimento dos autores (em lugar da data de produção do texto), as autoras vão propor uma nova periodização para o português, que é a seguinte:

- PA: primeiros textos escritos em o português.
- Português médio (PM): a partir de meados do século XIV.
- PE: surge no início do século XVIII.

O estudo não abrange dados do PB. No entanto, as autoras consideram que sua gramática deve ter surgido a partir do PM. Assim, não se deve considerar que o PB teve origem da gramática do PE.

1.2.2 Do PA ao PE

Martins (1994) apresenta um estudo sobre a posição do clítico no português a partir do século XIII. Ao analisar os verbos de controle (os volitivos, como do tipo *querer*) e os casos de “união de oração” (que se dá com os causativos, por exemplo), a autora nota que sempre que a elevação de clítico é permitida, ela ocorre.

Já no caso de estruturas com os verbos que a autora chama de “auxiliares” seguidos de infinitivo (que seriam os modais, aspectuais e temporais), a autora nota que a colocação não varia de acordo com cada tipo de construção. Com estes verbos, a autora encontrou somente um caso em que não houve alçamento do clítico⁴.

A partir do século XVI (a se considerar a data de nascimento do autor), no entanto, a subida de clítico vai diminuindo progressivamente, como observa Andrade (2010), que apresenta os seguintes resultados por data de nascimento do autor:

Tabela 2: Distribuição da subida de clítico com verbos de reestruturação em PCI

	Ocorrências de subida		Total
	N	%	N
T1: 1500-1550	337	94,1	358
T2: 1551-1625	341	62,2	723
T3: 1626-1700	341	62,6	545
T4: 1701-1775	372	57,4	648
T5: 1776-1850	110	48,7	226

⁴ O clítico também poderia aparecer ligado ao verbo no infinitivo se o auxiliar estivesse elidido, numa construção de coordenação (p. 143).

Fonte: de Andrade, 2010:200 (tabela 20)

O autor também ressalta a relevância que o contexto sintático tem para a subida de clítico, uma vez que é quando se tem contexto de próclise que a subida de clítico apresenta as maiores porcentagens, em todos os períodos.

Tabela 3: Subida de clítico em PCI de acordo com o contexto sintático.

	T1	T2	T3	T4	T5
Próclise categórica	96%	90%	69%	67%	67%
Variação	92%	70%	51%	38%	27%
Ênclise obrigatória	60%	44%	20%	13%	22%

Fonte: de Andrade, 2010:201 (tabela 21)

Além disso, acrescenta que a ênclise ao verbo regente é uma opção marginal, e a variação realmente se dá entre próclise ao verbo regente e ênclise ao verbo principal, sendo que o mesmo pode ser dito em relação ao PE. Os resultados do autor ilustram tal fato, uma vez que, em contexto de próclise, houve subida em 54% dos casos, enquanto, em contexto de ênclise, o clítico foi alçado numa porcentagem de somente 14%.

Assim, é possível dizer que a posição do clítico passou de alçamento praticamente categórico no PA para uma progressiva diminuição durante o PCI, até o PE. Além disso, tanto em PCI quanto em PE, o contexto de colocação do clítico (contexto de ênclise ou contexto de próclise) sempre teve influência nos resultados de alçamento.

1.2.3 Estudos diacrônicos voltados ao PB

Cyrino (1996) observou, em seu *corpus* composto de peças de teatro do século XVIII ao século XX escritas por brasileiros, que a próclise ao verbo principal aumenta no decorrer do tempo, considerando construções do tipo “auxiliar” + infinitivo, “auxiliar” + gerúndio e “auxiliar” + particípio, mesmo quando há partícula atrativa, conforme tabelas abaixo:

Tabela 4: Pronome proclítico ao verbo principal em locução verbal estrutura matriz (root)

1ª met. Séc. XVIII	0%
1ª met. Séc. XIX	7,7%
2ª met. Séc. XIX	17,6%
1ª met. Séc. XX	52,9%
2ª met. Séc. XXa	63,6%
2ª met. Séc. XXb	100%

Fonte: Cyrino, 1996:169 (tabela 5)

Tabela 5: Posição do clítico em presença de partícula atrativa

	NEG/CP cl “AUX” V	NEG/CP “AUX” cl V
1ª met. Séc. XVIII	100%	0%
1ª met. Séc. XIX	87,5%	12,5%
2ª met. Séc. XIX	90%	10%
1ª met. Séc. XX	0%	100%
2ª met. Séc. XXa	20%	80%
2ª met. Séc. XXb	0%	100%

Fonte: Cyrino, 1996:169 (tabela 6)

Como se pode ver, houve um aumento progressivo da não-subida do clítico. Por outro lado, a autora não apresenta os resultados divididos por tipo de verbo mais alto ou por forma do verbo principal. Assim, não há como saber se houve alguma diferença entre os diversos tipos de construções envolvendo dois verbos.

Além do aumento progressivo da não-subida, a autora nota que dados como (16b) a seguir não ocorrem em seus dados:

- (16) a. João o tinha visto.
b. *João tinha o visto.

CYRINO, 1996:173 (13)

Já os resultados de Pagotto (1992, 1996) para os “grupos verbais”^{5,6} são de diversos corpora do século XVI ao XX. Os resultados são os seguintes:

⁵ O autor considera “grupos verbais” como sendo “construções com dois verbos que podem ser divididas em três grupos básicos, segundo a forma do segundo verbo” (Pagotto 1996:191), sendo que as construções com participípio são aquelas da passiva e dos perfectivos com *ter/haver*.

⁶ Pagotto (1992), além de dividir os dados por tipo do verbo principal (infinitivo, participípio ou gerúndio), também faz uma distinção por tipo de primeiro verbo. A divisão é a seguinte (p.49):

- Auxiliares (ir, estar, ter e haver)
- Auxiliares modais
- Verbos de complemento infinitivo flexionado (deixar – mandar)
- Verbos de complemento infinitivo não flexionado (querer)
- Auxiliar de passivas
- Auxiliares com preposição

Tabela 6: Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal

		a	b	c	d	T
XX	I	4 (11)	1 (3)	18 (50)	12 (36)	36 (100)
	G	1 (8)	0	11 (84)	1 (8)	13 (100)
	P	6 (75)	0	2 (25)	0	8 (100)
XIX	I	8 (67)	2 (17)	0	2 (17)	12 (100)
	G	1 (100)	0	0	0	1 (100)
	P	16 (89)	2 (11)	0	0	18 (100)
XVIII	I	50 (85)	0	1 (2)	2 (17)	12 (100)
	G	4 (80)	0	1 (20)	0	1 (100)
	P	15 (100)	0	0	0	18 (100)
XVII	I	37 (97)	0	0	1 (3)	38 (100)
	G	3 (100)	0	0	0	3 (100)
	P	27 (100)	0	0	0	27 (100)
XVI	I	72 (96)	2 (3)	0	1 (1)	75 (100)
	G	6 (100)	0	0	0	6 (100)
	P	11 (100)	0	0	0	11 (100)
Total		261 (80)	7 (2)	33 (10)	26 (8)	327 (100)

Fonte: Pagotto, 1992:109 (tabela 14)

Destes resultados, os dois casos de posição *c* do século XVIII são casos de pronome reflexivo, e acontecem com um verbo que é pronominal, o que leva o autor a propor que “a mudança teria se iniciado com clíticos tematicamente ligados ao verbo, em especial aqueles extremamente ligados, como é o caso dos clíticos que aparecem nos chamados verbos pronominais” (p. 119). Apesar de não encontrar casos de posição *c* no século XIX, Pagotto (1992) observa que, no século XX, esta posição é mais freqüente no caso dos verbos principais no infinitivo e no gerúndio, o que, juntamente aos resultados do século XVIII e o fato de, no PCI, os casos de verbo principal no infinitivo permitirem variação (o clítico podia permanecer em ênclise ao verbo principal, apesar de esta posição aparecer bem pouco), levam o autor a considerar que a mudança deve ter ocorrido primeiramente com os verbos do grupo “verbo principal no infinitivo”, sendo os do grupo “verbo principal no gerúndio” os seguintes⁷; os do grupo “verbo principal no particípio”, finalmente, seriam os mais resistentes.

Mas, pelo pouco número de dados, não apresenta resultados por este tipo de divisão; apenas comenta como, no PCI, o tipo de primeiro verbo não apresenta diferença nos resultados.

⁷ O autor relaciona a maior possibilidade de próclise ao verbo principal nas construções de verbo aspectual seguido de gerúndio com a possibilidade de essa construção ter se fixado na língua no mesmo período que se deu a mudança nos clíticos:

Além disso, Pagotto (1992:13-14) chama a atenção para dois casos em que a colocação na sincronia do PB não é a mesma que o padrão do PB (próclise ao verbo principal) e, então, deveriam ser atribuídos à mesma razão: um caso é do clítico *o* e suas flexões; o outro, da passiva (sendo esta última já notada, segundo o autor, por Figueiredo Silva, 1990). De fato, o autor nota uma diferença na posição dos clíticos de terceira pessoa em grupos verbais: há somente um caso de clítico *o* na posição inovadora do PB. Por outro lado, não diz qual é a construção em que ele aparece. Quanto à passiva, o autor não apresenta os resultados isolados para essa construção.

Os resultados apresentados na tabela 6 incluem somente os casos de verbo mais alto que é finito. Os casos de verbo mais alto não-finito – ou seja, das construções infinitivas e gerundivas – são apresentados à parte. Destes resultados, o que o autor nota é que havia subida de clítico mesmo nos casos de verbo mais alto no infinitivo ou gerúndio, o que, segundo ele, “indica que qualquer explicação para o movimento longo do clítico não pode estar correlacionada à finitude.” (p. 144)

Carneiro (2005) analisou cartas brasileiras escritas entre 1809-1904. Os resultados gerais para posição do clítico em grupos verbais, por data de produção, revelam que, apesar de a elevação de clítico ainda aparecer em maior quantidade, os casos de inovação brasileira (próclise ao verbo principal) aparecem em praticamente todos os períodos:

“É interessante notar que nos grupos com gerúndio temos maior penetração de próclise ao segundo verbo em textos escritos em PB, sendo este tipo de construção relativamente recente. Uma hipótese que podemos tirar disto é que este tipo de construção se implementou em português juntamente com a posição de próclise ao segundo verbo em grupos verbais.”
PAGOTTO 1992:112

No entanto, Castilho (2005:220-221) constata, a partir da análise de textos do português medieval (século XIII-XVI), que são poucos os casos de perífrases aspectuais com preposição *a* seguida de infinitivo, enquanto os casos de perífrase com gerúndio são significativos. Ou seja, a mudança ocorrida foi no PE, sendo que, no caso do PB, teria havido uma manutenção do tipo de construção (p. 266).

Tabela 7: Colocação de clíticos em grupos verbais por tipo de estrutura em CB. Por data de produção.

Estruturas	Colocação de clíticos em grupos verbais por tipo de estrutura/CB				
	Por tipo de produção				
	1809-1825	1826-18501	1851-1875	1876-1904	TOTAL
Elevação de clítico					
1. cl-V V	1	9	175	104	289
2. cl-VXV	0	2	7	6	15
3. V-cl V	0	1	61	26	88
4. V-clXV	0	0	8	1	9
Não elevação de clítico					
5. V V-cl	0	5	98	24	127
6. V X V-cl	0	1	9	3	13
7. V XX V-cl	0	0	7	2	9
Inovação brasileira					
8. VXclV VXXcl V 9. V cl-V	1	0	25	12	38
Ambíguos					
10. V cl V	1	0	23	8	32
Subtotal	3	18	413	186	620

Fonte: Carneiro, 2005:205 (tabela 3.24)

A autora ainda apresenta em separado alguns exemplos de colocação com os verbos auxiliares⁸, modais e volitivos, causativos e perceptivos, com construções com verbos seguidos de preposição e construções passivas. Porém, não apresenta uma quantificação destes dados, apesar de notar que a posição inovadora do PB pode ser encontrada em todos os casos, a não ser no caso da construção passiva.

Além disso, compara o uso e a colocação pronominal nas cartas escritas por autores mais instruídos, que ela chama de grupo “costa/culto”, em relação aos menos instruídos, grupo chamado de “interior/semi-culto”. A autora nota que

“É na amostra do interior que se verifica o maior número de construções do português brasileiro como a próclise ao verbo não finito ou verbo temático, quase o dobro do que se verifica na amostra costa/culta. Mas nas duas amostras há exemplos inequívocos de próclise ao verbo não finito em construções VXcl-V e VXXcl-V,” (CARNEIRO, 2005: 287)

⁸ Segundo a autora, “incluem-se nesse grupo, os seguintes verbos: Os auxiliares e temporais (ir + infinitivo, vir + infinitivo, ter, haver + particípio, estar, vir, ir, andar + gerúndio e aspectual estar + G, ir + G)” (p. 62)

A elevação de clítico também parece não ser exclusiva de um só dos grupos, uma vez que aparece ambos – apesar de, em maior porcentagem, no grupo costa/culto (71,42% para este, enquanto, para o interior/semi-culto, 57,38%). Assim, tanto subida, quanto não-subida, eram produzidas por ambos os grupos.

Nunes (2009) apresenta um estudo sobre a posição dos clíticos em “complexos verbais” no PE e no PB do século XIX e XX em textos de jornais. Apesar de apresentar resultados por tipo de clítico e por tipo de verbo principal, não apresenta um cruzamento de tais resultados. Além disso, apresenta sempre os resultados de clítico em ênclise ao verbo regente junto com os resultados de clítico em próclise ao verbo principal e, ao dividir os resultados por tipo de construção, o faz pela seguinte divisão:

“Tipo de complexo verbal: (i) passiva de *ser* + “tempos compostos” + algumas perífrases de valor aspectual com alto grau de integração; (ii) perífrases modais + perífrases aspectuais; (iii) construções com verbos de mesmo referente-sujeito (optativos/volitivos ou declarativos).” (NUNES, 2009: 95)

“Perífrases verbais com alto grau de integração” seriam aquelas aspectuais como *ir* e *estar* seguidas de gerúndio, enquanto “tempos compostos” seriam os casos como *ter* + particípio e *ir* + infinitivo. A autora apresenta os resultados para estas construções juntos, sob o rótulo de “perífrases verbais”. No entanto, tanto no PE quanto no PCI, as possibilidades de colocação de clítico são diferentes para todos estes tipos de construções (por exemplo, a subida de clítico é obrigatória no caso de *ter* seguido de particípio, mas opcional no caso de *ir* seguido de infinitivo). Além disso, a passiva, mas não o tempo composto, permite subida de clítico no PB. Assim, é importante observar como o clítico se comportava nessas construções separadamente.

1.2.4 As gramáticas em competição nos dados de textos escritos no Brasil no século XIX.

Carneiro (2005), em seu estudo, encontrou casos de colocação de clítico que refletiam três gramáticas do português: a gramática do PM/PCI, a do PB e a do PE. Além disso, encontrou dados que não poderiam ser produzidos por nenhuma dessas gramáticas, como é o caso de (17):

(17) Nen-|hum só adversario **apresentou-se** hoje| na apuração que procedeo-se aqui, e| nem tão pouco prottestarão, pelo que172| tanto melhor foi para nós.

CARNEIRO, 2005:165 (3.47c)

Nas três gramáticas, a colocação seria próclise. No caso do PE e do PC1, porque há um elemento que a aciona e, no PB, como vimos, porque é essa a posição generalizada para os clíticos que são adquiridos pelo processo de aquisição da linguagem. Mesmo no caso das construções com dois verbos, são observados casos que não seriam gramaticais em nenhuma das gramáticas, como em (18), na qual temos um caso de ênclise ao particípio (como vimos, no PB, o clítico é sempre proclítico e, no PE e PC1, no caso das construções com verbo principal no particípio, o clítico é sempre alçado):

(18) O nosso juiz de| Direito vai indo, e segundo o| que **tem manifestado-se** temos| um Pompilio ou pior;

CARNEIRO, 2005:286 (6.19b)

Carneiro e Galves (2010) explicam a “dinâmica da competição” (p. 14) que está por trás desses dados. As autoras chamam atenção para fato de que, num estudo diacrônico dentro do quadro teórico da gramática gerativo, há o problema de não se ter acesso aos dados de Língua-I (língua interna, resultado da marcação de parâmetros pelo processo de aquisição da linguagem e objeto da gramática gerativa) sendo, então, a Língua-E (conjunto de enunciados produzidos pelo uso) a única fonte de dados disponível. Tem-se, assim, que tentar chegar a Língua-I pelos dados disponíveis de Língua-E.

Estudos diacrônicos revelam que as mudanças observadas em textos históricos são graduais. Para dar conta disso, as autoras adotam a proposta de Kroch (1994, 2001), que defende que isso se dá pelo fato de poder haver competição entre gramáticas, ou seja, um falante pode ter mais de uma Língua-I. Assim, mesmo que a mudança paramétrica seja brusca (como propõem Lightfoot, 1989 e Roberts, 2007, *apud* Carneiro e Galves, 2010), explica-se porque parecem existir, num mesmo período, formas que não poderiam ser produzidas, pela teoria, pela mesma gramática (mas que poderiam ser produzidas por duas gramáticas diferentes).

Assim, o fato de se encontrarem dados que refletem o PE/PC1, de um lado, e dados que refletem PB, de outro, pode ser explicado pelo fato de haver competição entre essas gramáticas. Já nos casos de dados que não seriam produzidos por nenhuma das gramáticas, as autoras dizem o seguinte:

“Os dois primeiros casos caracterizam claramente o que Kroch (1994, 2001) chama *Competição de Gramáticas*. O terceiro, a emergência de fenômenos produzidos por nenhuma das gramáticas em presença, é pouco discutido na literatura gerativista sobre mudança. Mas é típico de línguas em contato. Emergem novas construções, ausentes de cada um dos sistemas em presença. Podem ser descritas como generalizações feitas pelos falantes a partir da segunda língua que eles adquirem imperfeitamente. No caso dos brasileiros escrevendo no séc. 19 e tendo como referência o padrão europeu da época, a generalização parece ser que a ênclise é a forma prestigiada, independentemente do contexto. Alternativamente, podemos pensar que esses falantes, cujo vernacular é, por hipótese, essencialmente proclítico, retiram do seu contato com o PE a informação de que existe variação. Mas seu domínio da variante portuguesa não chega a ser suficiente para que consigam adquirir as regras que governam a distribuição da ênclise e da próclise.” (CARNEIRO E GALVES 2010:14)

Ao observar as freqüências de próclise em contexto de verbo inicial (outra inovação brasileira, que não era possível em PE e em PCI), as autoras notam que há um “movimento de avanço e recuo” (p. 18): a próclise a V1 começa a aparecer, refletindo a gramática do PB, mas sua freqüência passa a diminuir a partir de um certo período. Para explicar esse fato, as autoras argumentam que, primeiramente, havia a competição entre PB e PCI, mas, apesar de o PB começar a se manifestar nos textos, deixa de avançar por passar a haver uma nova competição, entre PB e uma “norma” baseada no PE – no qual a próclise em V1 é, como no PCI, agramatical e, além disso, a ênclise no PE é mais freqüente em certos contextos de variação que no PCI.

Esses resultados vão de encontro com a proposta de Pagotto (1998), que observa que, no decorrer do século XIX, a norma culta, que antes tinha como base o PCI (que era em geral proclítico, a não ser em início de frase), passou a ter como base o que é hoje o PE. Assim, é importante, também, observar a influência que a “norma culta” de cada período tem nas escolhas de posicionamento de clítico.

1.3 Resumo

Apresentamos, neste capítulo, alguns fatos sobre o PB atual e o diacrônico em relação aos clíticos, principalmente sobre sua posição em grupos verbais. Além disso, fizemos algumas considerações sobre as origens do PB, a posição dos clíticos em grupos verbais do PA ao PE e, finalmente, como pode se explicar a instabilidade, no caso da posição do clítico, que se encontra nos textos do século XIX produzidos por brasileiros.

Vimos que, quanto ao sistema de clíticos, o PB apresenta um paradigma reduzido, no qual não está incluída a terceira pessoa. O clítico acusativo de terceira pessoa, que aparece no PB atual escrito e, bem menos freqüentemente, falado, se dá por instrução formal, sendo seu aparecimento favorecido pelo grau de escolaridade do falante e pelo traço [+humano]/[+animado].

Quanto à posição dos clíticos em “grupos verbais”, vimos que sua posição no PB atual é próclise ao verbo principal, a não ser no caso das construções passivas, que permitem também subida de clítico.

Já em relação à questão diacrônica, vimos que o PB deve ter se originado do PM/PCI, período no qual a subida de clítico foi progressivamente diminuindo. Dos estudos diacrônicos sobre o PB, pudemos observar que (i) Carneiro (2005) não encontra, em seus dados, nenhum caso de próclise ao verbo principal nas passivas e (ii) quanto aos outros tipos de construções, Pagotto (1992) propõe que a perda de subida de clíticos pode ter começado com as construções com verbo principal no infinitivo, seguidas por aquelas com verbo principal no gerúndio e finalmente, por aquelas com verbo principal no particípio.

Além disso, o autor também observa que mudança teria também se iniciado por casos em que o clítico está “mais ligado” ao verbo temático, como é o caso do clítico de verbos pronominais. No entanto, o autor não encontra, em seus dados, resultados relativos à posição inovadora do PB – próclise ao verbo principal – no XIX.

Outros estudos que encontram dados assim, como Carneiro (2005) e Nunes (2009), por outro lado, consideram todos os resultados por grupos verbais juntos e, mesmo quando apresentam algum tipo de divisão, o fazem de forma que consideram num mesmo grupo, por exemplo, verbos de tempo composto, de construções aspectuais, e de construções passivas. Assim, apesar detectarem a próclise ao verbo principal já no século

XIX, não é possível verificar se a mudança se deu da mesma forma para todas as construções, o que justifica o estudo apresentado no capítulo 4, no qual verificamos a posição do clítico em uma série de construções com dois verbos em cartas escritas por brasileiros do século XIX até primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 2

VERBOS AUXILIARES E PREDICADOS COMPLEXOS

Como vimos na introdução, subida de clítico é o fenômeno no qual o clítico aparece ligado a um verbo que não lhe atribuiu papel temático – e, muitas vezes, é o verbo flexionado da sentença. Assim, acontece sempre em construções com dois (ou mais) verbos. Esses tipos de construções apresentam diferentes comportamentos sintáticos e semânticos e, na literatura gramatical, são agrupados e nomeados de diversas formas. Nas gramáticas, podem ser chamadas, por exemplo, de “locuções verbais”, “tempos compostos”, “conjugações perifrásticas” (cf. Pontes 1973); relacionada a elas está sempre a questão da auxiliaridade.

Uma definição bem abrangente e simples de verbo auxiliar pode ser:

(19) “Todo verbo que recebe flexão de tempo e seleciona uma forma nominal”

Mas essa não é uma definição muito satisfatória, visto que muitos dos verbos que se encaixariam nela apresentam comportamentos muito distintos. No caso do PE, por exemplo, a própria possibilidade de subida de clítico vai apontar divergências, como já foi mostrado na introdução. Observe as sentenças a seguir, retiradas de Martins (2000):

(20) a. Quero fazê-lo.

b. Quero-o fazer.

(21) a. A polícia pode-me multar por excesso de velocidade

b. A polícia pode multar-me por excesso de velocidade

(22) a. Pedro crê tê-los convencido.

b. *Pedro crê-os ter convencido.

(23) a. Ele parece odiá-lo.

b. *Ele parece-o odiar.

Como se pode ver, não é todo verbo seguido de infinitivo que permite subida de clítico. Apesar de todos os exemplos com infinitivo serem de verbos de controle ou de alçamento, a divergência entre (20) e (22) (verbos de controle), por um lado, e entre (21) e (23) (verbos de alçamento), de outro, mostra que não é só a coincidência de sujeito entre

verbo principal e regente que está relacionada à possibilidade de subida de clítico nessas estas construções⁹.

Além disso, os exemplos de (24) e (25), a seguir, mostram que há também uma diferença entre os verbos seguidos de infinitivo e o verbo *ter* seguido de particípio e *ser* da passiva, a saber, a obrigatoriedade *versus* opcionalidade de subida de clítico. Esta diferença é explorada por Gonçalves (1994), que considera a obrigatoriedade de subida de clítico uma das características que um verdadeiro auxiliar do PE deve apresentar.

- (24) a. O João tem-nos apresentado os resultados da sua investigação.
b. *O João tem apresentado-nos os resultados da sua investigação.
- (25) a. Os testes foram-me entregues depois de muita discussão.
b. *Os testes foram entregues-me depois de muita discussão.

GONÇALVES & COSTA 2002:34-35 (70), (71)

O PB, como vimos, perdeu a subida de clítico, a não ser com a passiva (a depender da gramática). Assim, é interessante estudar qual a relação que a subida de clítico realmente tem com a estrutura das construções que permitem tal fenômeno. No entanto, há outras características, como a impossibilidade de substituição por completiva, que evidenciam as divergências entre construções que, no PB, apresentam mesma possibilidade de posição de clítico:

- (26) a. A Joana quer ganhar um presente da Maria.
b. A Joana quer que Paulo ganhe um presente da Maria.
- (27) a. A Joana deve ganhar um presente da Maria.
b. *A Joana deve que Paulo ganhe um presente da Maria.¹⁰

Além disso, como vimos no primeiro capítulo, mesmo os estudos sobre posição do clítico no PB diacrônico apresentam diferentes noções de auxiliaridade ou mesmo do que se possa chamar de “tempo composto”, “verbos temporais” etc.. Assim, um estudo mais profundo sobre a estrutura das construções que permitem subida de clítico e de suas propriedades se faz necessária.

⁹ Como veremos, Gonçalves (2000) considera que é a dependência temporal entre os dois verbos que vai permitir a subida de clítico

¹⁰ Esses testes apresentam os mesmos resultados tanto para o PB quanto para o PE.

Por isso, apresentamos neste capítulo, em 2.1, estudos já realizados sobre a auxiliaridade no português e quais verbos consideraremos auxiliares nesta dissertação e, com base nos estudos sobre auxiliaridade, qual pode ser a escala de auxiliaridade entre eles. A partir disso, apresentamos, em 2.2, as possíveis estruturas que as construções com esses verbos (auxiliares e mesmo não-auxiliares) podem ter. Finalmente, em 2.3, temos um resumo do capítulo.

2.1 A auxiliaridade no português.

Segundo Pontes (1973), as gramáticas tradicionais do português apresentam muitas divergências em relação ao que seja um auxiliar, ou a uma “locução verbal”, “tempo composto” ou “conjugação perifrástica”, muitas vezes por não se proporem a fazer um estudo sistemático da questão e considerar como cada verbo se comporta face a diversas propriedades.

A autora se propõe, assim, a oferecer “tratamento sistemático, obedecendo a critérios científicos rigorosos” (p. 42) para a questão. Com base no fato de que *ter* (seguido de participípio) só alterna com *haver*, a autora considera que estes verbos são os que melhor se encaixam na regra de auxiliar de Chomsky (1965). Além disso, mostra outras características que a construção apresenta¹¹, concluindo, assim, que *ter* seguido de participípio é o protótipo de verbo auxiliar (Pontes, 1973, p.52).

Lobato (1975) também verifica a inconsistência que se encontra nos estudos tradicionais. No entanto, sua proposta não é oferecer uma análise teórica para os auxiliares, e sim propor uma hierarquia de propriedades que um auxiliar deve apresentar. Além disso, introduz a idéia de que se deve pensar em verbo auxiliar de duas formas: uma que parte de uma noção em seu sentido estrito, segundo a qual um verbo só é auxiliar se passar por todos

¹¹ A características são as seguintes (Pontes, 1937, p. 50-52):

- Posição fixa na seqüência verbal;
- Participípio (verbo principal) é invariável;
- Mesma posição quando da transformação para passiva;
- Funciona como uma unidade em relação a tempo, uma vez que o adjunto modifica a seqüência verbal como um todo;
- Funciona em unidade também em relação a negação, que atua sobre a seqüência toda;
- Não seleciona sujeito – que é selecionado pelo verbo principal;
- Combina-se com qualquer tipo de verbo;

os critérios de auxiliaridade; e outra de sentido amplo, na qual os verbos não precisam apresentar todas as propriedades (e, neste caso, a autora considera melhor que eles sejam chamados de “auxiliantes”, e não auxiliares).

A hierarquia de critérios proposta pela a autora é a seguinte (p. 79):

- Unidade semântica: somente um sujeito para os dois verbos.
- Carência de imperativo: impossibilidade de o verbo aparecer no imperativo.
- Impossibilidade de (+ QUE/SE): o auxiliar não pode selecionar como complemento uma oração iniciada por *que* ou *se*.
- Incidência de um circunstante temporal: a modificação temporal deve afetar ambos os verbos, auxiliar e auxiliado (verbo principal), como um todo.
- Apassivação: na transformação para a passiva, não deve haver modificação de sentido.
- Extensão combinatória: o auxiliar pode ser combinado com qualquer tipo de sujeito ou auxiliado.
- Negativização: a seqüência “verbo auxiliar – verbo auxiliado” não pode ser separada por uma negação.
- Pronominalização: possibilidade de o auxiliado ser substituído por um pronome.

Com a verificação do comportamento dos verbos em relação a estes critérios, a autora conclui que são auxiliares no sentido estrito somente os verbos *ter* e *haver* seguidos de participípio e o *ser* da construção passiva, apesar de, quanto a este último, apresentar ressalvas. Já os auxiliares em sentido amplo – ou “auxiliantes” – seriam, além dos já mencionados acima, o verbo *ser* com leitura temporal¹², verbos de desenvolvimento (*começar a, continuar a*) e modais (*poder, dever, crer, querer*).

Corso (2002), no entanto, apresenta resultados diferentes, mesmo reconhecendo que pode haver um “grau de gramaticalização” (p. 67) ente os verbos: para a autora, os auxiliares do PB são os verbos *ter, haver, ser, ir, estar, andar, vir, poder, dever*. Isso se dá porque, de um lado, a autora considera importante a propriedade de o verbo não poder

¹² Como em:

(i) Naquela época eu ainda não era nascido.

PONTES, 1975:76

selecionar como complemento uma oração iniciada por *que*, o que exclui da classe os verbos como *querer* e *crer*. De outro, apesar de reconhecer a propriedade de impossibilidade de negação do verbo principal independente, considera que ela somente indica um menor grau de gramaticalização do verbo que a apresenta; dessa forma, os verbos *poder* e *dever* são incluídos na classe.

Lunguinho (2009) também considera que a auxiliaridade deve ser escalar e, por isso, divide os verbos que considera auxiliar em quatro classes:

(28) Verbos auxiliares

Auxiliares temporais: *ter, haver, ir, estar*

Auxiliar passivo: *ser*

Auxiliares modais: *dever, poder, ter que, ter de*

Auxiliares aspectuais

LUNGUINHO, 2009: 84 (83)

Para defini-los, uma das propriedades mais importantes considerada foi a da impossibilidade de selecionar complemento finito (oração iniciada por *que*). Para avaliar o grau de gramaticalização de cada verbo, o autor considerou o teste de escopo da negação e o de não-seleção da classe aspectual do verbo principal. A partir a aplicação destes testes, o autor conclui que os verbos mais gramaticalizados seriam os temporais (com exceção de *estar*) e passivos, seguidos do verbo *estar* (que seleciona de gerúndio). Em posição intermediária estariam os modais e, com o menor grau de gramaticalização, os aspectuais.

Gonçalves e Costa (2002) também apresentam uma escala de auxiliaridade, mas com base em dados do PE. Como auxiliar prototípico, assim como Lobato (1975) e Pontes (1973), consideram os verbos *ter* e *haver* seguidos de participípio. Outros verbos que apresentam comportamento semelhante ao um auxiliar são chamados de “semi-auxiliares”, sendo a escala a seguinte (p. 98):

(29) Verbos semi-auxiliares, escala de auxiliariade para o PE:

1. *Ser* passivo
2. Verbos temporais (*ir, vir, haver (de)*)
3. Verbos modais *poder e dever* e aspectuais seguidos de *a*
4. Verbo modal *ter (de)* e verbos aspectuais seguidos de *de* (e também

para e por)

Como se pode ver, os estudos, apesar de sempre considerarem os verbos *ter* e *haver* seguidos de participio como auxiliares, diferem quanto aos outros pertencentes da classe, contrastando, inclusive, na escala de auxiliariade/gramaticalização que propõem. Isso se dá porque há diferença na importância e estatuto que cada estudo dá às propriedades de um auxiliar. Assim, a seguir, trazemos as principais propriedades que um auxiliar deve apresentar e comentamos os resultados de cada autor em relação a elas, quando necessário¹³.

2.1.1 Um só Sujeito

De acordo com este critério, verbo auxiliar e principal deve ter o mesmo sujeito. Assim, numa frase como (30a), é possível perceber que ambos os verbos têm o mesmo sujeito, enquanto em (31), os sujeitos são diferentes.

- (30) a. A Maria quer consertar o computador.
b. *A Maria quer o José consertar o computador.
- (31) a. A Maria mandou consertar o computador.
b. A Maria mandou o José consertar o computador.

Dessa forma, *mandar* fica excluído da classe de auxiliares, e todos os estudos mencionados na introdução desta seção concordam em não considerar verbos causativos como auxiliares.

2.1.2 Não seleção de Sujeito

Além de apresentar o mesmo sujeito, numa construção com um verbo auxiliar, é o verbo principal que vai atribuir papel temático ao sujeito e ao objeto. Assim, um

¹³ As propriedades estão organizadas, em partes, com base na hierarquia proposta por Lobato (1975).

verdadeiro auxiliar não deveria impor restrições sobre a seleção de sujeito. O seguinte teste mostra o diferente comportamento que *tentar* e *ir* apresentam no que diz respeito a esta propriedade:

- (32) a. O prato caiu.
b. *O prato tentou cair.
c. O prato vai cair.

O verbo *cair* não impõe restrições quanto ao sujeito não ser animado. No entanto, a agramaticalidade de (32b) mostra que, quanto está envolvido o verbo *tentar*, o sujeito deve ser animado, excluindo *prato* como possível sujeito. Vemos, então, que *tentar* está impondo restrições na seleção de sujeito, diferentemente de *ir*, como se pode ver em (32c). Assim, este teste exclui verbos como *tentar* da classe de auxiliares, e também é considerado importante em todos os estudos.

2.1.3 Impossibilidade de co-ocorrência com orações completivas finitas.

Segundo Lunguinho (2009), este é o “critério mais unanimemente aceito pelos trabalhos que focalizaram os verbos auxiliares” (p. 38). Este critério exclui aqueles verbos cujo complemento pode ser desdobrado em uma oração que se inicie por *que* ou *se*. Assim, nos exemplos a seguir, é possível que *estar* possa ser considerado auxiliar, enquanto *querer*, não.

- (33) a. O João está lavando a louça.
b. *A Maria está [que o João lave a louça]
- (34) a. O João quer lavar a louça.
b. A Maria quer que o João lave a louça

Devem ser excluídos da classe de auxiliares, então, os verbos como o *parecer*, *querer* e *conseguir*. Como vimos, somente Lobato (1975) considera verbos assim como auxiliares – apesar de não os incluir na classe de auxiliares. Os outros estudos concordam em não considerá-los auxiliares.

2.1.4. Impossibilidades de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos

Este teste surgiu a partir da idéia de que há somente um valor temporal entre o verbo auxiliar e o principal. Veja as sentenças a seguir:

(35) * Ontem, estava lendo hoje.

(36) Ontem, esperava ler esse livro hoje (mas, agora, já não espero mais)

Os verbos excluídos por este teste são os mesmos excluídos pelo teste anterior. Além disso, este teste também exclui os verbos modais.

2.1.5 Passiva sem modificação de sentido

Outro teste que se propõe para verificar a auxiliaridade de um verbo é checar se, ao se transformar uma sentença em passiva, há modificação do significado da sentença. Como se pode ver em (37), o significado é o mesmo tanto na passiva quanto na ativa. Em (38), por outro lado, temos diferentes significados: em (38a), é o chefe que quer que a promoção ocorra, enquanto, em (38b), é o empregado.

(37) a. O chefe vai promover o novo empregado

b. O novo empregado vai ser promovido (pelo chefe).

(38) a. O chefe quer promover o novo empregado

b. O novo empregado quer ser promovido (pelo chefe).

Esse teste também é empregado por todos os autores, com os mesmos resultados tanto para o PE quanto para o PB.

2.1.6 Possibilidade de combinação com qualquer classe aspectual

Um verbo auxiliar, além de ter unidade em relação à leitura temporal com o verbo principal e de não poder selecionar o sujeito, não deve, também, ser capaz de selecionar a classe aspectual (*Aktionsart*) do verbo com que se combina. Os exemplos a seguir ilustram o diferente comportamento que *ter* e *deixar de* apresentam quanto a esta propriedade:

- (39) a. O João tem *estado doente*. (estados)
 b. Os atletas do Benfica têm *corrido*. (atividades)
 c. Os assaltantes têm *destruído a cidade*. (processos culminados)
 d. Quando se deu a guerra, o João já tinha *nascido*. (culminações)
- (40) a. O João deixou de *gostar de lingüística*. (estados)
 b. Os atletas do Benfica deixaram de *correr*. (atividades)
 c. *Quando se deu a guerra, o João deixou de *nascer*. (culminações)

GONÇAVES & COSTA, 2002:41-42, (91)-(97)

Este teste excluiria a maioria dos verbos aspectuais da classe de auxiliares. Corso (2002) não o aplica. Lunguinho (2009), apesar de aplicá-lo, não considera que seja suficiente para excluir os aspectuais da classe de auxiliares. Segundo o autor, alguns aspectuais não podem se combinar com qualquer classe aspectual por eles mesmos trazerem alguma informação de classe aspectual para a derivação. Como a natureza desta informação é lexical, isso poderia indicar que os verbos estariam menos gramaticalizados, e é nesse sentido que o autor vai usar o teste – como vimos, ele considera os aspectuais como os menos gramaticalizados dos auxiliares. Gonçalves e Costa (2002) também aplicam esse teste e o consideram ao propor uma escala de auxiliaridade para o PE.

2.1.7 Impossibilidade de negação da forma nominal

Segundo esta propriedade, numa construção com um verbo auxiliar, a negação deve ter escopo sobre o dois verbos, sendo impossível negar independentemente cada verbo. O verbo *ter* seguido de particípio apresentaria esta propriedade, diferentemente do verbo *poder*, por exemplo.

- (41) a. A Joana está dirigindo o carro.
 b. A Joana não está dirigindo o carro.
 c. */? A Joana está não dirigindo o carro.
 d. */? A Joana não está não dirigindo o carro.

- (42) a. A Joana pode dirigir o carro.
b. A Joana não pode dirigir o carro.
c. A Joana pode não dirigir o carro.
d. A Joana não pode não dirigir o carro.

Todos os estudos levam este teste em conta. No entanto, como já vimos, Corso (2002) e Lunguinho (2009) consideram como auxiliar verbos que não apresentam essa propriedade, como o *poder* e *dever*. Estes verbos apresentam quase todas as outras propriedades que o verbo *ter* – considerado, por todos os estudos, um auxiliar – apresenta (no PB) e, por isso, consideram que o fato de um verbo apresentar esta propriedade está relacionado com seu grau de gramaticalização. Gonçalves e Costa (2002) também consideram esta propriedade ao propor a escala de auxiliaridade.

2.1.8 Pronominalização

Este é um teste que não pode ser aplicado em PB, uma vez que, como Cyrino (1997) demonstrou, o clítico neutro *o* foi perdido no PB, e por isso este teste, apesar de reconhecido, não é considerado nos estudos sobre a auxiliaridade do PB. Já, no PE, ele é produtivo, e vai indicar um diferente comportamento entre, exemplo, o verbo *ser* da passiva e o verbo *ter* seguido de participípio:

- (43) O livro foi encontrado a tempo, mas o filme não o foi (PE)
(44) *O livro tem agradado a todos, mas o filme não o tem (PE)

Este é o único teste que exclui, no PE, o verbo *ser* da passiva da classe de verbos auxiliares. Por isso, Gonçalves e Costa (2002) o consideram como sendo o primeiro verbo da escala que compreende os “semi-auxiliares”.

2.1.9 Subida de clítico

Outra propriedade que apresenta problemas para o PB, apesar de ser fundamental para o PE, é a obrigatoriedade de subida de clítico. Como vimos, o PB perdeu a subida de clítico, a não ser com o *ser* da passiva, a depender da gramática. No entanto, o PE apresenta subida de clítico e, conforme já foi apresentado, esta é obrigatória no caso de *ter* seguido de participípio e *ser* da passiva, enquanto é opcional com verbos que selecionam

infinitivo, como o caso de *ir*, *poder* e *dever*. Assim, é uma propriedade essencial no estudo de Gonçalves e Costa (2002), mas não é considerada (apesar de reconhecida) nos estudos sobre a auxiliaridade no PB. Se este teste fosse considerado para o PB, então somente o verbo *ser* da passiva estaria mais próximo de ser um auxiliar, o que resultaria num contraste com o PE, uma vez que este verbo não é considerado, por Gonçalves e Costa (2002), um verdadeiro auxiliar – estatuto que só *ter* seguido de particípio recebe.

2.1.10 Os verbos auxiliares e os formadores de predicado complexo.

Com a verificação dessas propriedades para o PB (excluindo-se, assim, as duas últimas apresentadas), é possível se concluir que somente os verbos *ter*, *haver* (que selecionam particípio), *ser* (da construção passiva), *estar* (seguido de gerúndio) e *ir*, *vir* (que selecionam infinitivo) podem ser considerados auxiliares. No entanto, se, assim como Lunguinho (2009), admitimos que as propriedades de escopo da negação e não-seleção de classe aspectual não devem excluir um verbo da classe de auxiliares, e sim ajudar a determinar subclasses, então estariam incluídos na classe os outros verbos aspectuais (além de *estar*), o verbo *haver de* e os verbos modais (*poder*, *dever* e *ter de/que*).

No caso do PE, a escala de Gonçalves e Costa (2002) pode ser mantida. Um detalhe interessante sobre o PE é que nem todos os verbos que permitem subida de clítico pertencem à classe de verbos auxiliares ou semi-auxiliares. No entanto, Gonçalves e Costa (2002), oferecem uma explicação para dar conta desses verbos, que em certos contextos apresentam comportamento idêntico ao dos auxiliares. Segundo elas,

“o complemento frásico infinitivo é temporalmente dependente da frase matriz, pelo que, nas estruturas em que ocorrem, existe uma única cadeia temporal. Assim, a barreira frásica que existe entre os dois verbos é, de certa forma, enfraquecida, o que dá lugar à formação de uma unidade complexa (um predicado complexo), constituída pelos referidos verbos. ” (GONÇALVES E COSTA, 2002:98).

Assim, chamaremos esses verbos, que não são considerados auxiliares, mas apresentam subida de clítico em PE, de verbos formadores de “predicado complexo”.

2.2 A estrutura das construções com auxiliares.

Como vimos na seção anterior, os verbos auxiliares devem apresentar uma série de propriedades. Muitas delas são sintáticas ou, pelo menos, podem receber uma análise a partir de diferenças sintáticas que a estrutura de um verbo auxiliar seleciona. O fato de haver verbos que apresentam apenas algumas das propriedades pode indicar, então, diferentes estruturas para cada tipo de construção.

Assim, nessa seção, apresento as possíveis análises para a estrutura tanto do complemento de um verbo (semi-)auxiliar, quanto de um verbo formador de “predicado complexo”.

2.2.1 Auxiliaridade e mono-oracionalidade

Como vimos, Gonçalves e Costa (2002) consideram como verdadeiro auxiliar do PE somente o verbo *ter* seguido de participípio. Esta é a mesma conclusão que se encontra em Gonçalves (1996), autora que considera que, no PE, são somente auxiliares os verbos que selecionarem um VP como complemento – ou seja, verbos que formam uma estrutura mono-oracional.

Segundo a autora, os verbos *andar*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* seguidos de gerúndio satisfazem todos os critérios propostos, mas a autora não considera que eles selecionam diretamente um VP pelo fato de tais verbos, segundo ela, “na variante padrão do PE, serem preteridos em favor das construções que são seguidas de *a* e INF.” (p. 14). Então, considera que, assim como os aspectuais seguidos de *a*, os seguidos de gerúndio selecionam uma categoria AspP. A diferença entre as duas construções seria que Asp do gerúndio seleciona um VP (ou seja, um complemento verbal) e Asp da preposição seguida de infinitivo seleciona um TP (ou seja, um complemento frásico) – o que explica o fato de as primeiras apresentarem todas as propriedades e as segundas, não.

No caso do *ser* da passiva, o único critério que ele não satisfaz é o de impossibilidade de substituição do verbo principal pelo clítico demonstrativo *o*. A autora explica tal comportamento dizendo que o complemento do *ser* da passiva pertence à categoria AgrP (ou, usando o rótulo por ela adotado, CONC - de “concordância”), cujo núcleo Agr tem traços de natureza nominal – assim, ele pode ser substituído pelo clítico

demonstrativo *o*, que, segundo Matos (1985) é uma expressão nominal, devendo, portanto, ser usado somente para substituir um complemento de um verbo que c-seleciona uma expressão de natureza nominal.

Então, assim como o *ter/haver* seguidos de particípio, o *ser* da passiva e os aspectuais seguidos de gerúndio (como o verbo *estar*) não c-selecionam um núcleo frásico (ou seja, que domine um TP), mas o núcleo que cada um seleciona é diferente: os primeiros, como verdadeiros auxiliares (pelo menos conforme propõe Gonçalves, 1996), selecionam um VP; os segundos, AgrP; os terceiros, AspP.

No caso dos temporais, modais e aspectuais seguidos de *a*, a autora considera que são verbos que selecionam um domínio frásico, sendo que os dois primeiros selecionam um CP e os últimos, como vimos, um AspP que rege TP. Explica, assim, porque com estes verbos os clíticos podem aparecer ligados ao verbo do domínio encaixado, ou seja, àquele não-flexionado.

Para explicar a agramaticalidade da ligação do clítico ao verbo principal numa construção com um verdadeiro auxiliar, a autora diz que, no caso dos auxiliares, haveria a atuação de uma regra de reestruturação (que, segundo ela, atuaria de forma semelhante à regra de incorporação de Baker, 1988), que transforma o complexo “verbo auxiliar + verbo principal” em um complexo verbal único, o que explicaria a obrigatoriedade de subida de clítico. No caso dos outros verbos, a formação do complexo verbal pela regra de reestruturação pode ou não acontecer. Assim, se há a atuação da regra, a posição do clítico é ligação ao verbo flexionado; se tal regra não atuar, o clítico pode permanecer ligado ao verbo principal. A possibilidade de não sofrer a regra de reestruturação seria justificada pelo fato de os temporais selecionarem um complemento frásico (CP ou TP) e não um complemento que não seja frásico, como um VP.

Assim, a estrutura proposta pela autora para cada um dos verbos, seja auxiliares, seja aqueles com comportamento semelhante ao de um auxiliare, é a seguinte¹⁴:

1. Verdadeiros auxiliares (apresentam todas as propriedades):

¹⁴ A escala está baseada na escala de auxiliaridade proposta por Costa & Gonçalves (2002) e as estruturas são apresentadas como se encontram em Gonçalves (1996).

(45) a. O João tem encontrado a Ana.

b. ... [SV [V' [V [V ter] encontrado]_i] [V^{max} [SV [V' t_i ...

2. Aspectuais seguidos de gerúndio (apresentam todas as propriedades; diferem dos auxiliares em relação a suas propriedades de c-seleção):

(46) a. Pedro está estudando.

b. ... [SV [V' [V [V estar] estudando]_{ji}] [ASP^{max} [SASP [ASP' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

3. “Ser da construção passiva (apresenta todas as propriedades, a não ser permitir substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo “o”):

(47) a. O João foi elogiado pelo professor.

b. ... [SV [V' [V [V ser] elogiado]_{ji}] [CONC^{max} [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

4. Verbos temporais (apresentam todas as propriedades, a não ser permitir que o clítico permaneça ligado ao verbo principal – ou seja, a subida do clítico não é obrigatória, apesar de possível):

(48) a. O João vai ver o jogo.

b. ... [SV [V' [V [V ir] ver]_{ikji}] [SCOMP [COMP' t_{ikji} [ST [T' t_{kji} [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

5. (a) Aspectuais seguidos de “a” (além da subida de clítico não ser obrigatória, alguns destes aspectuais também permitem a negação do predicado encaixado):

(49) a. A Ana está a ler.

b. ... [SV [V' [V [V estar] [ASPI [ASP a] ler]_{kji}] [ASP^{max} [SASP [ASP' t_i [ST [T' t_{kji} [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

(b) Modais (a subida de clítico não é obrigatória, pode haver negação no domínio encaixado, é possível haver a ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos).

(50) a. A Maria pode emprestar o livro.

b. ... [SV [V' [V [V poder] emprestar]_{ikji}] [SCOMP [COMP' t_{ikji} [ST [T' t_{kji} [SCONC [CONC' t_{ji} [V^{max} [SV [V' t_i ...

No entanto, Gonçalves (1996) propõe tais estruturas basicamente a partir de critérios sintáticos, como a subida de clítico. A autora chega a discutir a relação que dependência temporal entre os dois domínios pode ter com a existência de T no domínio encaixado, mas é em Gonçalves (2002) que apresenta uma proposta para a relação: é a

dependência temporal que desencadeia a reestruturação. No caso dos verbos que apresentam subida de clítico opcional, há um T no domínio encaixado, mas este é defectivo, já que depende do T mais alto, que é ativo. Assim, também, a autora explica a impossibilidade de subida de clítico que alguns verbos (que selecionam verbo no infinitivo) do PE apresentam, como é o caso de *decidir*. Observe o contraste entre (51) e (52):

- (51) a. *Todos os jornalistas quiseram entrevistar o Ministro amanhã.
b. Todos os jornalistas quiseram entrevistá-lo.
c. Todos os jornalistas o quiseram entrevistar.
- (52) a. Todos os jornalistas decidiram entrevistar o Ministro amanhã.
b. Todos os jornalistas decidiram entrevistá-lo.
c. *Todos os jornalistas o decidiram entrevistar.

GONÇALVES, 2000:52 (37)-(38)

Segundo a autora, (51a) é agramatical porque “a localização temporal do evento descrito no domínio encaixado depende (ou é determinado a partir) das especificações temporais do domínio matriz” (p. 51). Assim, não é possível ter um advérbio de tempo futuro que tem relação com o momento de enunciação – *amanhã* – modificando o domínio encaixado do verbo *querer* quando este está num tempo passado; segundo a autora, isso não é possível porque o evento do domínio encaixado não pode ser localizado num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação. Já no caso de (52a), isso é possível: apesar de o verbo *decidir* estar no passado, seu complemento pode ser modificado por um advérbio de tempo futuro que tem como referência o momento da enunciação.

A presença deste T defectivo e dependente, segundo a autora, se confirma pelo fato de, mesmo havendo dependência temporal, “o evento descrito no domínio encaixado pode ser localizado num intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo em que se localiza a matriz” (p. 54), sendo que a posição na qual o advérbio aparece influencia na interpretação da frase, como em (53):

- (53) a. Os jornalistas puderam-no entrevistar no dia seguinte
b. No dia seguinte os jornalistas puderam-no entrevistar

GONÇALVES 2002:54-55, (47), (49)

Assim, em (53a), o evento de “entrevistar” teria acontecido “no dia seguinte” (sendo este “seguinte” em relação ao tempo de *poder*), enquanto, em (46b), é o fato de “os jornalistas poderem realizar um evento X” que acontece “no dia seguinte”. Apesar de o tempo do domínio encaixado poder ser posterior ao do tempo da matriz, ele não é posterior ao momento da enunciação, uma vez que a modificação adverbial não é estabelecida a partir do momento de enunciação.

O mesmo não se daria, segundo a autora, com as construções com verbos “tipicamente auxiliares” (como é o caso de *ter*+particípio), como se pode ver em (54):

- (54) a. Os jornalistas tinham-no entrevistado no dia seguinte.
b. No dia seguinte os jornalistas tinham-no entrevistado.

GONÇALVES 2002:55, (50), (51)

Nesse caso, não importa a localização do modificador temporal, uma vez que ele sempre modificará o evento de “entrevistar”. Assim, a autora considera que, em construções como em (54) – ou seja, com verbos auxiliares, segundo sua análise – não há projeção de tempo no complemento selecionado pelo auxiliar, diferentemente do caso de construções como as de (54), nas quais haveria tal projeção, mesmo que defectiva.

Se aplicarmos os testes de dependência temporal ao PB, temos resultados semelhantes. No entanto, como vimos, o clítico pode permanecer ligado ao verbo principal em todas as construções com dois verbos, até mesmo nos casos nas construções de *ter* seguido de particípio e, a depender da gramática, nas construções passivas. Isso poderia indicar que subida de clítico talvez independa do fato de haver ou não T no domínio encaixado, ou então que, talvez, a existência de T no domínio encaixado possa ser determinado de outras formas; essas são possibilidades que vamos explorar nas seções e nos capítulos seguintes.

Como vimos, Corso (2002) considera que o teste de posição do clítico não deve ser levado em conta para o PB e por isso não o considera ao propor uma análise para a estrutura das “locuções verbais” que estuda. Para a autora, os auxiliares são núcleos [-N, +V], inacusativos e que c-selecionam um complemento sem o s-selecionarem. Divide, então, os verbos em classes de acordo com os complementos que selecionam: que selecionam InfP, para o casos dos verbos auxiliares que selecionam um infinitivo, como *ir*;

que selecionam PP, no caso dos verbos que selecionam particípio, como *ter*; e que selecionam GerP, no caso de verbos que selecionam um gerúndio, como *estar*. Em nenhum dos casos, se tem um TP ou mais estrutura no complemento dos verbos auxiliares. Assim, a autora propõe uma estrutura diferente de Gonçalves (1994, 2000) para os verbos (semi-)auxiliares seguidos de verbo no infinitivo, uma vez que esta considera que selecionam pelo menos TP.

Lunguinho (2009), por outro lado analisa os verbos modais e aspectuais como tendo um TP em seu complemento, já que permitem negação da forma infinitiva. O autor, em seu estudo, busca uma caracterização universal para a noção de auxiliar, dentro do modelo minimalista e adotando a noção de derivação por fases (Chomsky 2001, 2004). Propõe, então, a seguinte definição para os auxiliares:

(55) Verbos auxiliares são categorias verbais [+V, -N] que não apresentam valor para uma dada propriedade verbal, ou seja, são portadores de um traço [*u*F].

LUNGUINHO, 2009:63 (43)

Esse traço não-valorado *u*[F] do auxiliar será valorado pelo *i*[F] do verbo principal (V). Para que isso aconteça, no entanto, o verbo principal deve estar disponível para verificação pelo auxiliar. Assim, as possibilidades que o autor apresenta são as seguintes:

- Se o auxiliar selecionar um VP, esse traço será valorado sem problemas;
- Se o auxiliar selecionar um verbo leve *v**P, a língua deve apresentar movimento de V para *v**, do contrário, V não fica acessível para valoração do auxiliar, uma vez que está no complemento de uma fase (*v**P);
- Se o auxiliar selecionar um TP, a língua precisa, pelo menos, apresentar movimento de V para *v**. Em *v**, estará disponível para valoração do auxiliar, uma vez que TP não é fase;
- Se o auxiliar selecionar um CP, a língua precisa ter movimento de verbo que chegue a C, uma vez que, se V não estiver em C, seu traço *i*[F] não estará disponível para checar o *u* [F] do auxiliar.

Seguindo Figueiredo Silva (1996) e Galves (2001), o autor considera que o PB é uma língua que apresenta movimento de verbo para T. Assim, os auxiliares dessa língua

poderiam selecionar um VP, um v^*P ou um TP. A esta idéia, o autor relaciona a noção de gramaticalização: um auxiliar será mais gramaticalizado se selecionar um VP, e menos gramaticalizado se selecionar um TP.

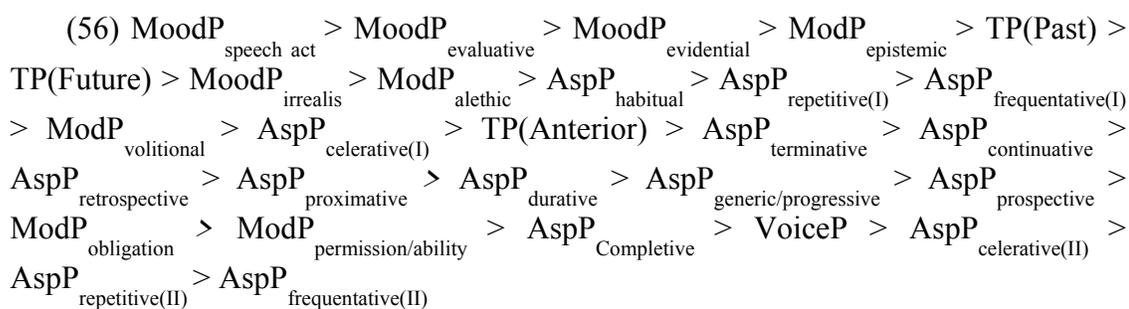
Como os verbos modais e os aspectuais (a não ser *estar*) podem apresentar negação do domínio encaixado, o autor considera que esses verbos selecionam um TP. Quanto aos outros verbos (da passiva e os temporais *ter*, *haver*, *ir*, *estar*), selecionariam um complemento VP ou v^*P .

Assim, parece concordar com Gonçalves (1996, 2000) na existência de TP no complemento dos verbos modais e aspectuais e em considerar que os verdadeiros verbos auxiliares (ou os verbos auxiliares mais gramaticalizados) selecionam um VP (ou v^*P). No entanto, no caso do verbo temporal *ir*, as conclusões não são as mesmas, uma vez que Gonçalves (1996) considera que esta construção seleciona um complemento que tem TP, enquanto Lunguinho (2009) propõe analisa esse verbo como selecionando um VP ou v^*P .

2.2.2 Auxiliar como verbo funcional e a hierarquia de núcleos

Cinque (2000) argumenta que o fato de as construções com verbos modais, aspectuais e de movimento seguidos de infinitivo (geralmente chamados de verbos de reestruturação) apresentarem fenômenos que são restritos ao domínio da oração, diferentemente de outros verbos que selecionam um complemento no infinitivo, se dá porque estes são lexicais, enquanto os primeiros seriam funcionais – e, assim, suas estruturas seriam mono-oracionais.

O autor adota a hierarquia universal de (56) que propôs em Cinque (1999) para os núcleos funcionais de uma oração. Então, cada verbo de reestruturação corresponderia aos diferentes núcleos de tal hierarquia, ou seja, cada um lexicaliza o conteúdo de um ou outro núcleo funcional, o que só pode acontecer quando o verbo tem o conteúdo exato da projeção.



Como evidências para a sua análise, o autor apresenta fatos que comprovam que, na sentença que apresenta efeitos de transparência, os verbos de reestruturação são verbos funcionais numa estrutura mono-oracional.

Um desses fatos apresentados pelo autor é o movimento do auxiliar para o complementizador, que acontece, no italiano, mesmo na presença de subida de clítico, como se pode ver no exemplo a seguir:

- (57) a. Non potendolo [egli restituire a nessuno]
 Não podendo-o ele devolver a ninguém
 b*Non potendolo restituire [egli a nessuno]
 Não podendo-o devolver ele a ninguém

CINQUE, 2000:5 (21)

Este seria um efeito de transparência que indicaria que houve reestruturação, ou seja, que os dois verbos formaram um V complexo. A não ser que se admita que houve uma excorporação do verbo da matriz, essa possibilidade de movimento sem o verbo principal indicaria que, na verdade, os dois verbos nunca formam um complexo verbal.

Além disso, o autor também apresenta argumentos que apontam para uma estrutura mono-oracional mesmo quando não se tem efeitos de transparência, como o ordenamento dos verbos de reestruturação, que parece ser relativamente rígido tanto na presença quanto a ausência de efeitos de transparência.

Como a hierarquia é universal, as diferenças encontradas entre as línguas seriam resultados de diferentes formas de expressar cada núcleo, seja por um morfema ou verbo realizado em seu núcleo, seja por um AdvP realizado em seu especificador. Podemos entender que, então, as construções perifrásticas seriam, em todas as línguas, estruturas mono-oracionais. Neste caso, as diferentes possibilidades para a subida de clítico que as

línguas românicas apresentam não poderiam ser explicadas por diferenças nas estruturas das perífrases.

Ferreira (2009) testa a hierarquia de Cinque (2006) para os verbos formadores de perífrases verbais do PB e, seguindo o autor, considera que aqueles verbos mais altos na hierarquia estariam mais gramaticalizados. A ordenação que a autora chega segue aquela de Cinque (2006), a não ser para alguns núcleos aspectuais e para a ordenação de $T_{(FUTURO)}$ e $T_{(PASSADO)}$. No caso destes últimos, a autora considera que $T_{(FUTURO)}$ está mais alto que $T_{(PASSADO)}$, enquanto, na hierarquia de Cinque (2006), a ordem é inversa. No entanto, a autora considera as construções com verbo *ter* (+particípio) como equivalentes a $T_{(PASSADO)}$, quando, na verdade, tais construções podem apresentar diferentes interpretações, a depender da flexão do verbo *ter*. Quando *ter* dessas construções está no infinitivo/gerúndio ou no pretérito imperfeito, ele poderia ser considerado como $T_{(ANTERIOR)}$, uma vez que indica anterioridade em relação a um determinado tempo, seja ele presente ou passado, e não um tempo passado em si:

- (58) a. Ontem, antes de começar o jornal, João já tinha jantado
b. Amanhã, quando começar o jornal, João já terá jantado.

Já com o verbo *ter* no presente, a leitura, no português, é mais aspectual (iterativa/durativa), como se pode ver em (59). Assim, neste caso, *ter* estaria mesmo abaixo de $T_{(FUTURO)}$ na hierarquia de Cinque, já que esta posição está acima de todas as posições aspectuais.

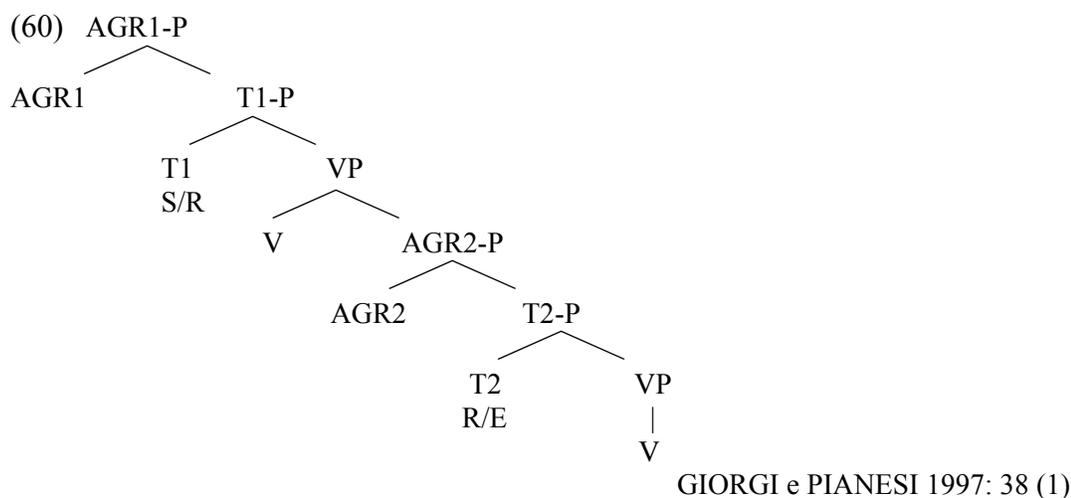
- (59) O João tem almoçado antes de começar o jornal (ultimamente).

No entanto, restaria explicar por que há esta diferença com o *ter*, ou seja, por que, no presente, sua leitura é aspectual, enquanto, no infinitivo, gerúndio e com outras flexões de tempo, sua leitura é de anterioridade.

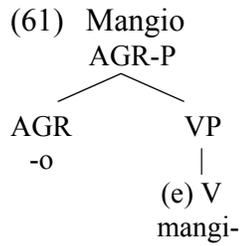
2.2.3 Auxiliares com estruturas bioracionais

Giorgi e Pianesi (1997) propõem que a estrutura da sentença teria sua representação temporal composta por dois tempos, T1 e T2. Esta seria universal e as diferenças observadas entre as línguas, frutos de uma diferente organização morfológica – justamente o lugar da variação paramétrica entre as línguas na visão minimalista.

Para dar conta das relações de tempo, eles partem das noções propostas por Reichenbach (1947) de momento de enunciação (S, *speech time*), de referência (R, *reference time*) e de evento (E, *event time*) e das revisões desse modelo propostas por Comrie (1985) e Hornstein (1990). Assim, em T1 se dá a relação entre o momento da enunciação e o de referência, enquanto, em T2, a relação entre o momento de referência e o do evento. Os autores também propõem que cada T tem seu respectivo AGR, que representa as relações de concordância. Em AGR1 se realiza concordância de pessoa e número (sendo, assim, como um AGR_S) e AGR2, de número e gênero (como seria o AGR_O). A estrutura destas relações seria a seguinte:

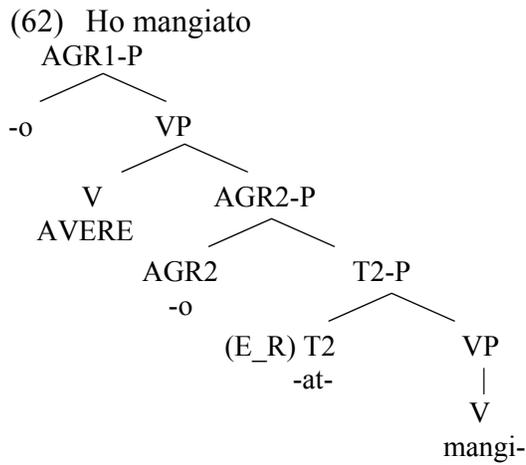


No italiano (assim como em muitas outras línguas), o presente é a forma não marcada, sendo sua representação (S,R)·(R,E). A vírgula indica a coincidência dos momentos, e os autores consideram que, sempre que ela está presente, não há nem morfema lexicalizando esta relação, nem mesmo a categoria correspondente. Isso por que eles adotam a idéia de que, se não há material fonologicamente realizado, não há núcleo lexical – ou seja, não há como T1 e T2 serem vazios. Por outro lado, AGR1 e AGR2 são núcleos funcionais e, como tal, estão sempre presentes, mesmo que não apareçam morfologicamente realizados. Assim, a representação de um verbo no presente simples seria a seguinte:



GIORGI e PIANESI 1997: 41 (2)

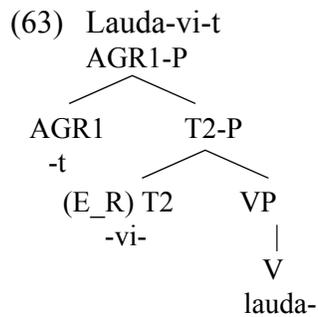
Já o presente perfeito teria a seguinte estrutura:



GIORGI e PIANESI 1997: 43 (6)

Como se pode ver, T2 é morfologicamente realizado para codificar a relação E_R (momento do evento é anterior ao de referência). O participio do italiano, sendo [+V, +N], é compatível com AGR2, que fecha a projeção. Mas AGR1 precisa ser lexicalizado e, como a projeção relacionada ao verbo temático já está fechada, a morfologia de AGR1 não pode ser realizada nela; daí a inserção de um auxiliar.

Já o latim, segundo os autores, teria um tempo perfeito mais verbal [+V, -N], que seria, assim, incompatível com AGR2, concordando então com AGR1, e não com AGR2. Assim, não se faz necessária a inserção de um auxiliar, e o presente perfeito é realizado de forma sintética. A representação deste tempo para o latim seria a seguinte:



GIORGI e PIANESI 1997: 46 (14)

Já no caso do português, os autores levantam dois pontos: o fato de a língua não ter o passado perfeito (*tive falado*), enquanto outras línguas o têm (italiano, francês etc.); e de ter o mais-que-perfeito sintético (assim como o latim), além da forma analítica, que tem o mesmo significado das outras línguas românicas (como italiano etc.).

Os autores argumentam que o passado simples do português é um T2, assim como é o presente perfeito do latim, *laudavit* (e então, deve se considerar que o sistema do português pode lexicalizar T2 por meio de um sufixo verbal, diferentemente das outras línguas como o italiano, que apresentam um T2 adjetival), e usam esse fato para explicar a agramaticalidade de *tive comido*. O próprio particípio é um T2; sendo o passado simples do português também um T2 (diferentemente do passado simples de outras línguas), a combinação dos dois é impossível. Por isso o mais-que-perfeito pode aparecer numa forma sintética (*comera*), além da analítica (*tinha comido*).

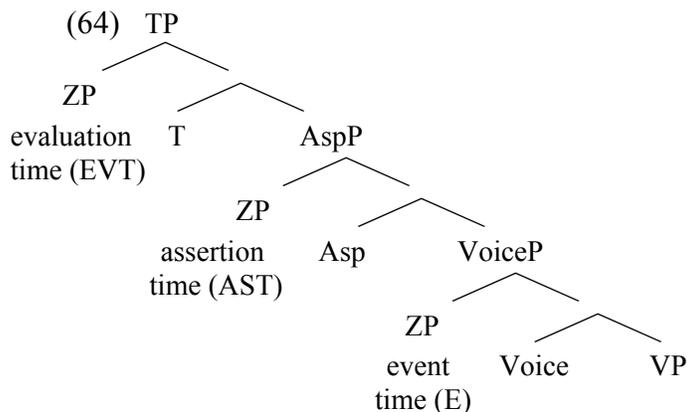
Além disso, os autores comentam outro fato do português: a leitura habitual que a construção *ter*(presente)+particípio (que, em outras línguas, como o italiano, seria a realização de T2 E_R) tem. Para dar conta disto, os autores partem do fato de que o verbo *ter* tem um significado lexical além de ser usado como auxiliar, sendo, assim, lexicalmente ambíguo. Quando é um verdadeiro auxiliar, tem as mesmas características dos auxiliares correspondentes de línguas como o italiano e o inglês – caso do passado mais-que-perfeito analítico. Já no caso da construção *ter*(presente)+particípio, o *ter* deve ser interpretado como um verbo completo. Esta impossibilidade se daria pela existência da forma sintética *comi*, que é mais econômica. Como *tendo comido* e *comi* teriam o mesmo significado se o *ter* selecionado fosse auxiliar, a inserção de *ter* (aux) é inibida na numeração. O que sobra é

o *ter* lexical, que introduz sua própria variável eventiva, fazendo com que LF mude sua interpretação – que passa a ser habitual.

A análise de Giorgi e Pianesi (1996) para o português, no entanto, apresenta alguns problemas, como apontam Schmitt (2001) e Medeiros (2008). Entre eles, está o fato de Giorgi e Pianesi (1997) considerarem o verbo *ter* da construção de tempo composto, no presente (*tenho feito*), um verbo lexical, de sentido pleno, em oposição ao verbo *ter* no pretérito imperfeito (*tinha feito*), que seria realmente funcional, como um auxiliar. Segundo Medeiros (2008), tal afirmação não faz sentido uma vez que o verbo *ter*, em ambos os tempos, passa por todos os testes de auxiliaridade que Schmitt (2001) aplica.

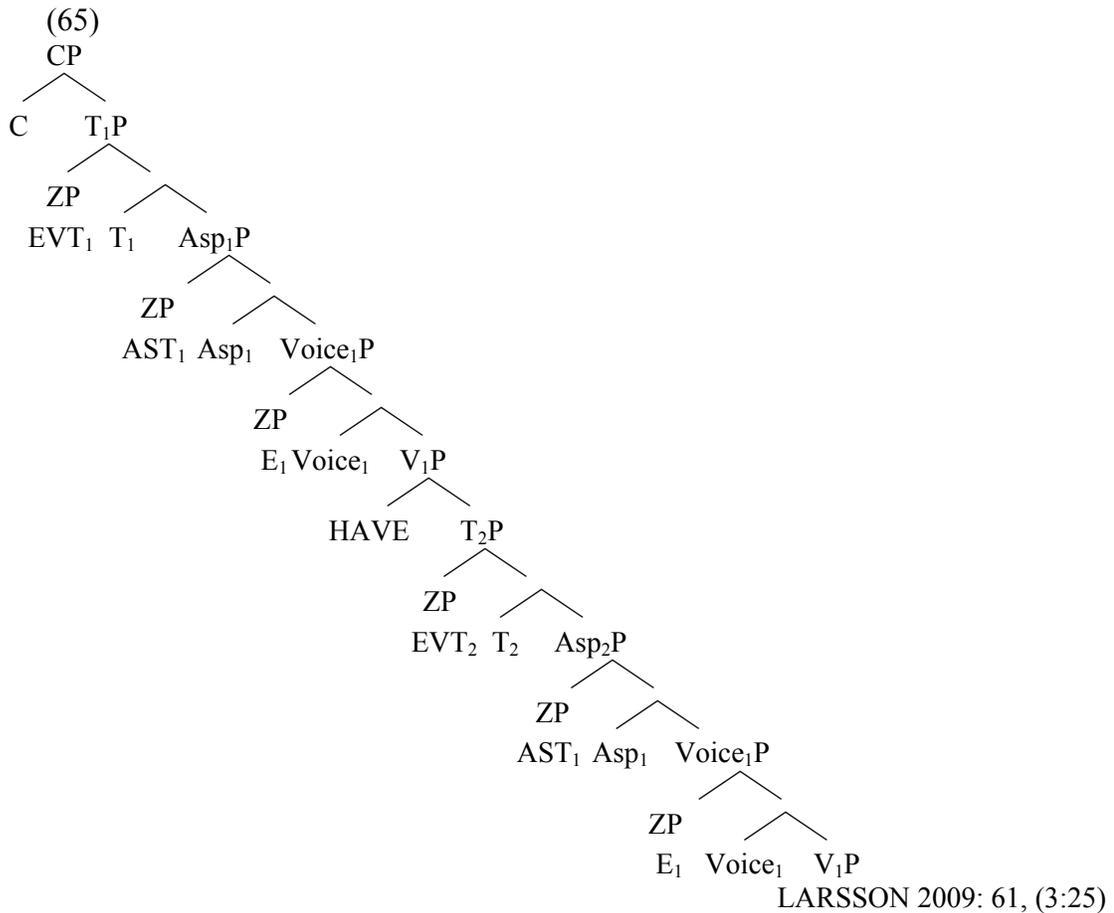
Em sua tese, Larsson (2009) também considera que há um T na estrutura do verbo principal. É apresentado um estudo sobre o particípio e sua diacronia no Sueco, e a proposta é que os particípios têm uma estrutura interna que varia de acordo com o tipo de particípio e com a língua, e que o surgimento do perfeito perifrástico envolve mudanças na sintaxe do particípio.

Uma estrutura com o perfeito, na proposta do autor, seria bioracional. Quanto às relações de tempo na estrutura, se considera a existência de: AST, *assertion time* (segundo Demirdache e Uribe-Etxebarria, 2007, 2008), que é “the time of which an assertion is made” (p. 57); S, *speech time*; E, *event time*. T é, então, a relação entre S e AST, enquanto Asp é a relação entre AST e E; finalmente, Voice introduz E. Assim, a estrutura é a seguinte, para o domínio de T:



LARSSON 2009: 58, (3:20)

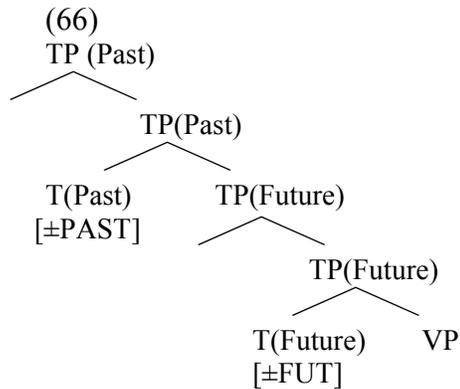
A estrutura do tempo perfeito é a seguinte:



Pode-se ver, assim, que o passado não-finito, encaixado, é um tempo relativo. Assim, a estrutura do particípio perfeito é como aquela em (64). Na análise proposta, o que se vai considerar “novo” para o particípio perfeito (em relação aos outros tipos de particípios) é o uso do *have* como auxiliar. Também não se considera que as diferentes leituras do *perfect time span* não dependem somente do tempo presente do auxiliar, mas sim das propriedades deste auxiliar de tempo. Assim, como se pode ver, a estrutura é mais desenvolvida que somente o V, incluindo projeções até TP (mas não incluindo, no entanto, CP).

Julien (2001) propõe ainda mais estrutura para o complemento do verbo mais alto, uma vez que considera que ele seleciona um complemento que é um CP. Assim, a estrutura que propõe é bioracional para o que ela chama de “*complex tenses*” – no caso, construções como as perifrásticas *have*+particípio ou *is*+gerúndio do inglês. A autora

assume que, mesmo nos tempos simples, há a projeção de dois núcleos que marcam tempo (T), um mais baixo T(Future) e outro mais alto T(Past). A proposta para a estrutura de uma oração é a de (66):



JULIEN, 2001:128:2

O núcleo que tiver marcação negativa não será realizado abertamente, e não contribuiria para a computação dos eventos ou para a relação entre eles. Assim, se T(Past) tem marcação positiva e o T(Future), negativa, então temos o passado simples, com marcador de tempo passado; se T(Past) é negativo e T(Future) positivo, então temos um futuro simples. Se ambos são negativos, temos o presente simples. Já as construções com perífrases vão surgir quando se quiser combinar, por exemplo, um T(Future) com (escopo sobre) um T(Past).

Quanto às relações de tempo, a autora considera que o evento de fala (S, *speech event*) é o argumento do elemento de tempo mais alto de uma construção, enquanto o evento de predicado (E) deve ser um dos argumentos do elemento de tempo mais baixo, sendo que E é sintaticamente representado por VP. Assim, em construções simples, S será diretamente relacionado a E: no passado simples, S deve estar depois de E (na linha temporal); assim, T(Future) deve ser inerte, para que o complemento de T(Past) seja semanticamente equivalente ao VP (e então resultando no esperado: E_S); se ambos têm marcação negativa, então não há especificação para a relação entre S e E – que será, assim, a *default*, que é a de coincidência – ou seja, de presente.

Quando ambas as marcações são positivas, o que temos é o futuro do pretérito, e a autora considera que seu significado não pode ser capturada somente por E e S. Deve-se considerar também o tempo de referência (R), de modo que T(Past) relacione S e R (R_S) e

T(Future), R e E (R_E): o evento é posterior à referência, e, esta, posterior ao evento da fala.

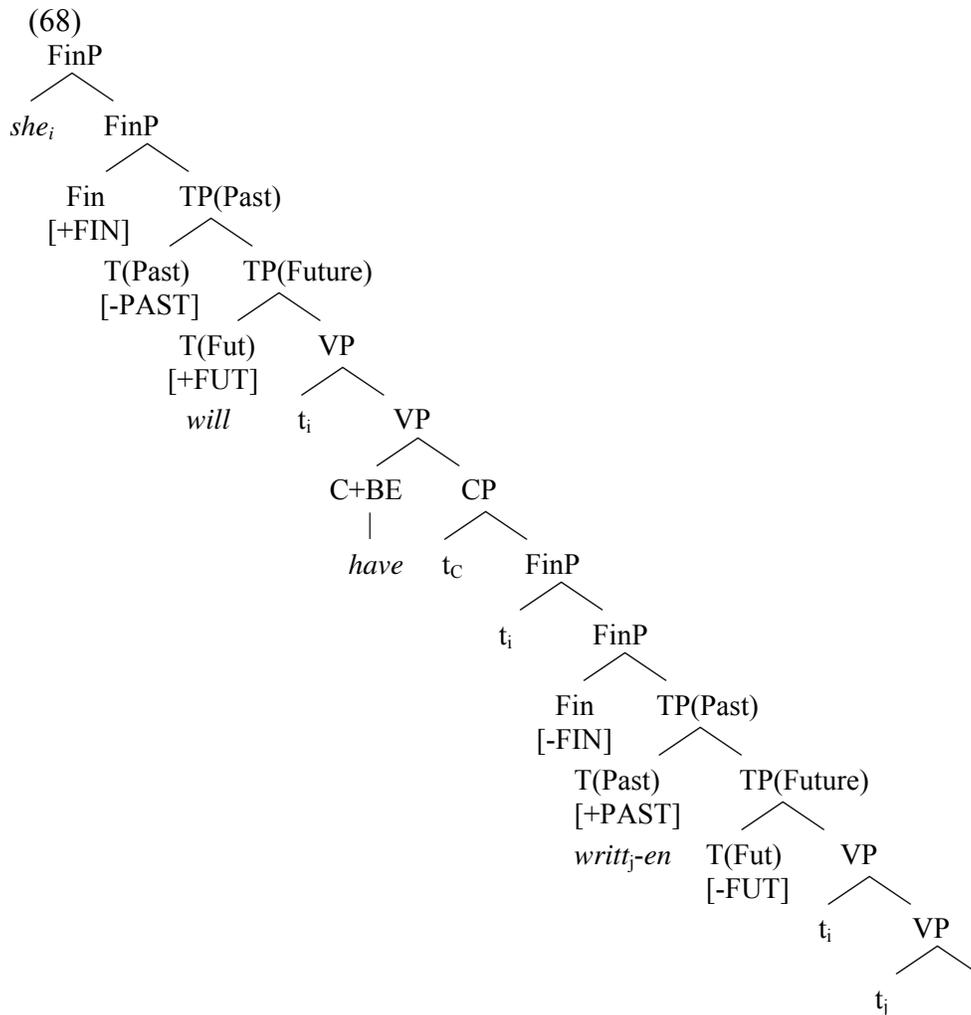
Voltando às construções com perífrases, nelas, o verbo mais alto, finito, representa a relação de tempo com o evento de fala, sendo, assim, um tempo absoluto; já o verbo encaixado, mais baixo, não-finito, terá como primeiro argumento sempre um R, sendo, assim, um tempo relativo.

Assim, a autora considera que as marcações morfológicas que aparecem nos verbos principais das construções perifrásticas são realizações de tempo (não-finito) e não de aspecto. O gerúndio (progressivo) é, então, um presente não-finito, o particípio (perfeito) é um passado não-finito e o prospectivo é um futuro não-finito¹⁵.

A estrutura ficaria, para um T(Future) que toma sob seu escopo um T(Past), como é o caso de (67), da forma mostrada em (68):

¹⁵ Com esta forma de análise, termo “aspecto” poderia indicar, por exemplo, os aspectos lexicais e noções como *habitual* – que seriam, segundo a autora, bons candidatos a “aspecto”. No entanto, a questão não é desenvolvida pela autora, por não ser ela o foco do texto.

(67) She will have writt -en.
 FUT PAST



JULIEN 2001:136 (9), (10)

O que se tem nesta estrutura é um futuro absoluto no verbo mais alto e, no verbo encaixado, um passado relativo (cuja realização morfológica é o particípio). No caso das sentenças (69) a seguir, teríamos uma estrutura semelhante, com a diferença de marcação do T(Past) e T(Future) do verbo mais alto, finito ([-PAST], [-FUT] e [+PAST], [-FUT], respectivamente). Já no caso das construções progressivas como as de (70), a diferença estaria também na marcação do verbo não-finito mais baixo, que está no presente.

- (69) a. She has writt -en.
 PRES PAST
 b. She had writt -en.
 PAST PAST
- (70) a. She is writ -ing.
 PRES PRES
 b. She was writ -ing.
 PAST PRES
 c. She will be writ-ing.
 FUT PRES

JULIEN 2001:137 (11)-(12), (13)-(15)

Já a forma não-finita no futuro seria, segundo a autora, realizada pela forma *going to* no inglês. Assim, temos:

- (71) a. She is going to write.
 PRES FUT
 b. She was going to write.
 PAST FUT
 c. She will be going to write.
 FUT FUT

JULIEN 2001:153 (45)-(47)

A autora defende que a diferença de leitura entre *will* + infinitivo e *is going to* + infinitivo pode ser capturada por sua análise, já que, no primeiro, o tempo seria absoluto (*will* é inserido em T, não sendo, assim, um V), enquanto, no segundo, haveria um tempo relativo envolvido. O tempo futuro do PB, no entanto, pode ser representado por uma perífrase não importando a existência ou não de um tempo relativo. Julien (2001) apresenta as seguintes diferenças no julgamento de gramaticalidade, para o inglês:

- (72) a. Mary will have a baby (when she grows up).
 b. Mary is going to have a baby (*when she grows up).

JULIEN 2001:155 (49)

A autora explica que, no caso da construção perifrástica, a agramaticalidade se dá porque o R que há nela chama atenção para as circunstâncias atuais, enquanto, no caso da construção com *will*, a predição sobre o evento pode estar num futuro que seja tanto distante quanto próximo. No entanto, no PB, a construção com perífrase é possível mesmo se numa construção como a de (72b):

- (73) Maria vai ter um bebê (quando crescer).

Apesar desses problemas, podemos ver, com os estudos como os de Giorgi e Pianesi (1996), Larrson (2009) e Julien (2001) que é possível propor a existência de (pelo menos) uma projeção de Tempo (TP) no complemento de verbos como *ter/haver* seguidos de particípio e *estar* seguido de gerúndio, mesmo que o TP (e CP, no caso de Julien, 2001) (não finito) do verbo mais baixo apresente diferentes propriedades daquelas do da oração matriz. São estudos que não consideram a subida de clítico como argumento para isso, e sim outros elementos, inclusive semânticos e morfológicos, o que faz possível idéia de se considerar que o PB tem TP ou CP na estrutura encaixada das construções mais “auxiliares” como a de tempo composto e a aspectual.

2.3 Resumo

Neste capítulo, apresentamos, primeiramente, uma discussão sobre a auxiliaridade no PE e no PB. A partir dos resultados de outros estudos sobre a questão e a aplicação de testes que mostram se um verbo tem as propriedades que um auxiliar deve apresentar, concluímos que os auxiliares no PB são (i) os verbos *ter*, *haver* (que selecionam particípio), *ser* (da construção passiva), *estar* (seguido de gerúndio) e *ir*, *vir* (que selecionam infinitivo) e (ii) verbos aspectuais (além de *estar*), o verbo *haver de* (indicando futuro) e os verbos modais (*poder*, *dever* e *ter de/que*). Para o PE, consideramos os resultados de Gonçalves e Costa (2002) e, notando que alguns verbos que não são considerados auxiliares ou semi-auxiliares apresentam, mesmo assim, subida de clítico, optamos por chamar esses casos de “predicados complexos”.

Feito isso, apresentamos, então, as possíveis análises que se podem fazer para a estrutura dos verbos auxiliares e dos verbos formadores de predicado complexo. Vimos que os estudos voltados para a questão da auxiliaridade geralmente analisam os auxiliares como não podendo selecionar um CP ou, a depender do autor, não poderiam selecionar nem mesmo um TP. Assim, o particípio selecionado por *ter*, por exemplo, não deveria ter um TP em sua estrutura. No entanto, apresentamos outros estudos, como de Giorgi e Pianesi (1997), que apresentam argumentos a favor da existência de uma projeção de tempo no complemento selecionado por verbos como *ter*, bem como estudos que consideram verbos como *ter* (+particípio), *querer*, *ir*, *parecer* (que, como vimos, apresentam diferentes

propriedades) como realização de projeções funcionais, sendo que, em nenhum caso, haveria projeção de tempo entre verbo regente e verbo principal. No capítulo seguinte, vamos retomar os estudos apresentados nesse capítulo para verificar como se pode analisar a perda de subida de clítico no PB.

CAPÍTULO 3

A SUBIDA DE CLÍTICO

Para além da estrutura das construções com (semi-)auxiliares e predicados complexos, a subida de clítico pode estar relacionada com o estatuto do clítico em si. Kayne (1991), por exemplo, assume que os clíticos das línguas românicas têm a propriedade de necessariamente se adjungirem a um núcleo formal, como Infl. Se for esse o caso, o alçamento obrigatório do clítico pode estar relacionado com existência desse núcleo formal somente acima do verbo regente. Roberts (2008), no entanto, considera o clítico um feixe de traços- ϕ e explica a cliticização como sendo um caso de incorporação, ou seja, se o clítico for um subconjunto apropriado para uma dada sonda (v^* , por exemplo), há movimento de núcleo do clítico para tal sonda. Neste caso, a subida de clítico é um caso de clítico que está disponível para incorporação com o verbo mais alto.

Assim, nesse capítulo, apresentamos, primeiramente, um estudo sobre o estatuto e natureza do clítico pronominal (seção 3.1). Feito isso, apresentamos, na seção 3.2, algumas análises para subida de clítico, verificando o que sua possibilidade ou impossibilidade pode revelar sobre a estrutura das construções com verbos auxiliares e de predicado complexo; em 3.3, encontra-se um resumo do capítulo.

3.1 A natureza do clítico pronominal e seu estatuto

Nesta seção, são apresentadas algumas análises presentes na literatura para os “clíticos especiais” das línguas românicas, assim chamados por Zwicky (1977) por apresentarem uma sintaxe especial (diferente da sintaxe de outros pronomes e objetos), em oposição aos “clíticos simples”, que não apresentam as mesmas peculiaridades daqueles. Um dos motivos que leva o autor a chamar de especial a sintaxe dos clíticos especiais é o fato de a posição que ele ocupa na sentença não ser a mesma posição canônica da língua para o objeto¹⁶.

¹⁶ Este fato é analisado, na literatura, de duas formas: o clítico é gerado na base na posição que aparece na estrutura superficial da sentença; ou é gerado numa posição argumental e sua posição na estrutura superficial

Uma das formas de analisar tal fato é considerar que houve o movimento, na sintaxe, do clítico. As questões que se colocam, então, são: qual a natureza desse movimento; e para qual categoria esse movimento se dá. A seguir, apresento estudos que tratam dessas questões¹⁷.

3.1.1. Clíticos fortes e clíticos fracos

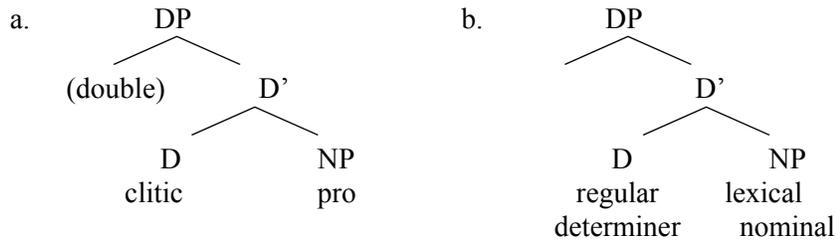
Por serem considerados elementos dependentes, os clíticos podem ser analisados, em diversos estudos, como elementos nucleares que se movem para outro núcleo, como V ou T/Infl. Uriagereka (1995), por outro lado, considera que há uma diferença entre os clíticos acusativos de terceira pessoa e os de primeira e segunda, e essa diferença seria na possibilidade desses se moverem tanto como sintagma quanto como núcleo, enquanto aqueles só poderem se mover como núcleo.

Um dos fatos que levou o autor a propor que se tratasse diferentemente os dois grupos de clítico é a origem e morfologia dos clíticos acusativos de terceira pessoa, que é distinta em relação aos de primeira e segunda pessoas. Para o autor, os clíticos acusativos de terceira pessoa – chamados por ele de “clíticos fracos”, nomenclatura que adotamos neste trabalho – são determinantes, análise que daria conta do redobro de clítico de línguas como o espanhol e também se baseia na origem de tal elemento (que é uma inovação das línguas românicas em relação ao latim), que é como o artigo definido. A estrutura seria, assim, (74a) para o “clítico fraco”, sendo (74b) a estrutura de um determinante “normal”, como *o* de *o menino*:

é resultado de movimento. Sportiche (1996) apresenta uma boa discussão sobre a questão, além das referências relevantes, e propõe uma abordagem mista, mas este ponto não será discutido neste trabalho. Adota-se, sem discussão, que o clítico é gerado em sua posição temática, sendo sua posição na superfície derivada por movimento.

¹⁷ Outra questão que se coloca, além dessas, é como se pode derivar a ênclise e a próclise. Como a próclise é generalizada em PB, não vamos nos concentrar, neste trabalho, nas questões que a envolvem. Assumimos, no entanto, junto com Kayne (1991), que, num movimento de núcleo, a adjunção deve ser dar à esquerda. Assim, a ênclise seria resultado ou de movimento do verbo “pulando” o núcleo ao qual o clítico se adjunge (Kayne 1991, Roberts 2008), de movimento pós-sintático (Galves e Sandalo, 2004), ou de movimento de clítico para o núcleo seguido de movimento de verbo para este mesmo núcleo (Cyrino, 2009).

(74)

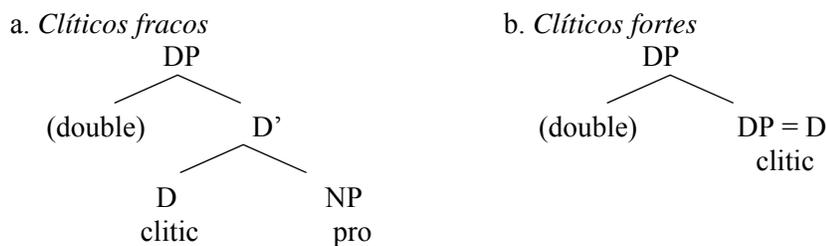


URIAGEREKA, 1995:81, (2)

Assim, um clítico precisa se mover para uma posição onde possa licenciar seu *pro*, e, nas línguas que têm um núcleo F ativo, é para lá que o movimento deve ocorrer. É o caso, por exemplo, da língua galega. O francês, por outro lado, não teria um F ativo, então o *pro* deve ser licenciado de alguma outra forma. Esta forma seria pela criação de uma “pseudo”-concordância pela subida do *pro* para Spec, Agr_O e do clítico (D) para o núcleo Agr_O.

Já os clíticos de segunda e primeira pessoa, que o autor chama de “clíticos fortes”, não seriam exatamente um D, mas sim um DP ([-projected], [+maximal]), sendo sua estrutura a de (75):

(75)



URIAGEREKA, 1995:81, (2)

Como sintagmas, os clíticos fortes podem se adjungir a Agr_OP, diferentemente dos fracos, que se moveriam talvez diretamente para F, numa língua que tem F ativo (e o clítico forte se moveria, por fim, como núcleo, também para F), ou então se moveriam para Agr_O. Assim, o movimento dos clíticos na língua galega, que tem um F ativo, seria o da Figura 1, enquanto no francês, da Figura 2:

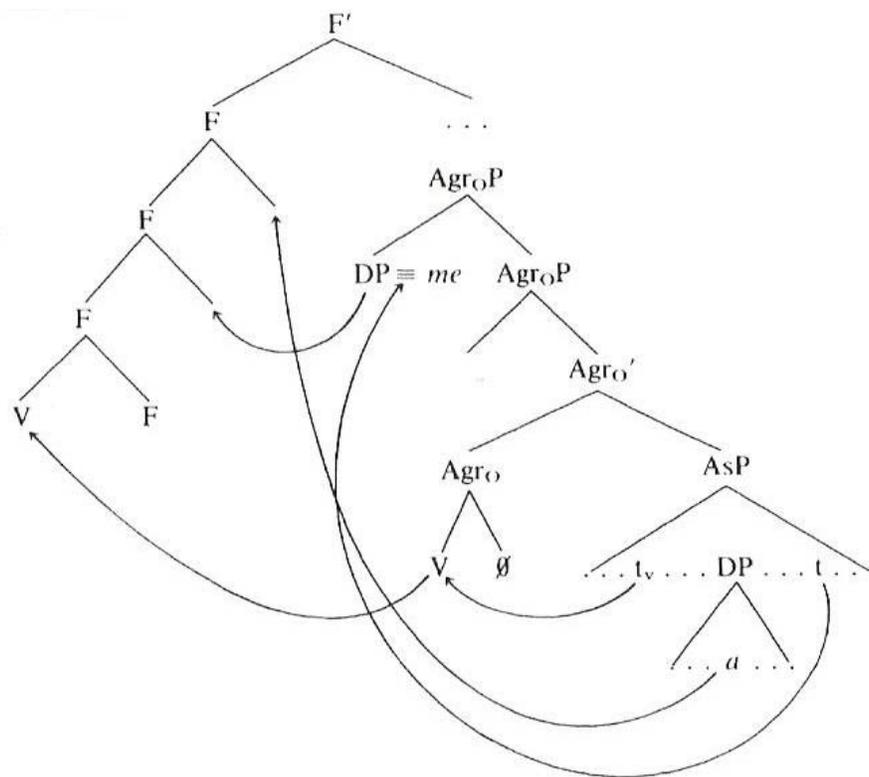


Figura 1: Movimento dos clíticos na língua galega
 Fonte: Uriagereka, 1995:115 (35b)

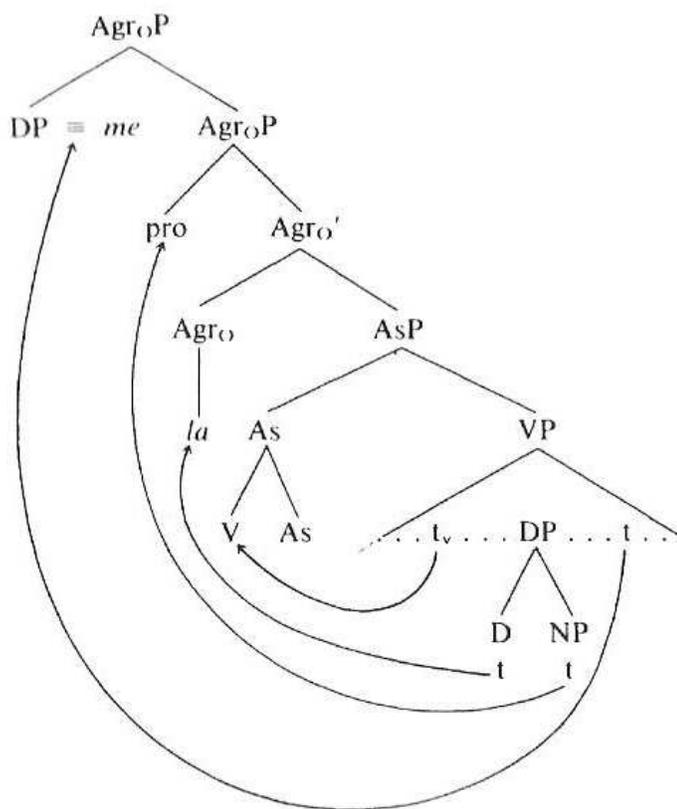


Figura 2: Movimento dos clíticos no francês

Fonte: Uriagereka, 1995:116 (35c)

O autor adota a idéia de Sportiche (1996) de que há uma projeção Agr para a qual o clítico sobe para checar seus traços de concordância, e a de Koopman (1994), de que há uma categoria Asp entre Agr_O e V. Se Agr_S de uma língua não é forte (o suficiente para licenciar *pro*), como é o caso do francês, o verbo sobe somente para Asp. Se o clítico deve subir para Agr_O, então está explicado a ausência de subida de clítico numa sentença como a de (76):

(76) Nous (*te) voulouns te voir (*te).

Nós te queremos te ver te

“Nós queremos te ver”

URIAGEREKA, 1995:106, (26)

Por outro lado, a posição do clítico é diferente em sentenças como (77):

(77) Paul l'a insultée et mise à la porte.

Paul a-tem insultado e colocado a a porta

“Paul a insultou e colocou para fora”

URIAGEREKA, 1995:105, (25)

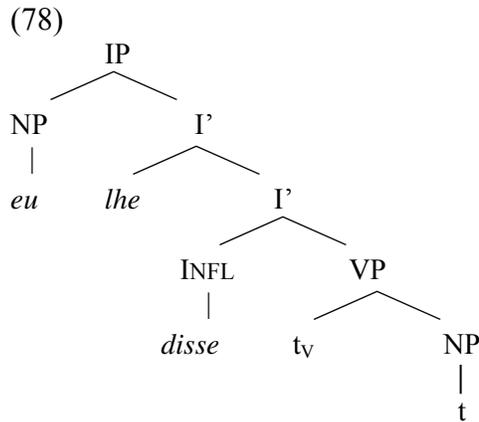
Tal diferença é explicada, pelo autor, da seguinte forma: em (76), há dois eventos (um é “ver” e outro, “querer”); se cada evento é associado com sua própria projeção de Agr_O, então se explica por que o clítico permanece com o verbo mais baixo – *voir*: é ele que atribui papel temático para o clítico, então é para seu Agr_O que este sobe. Já no caso de (77), haveria só um evento, e assim, um só Agr_O, que domina tanto o verbo *avoir* como os verbos no particípio passado; assim se explica por que o clítico aparece à esquerda do verbo auxiliar, e não do verbo principal.

O foco do artigo são os clíticos acusativos de terceira pessoa, e por isso não se fala muito sobre os clíticos de segunda e primeira pessoas. O autor discute brevemente o porquê de, nas línguas com o F ativo, os “clíticos fortes” subirem para F (ou se eles, de fato, se movem para esta posição), já que, como não têm um *pro* associado que deve ser licenciado, deveria haver outra motivação para tal movimento. Mas o autor parece adotar que o movimento para Spec, Agr_O acontece com todos os clíticos fortes, talvez para checar seus traços de concordância.

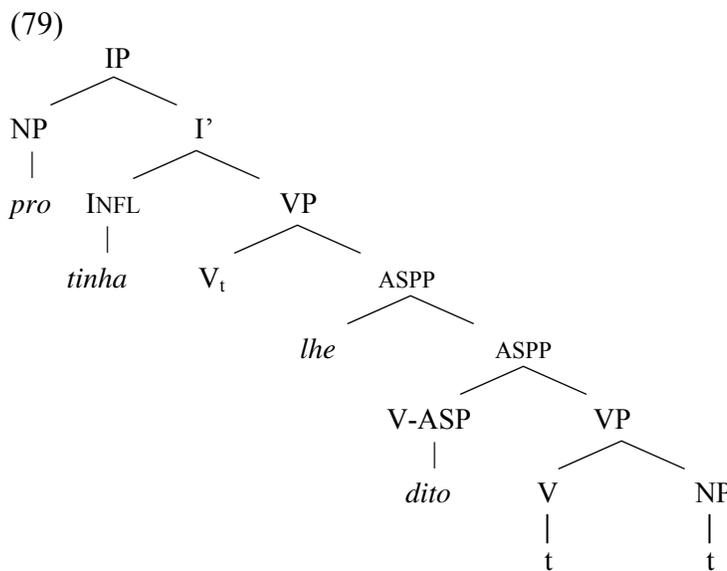
Em Galves (2001, capítulo 7), encontramos uma análise para o PB que toma como base, em partes, aquela de Uriagereka, que, como vimos, divide os clíticos entre “clíticos fortes”, que se movem como sintagmas, e “clíticos fracos”, que se movem como núcleos.

Como vimos no capítulo 1, o PB “perdeu” o clítico acusativo de terceira pessoa. Isso seria, segundo a autora, pelo fato de que o PB só comporta um paradigma de clíticos fortes; clíticos do PB seriam, então, sintagmas, assim como os pronomes tônicos, e se comportariam como pronomes movidos. Sua posição de adjunção ao verbo temático seria evidência de que eles nunca se cliticizam a Infl; ao contrário, se adjungem à primeira projeção que domina o verbo que o seleciona. Assim, mesmo que o verbo seja alçado para Infl numa sentença com verbo simples, a posição que o clítico ocupa é de adjunção a I', e

não adjunção ao núcleo I (ou mesmo, não é adjungido a V e então movido com ele para I). A estrutura ficaria, assim, (78) para as sentenças com verbos simples e (79) para as sentenças com dois verbos:



GALVES, 2001:141 (36)



GALVES, 2001:141 (37)

Para explicar por que clíticos fracos não são possíveis no PB, a autora propõe que os “clíticos nucleares são incompatíveis com um sistema de concordância fraca” (p. 144), porque seu movimento para Infl exige que este tenha concordância rica. Isto porque os clíticos acusativos (nucleares) precisam estar no mesmo núcleo que o elemento que atribui caso para ele, o verbo. Mas, com a noção que a autora adota de atribuição de caso, que é a de que “toda relação casual envolve um núcleo funcional de concordância” (p. 144), atribuição de caso ao clítico nuclear pelo verbo não pode acontecer no PB, porque o verbo

não sobe para AgrP na sintaxe visível, permanecendo em T (a autora adota a estrutura proposta por Pollock, 1989, com AgrP acima de TP) – posição que não é de concordância e, portanto, não pode legitimar o clítico.

Assim, somente os clíticos que se movem como sintagmas sobrevivem. Então, por que existe a diferença de posição entre *me*, *te* e *ele*, como se pode ver, por exemplo, em (80)?

(80) a. Pouco barulho não me/te/*ele incomoda.

b. Pouco barulho não incomoda *me/*te/ele.

Segundo a autora, é a marcação morfológica de caso que os clíticos fortes têm que faz com que eles se movam, sendo assim a responsável por tal diferença. Eles possuiriam caso inerente, o que, segundo a autora, faz com que eles não precisem de uma categoria Agr para que a marcação de caso aconteça; só precisariam, na verdade, estar no domínio de verificação da categoria atribuidora de papel temático, ocupando uma posição pode ser de adjunto ou de especificador. Daí se tem também a explicação do por que o clítico deve estar sempre “próximo” ao verbo principal no PB, diferentemente do que acontece com outras línguas românicas.

Assim, os clíticos do PB se moveriam como sintagmas. Como precisam estar no mesmo domínio de verificação da categoria atribuidora de caso, precisam se mover para a mesma projeção para a qual o verbo se move. Já no PE, eles se moveriam como núcleo e seriam instanciados em Infl, que é um núcleo funcional de concordância¹⁸.

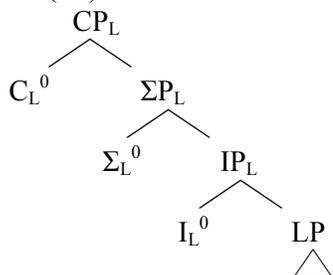
3.1.2. Deficiência e tipologia dos pronomes

Há, por outro lado, análises que não captam a diferença entre clíticos acusativos de terceira pessoa e os clíticos de primeira e segunda pessoa na estrutura do clítico, considerando todos eles estruturas “deficientes” e que se encaixam numa tipologia de pronomes que, de forma geral, pode ser dividida em três grupos, cada um com mais estrutura ou mais traços (a depender da análise) que o outro.

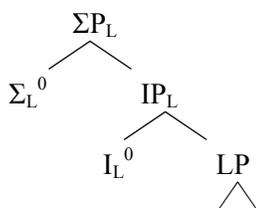
¹⁸ Galves, Torres Moraes & Ribeiro (2005) também propõem que a diferença de comportamento dos clíticos em PE e PB em relação à subida vs não-subida de clíticos é resultado da diferença na categoria à qual o clítico se liga em cada uma (*v* neste, Infl naquele).

Com base na noção de deficiência estrutural, Cardinaletti e Starke (1999) propõem que há três tipos de pronome: clíticos, pronomes fracos e pronomes fortes. Os dois primeiros apresentariam uma deficiência estrutural, sendo que, no caso do clítico, a deficiência é mais severa. Esta diferença estrutural entre eles envolve a falta de uma camada superior e é representada da seguinte forma:

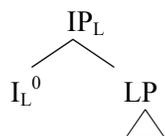
(81) a. Pronomes fortes:



b. Pronomes fracos:



c. Pronomes clíticos:



CARDINALETTI E STARKE, 1999:195 (111)

Os pronomes clíticos, por sua deficiência severa, se moveriam como núcleo, enquanto os pronomes fracos, apesar de deficientes, se moveriam como sintagma. Então, numa sentença, a posição para cada pronome, incluindo os pronomes fracos, seria a representada na Figura 3 a seguir:

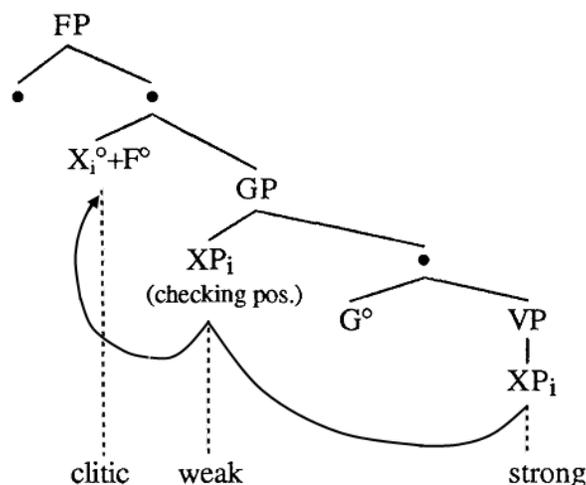


Figura 3: Posição na sentença para cada tipo de pronome.

Fonte: Cardinaetti e Starke, 1996:196 (112)

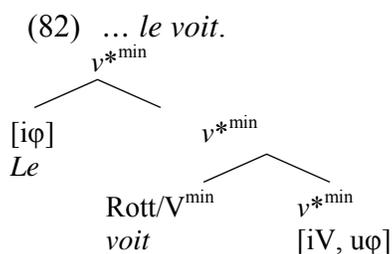
Galves (2001, capítulo 8) faz uma análise para os clíticos do PB com base na tipologia de Cardinaetti e Starke (1999), mas substitui a distinção estrutural que os autores fazem por uma distinção “em termos de um traço de subcategorização morfológica” (Galves, 2001:54). A autora assume que os pronomes deficientes são traços- ϕ (assim como traços de concordância), que devem ser legitimados, e isso se dá pela presença de um traço-AGR em uma categoria funcional. Desenvolve, então, a seguinte análise para o PB: Tempo não é associado a um traço de concordância; v pode receber um traço de concordância. Assim, v vai poder legitimar pronomes deficientes (“seu domínio de verificação fornece, assim, posições adequadas para a interpretação dos pronomes deficientes”, Galves, 2001, p. 170).

Clíticos, então, se afixam a v , e o de terceira pessoa estaria excluído porque o PB apresenta um sistema “pobre” de traços de pessoa, no qual a terceira pessoa não recebe especificação para tal traço, sendo assim não-interpretável (diferentemente de um sistema forte, no qual a terceira pessoa recebe especificação para o traço de pessoa). Segundo a autora, então, essa falta de especificação é incompatível com a interpretação de um pronome clítico de terceira pessoa. Já os clíticos de primeira e segunda pessoa são marcados para o traço, e são, assim, interpretáveis. Quanto aos pronomes fracos, que são *ele* e o objeto nulo pronominal, estes se adjungem a vP .

Assim, clíticos se moveriam como núcleos, inclusive os de primeira e segunda pessoas, e a explicação para o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa – e, na verdade, de toda a terceira pessoa nos clíticos, já que o clítico *lhe* também não é usado como dativo de terceira pessoa, mas sim como clítico dativo ou acusativo de segunda pessoa – estaria no fato do PB apresentar um sistema “pobre” de traços de pessoa, o que é incompatível com um clítico de terceira pessoa.

Roberts (2008) é outro autor que adota, em partes, as idéias de Cardinaletti & Starke (1999), apesar de adotar a terminologia de Déchaïne & Wiltschko (2002). Para o autor, o clítico das línguas românicas é um feixe de traços- ϕ valorados de pessoa, número e gênero. Em sua proposta, o movimento de núcleo¹⁹ se dá por incorporação de um alvo defectivo em relação a uma sonda, ou seja, de um elemento com traços valorados que sejam um subconjunto dos traços não-valorados da sonda, para que possa haver valoração dos traços desta, o que pode também ser considerada como uma operação de *Agree*. É este tipo de movimento que o clítico sofre: como feixe de traços- ϕ interpretáveis, é alvo para (a valoração de) v^* , que possui os mesmos traços, mas não-interpretáveis.

Assim, a cliticização se daria, basicamente, da seguinte forma:



ROBERTS, 2008:90, (25)

Já a regra para incorporação seria a seguinte:

(83) A Goal G is defective iff G's formal features are a proper subset of those of G's Probe P.

ROBERTS, 2008:98, (32)

Da estrutura em (82), é possível perceber que o clítico fica logo à borda esquerda da categoria mínima que é núcleo de uma fase, v^{*20} . O autor propõe que, assim como os elementos que ficam na borda de uma fase (Spec, v^*P) são acessíveis a operações

¹⁹ Apesar de adotar o minimalismo, o autor reintroduz a noção de movimento de núcleo no programa.

²⁰ O autor adota a idéia de que os elementos são sempre adjungidos à esquerda do núcleo para o qual se movem, ou seja, se o verbo sobe primeiro, e o clítico depois, é por isso que se tem próclise.

posteriores (além do próprio núcleo da fase), a borda esquerda do núcleo da fase também estaria igualmente disponível – idéia que vai ser importante quando da análise para a subida de clítico.

3.1.3 Discussão

Das análises apresentadas, o que se pode perceber é que o clítico deve se mover para ser legitimado, como é o caso da análise de Uriagereka (1995), Galves (2001), Cardinaletti e Starke (1999); ou então se move por ser um alvo apropriado para uma sonda, como é o caso da análise de Roberts (2008). Assim, nas primeiras análises, o clítico subiria para X (V, ou Agr_O, ou Infl, ou F) porque precisa ser legitimado, então tal categoria deve ter a configuração necessária para instanciá-lo. Para Uriagereka (1995), nas línguas com F ativo, este núcleo é F, pelo menos para os clíticos de terceira pessoa, enquanto nas línguas de F não ativo a projeção responsável por instanciar os clíticos seria provavelmente Agr_O, com base na ligação que os clíticos têm com concordância.

Galves (2001) apresenta duas propostas para os clíticos do PB. Em uma delas, com base na análise de Uriagereka (1992), propõe que o clítico, como núcleo, precisa estar numa projeção funcional de concordância, enquanto que para o clítico como sintagma, é suficiente que ele esteja “próximo” (no caso, em Spec) do elemento que lhe atribui papel temático. Assim se explica porque o PB perdeu o clítico de terceira pessoa e porque os de primeira e segunda pessoa devem sempre estar ligados ao verbo principal. Em outra análise, tomando por base a idéia de que há dois tipos de pronomes deficientes (clíticos e pronomes fracos) de Cardinaletti e Starke (1999), analisa todos os clíticos como núcleo e explica que os clíticos (e, na verdade, os pronomes fracos também) precisam ser legitimados por um núcleo de concordância forte, e, como no PB o T tem concordância fraca, é o *v* que apresenta concordância (de objeto) forte. A diferente posição que clíticos e pronomes fracos apresentam seria resultado de um traço fonológico nos clíticos, que os faz dependentes de algum núcleo, tendo, assim, que se mover como núcleos. Assim, o que há de comum nas duas análises é a idéia de que é o *v* que licencia o clítico no PB.

Por outro lado, para Roberts (2008), o movimento do clítico não se dá por uma deficiência ou especificação de dependência deste, mas sim por ser um subconjunto de

traços de uma sonda como, por exemplo, v . Assim, o clítico, sendo um feixe de traços- ϕ , sobe para um núcleo X (como o próprio v^*) sempre que este tem pelo menos os mesmos traços- ϕ não-valorados e o clítico é o alvo mais próximo para a valoração desses traços da sonda v^* .

Na seção a seguir, vamos ver como é possível analisar os casos de subida de clítico, considerando as diferentes formas de, por um lado, analisar o clítico e, por outro, a estrutura da sentença que permite seu alçamento.

3.2 Análises para a subida de clítico

Como já foi dito nos capítulos anteriores, a necessidade de subida de clítico pode ser indicador de que não há, no domínio encaixado, uma projeção que possa licenciar o clítico. Isso poderia indicar que uma construção como a de tempo composto teria diferentes projeções no PB e no PE, já que a subida é obrigatória neste, mas não acontece naquele. Já nas abordagens mono-oracionais, a falta de subida deveria ser relacionada com outro fato, como a falta de algum traço no verbo que atraia o clítico de forma que este esteja disponível para o verbo mais alto; neste caso, a diferença entre o PB e as outras línguas românicas poderia se resumir a traços que o verbo mais alto apresenta, e não a uma estrutura diferente no domínio encaixado.

Nesta seção vamos, portanto, analisar algumas possibilidades de análise de subida de clítico presentes na literatura. Primeiramente, apresentamos o estudo clássico de Rizzi (1982) sobre reestruturação e como Gonçalves (1996), baseada nessa noção, explica subida de clítico no PE. Discutimos, então, como sua análise poderia ser aplicada para o PB. Feito isso, apresentamos a análise minimalista de Roberts (2008) para a subida de clítico nas línguas românicas e a análise de Cyrino (2009), em partes baseada em Roberts (2008), para a perda de subida de clítico no PB.

3.2.1 A regra de reestruturação

Os verbos do italiano que tomam como complemento um infinitivo apresentam características diversas, além das possibilidades de subida de clítico. Para explicar o

comportamento desses verbos, Rizzi (1982) propõe a regra de “reestruturação”, que vai transformar uma sentença bioracional (em DS) em uma oração simples, pela criação de um complexo verbal entre os dois verbos.

Quanto à natureza do clítico, o autor retoma, primeiramente, a análise de Kayne (1969, 1975) para o francês, estendendo-a para o italiano: clíticos são introduzidos numa posição pós-verbal, assim como os complementos lexicalmente especificados, e são cliticizados por uma transformação de movimento chamada *clitic placement*. A partir dos exemplos de (84)-(87), nota que a regra de *clitic placement* parece estar sujeita à condição de que clítico e verbo pertençam à mesma oração. Seguindo Chomsky (1973, 1975, 1977), isso seria explicado pelo fato de o movimento do clítico para a sentença mais alta ser barrado por duas condições: *Tensed S Condition* (TSC) e *Specified Subject Condition* (SSC).

- (84) a. *Creddo che Gianni la presenterà a Francesco.*
Creio que Gianni a apresentará a Francesco
b. **La creddo che Gianni presenterà a Francesco.*
- (85) a. *Sentivo Mario parlarle di parapsicologia*
Escutei Mario falar com ela sobre parapsicologia.
b. **Le sentivo Mario parlare di parapsicologia*
- (86) a. *Piero la affermava di conoscere molto bene.*
Piero afirmava que a conhecia muito bem
b. **Piero affermava di conoscerla molto bene.*
- (87) a. *Angela pareva averlo riaccompagnato a casa.*
Angela parecia tê-lo levado para casa.
b. **?Angela lo pareva avere riaccompagnato a casa.*

RIZZI, 1982:3, (6)-(9)

As estruturas que o autor propõe para as três últimas sentenças são as seguintes:

- (88) a. (io) *sentivo* [_S Mario *parlare a lei di parapsicologia*]
b. Piero_i *affermava* [_S di PRO_i *conoscere la molto bene*]
c. Angela_i *pareva* [_S e_i *avere riaccompagnato lo a casa*]

RIZZI, 1982:4, (10)

A impossibilidade de subida de clítico nessas sentenças podem ser explicadas por, respectivamente, um sujeito lexicalmente especificado em (88a), um PRO foneticamente nulo em (88b) controlado pelo sujeito da principal e o vestígio foneticamente nulo ligado ao sujeito da principal em (88c).

No entanto, com três classes de verbos (modais, aspectuais, de movimento), o clítico pode ser alçado. Se se considera que estes verbos também selecionam sentenças, então é preciso explicar como que o clítico pode aparecer ligado a eles, apesar de não estarem, clítico e verbo, na mesma oração.

A proposta do autor para resolver o problema é a regra de reestruturação na sintaxe do italiano, que atuaria sobre os verbos modais, aspectuais e de movimento. Assim, os dois verbos dessas construções seriam transformados em um complexo, formando um só constituinte e, assim, permitindo que clítico e verbo da oração “principal” (verbo regente) pertençam à mesma oração. Veja a representação de que o autor propõe:

- (89) a. Gianni [_v deve presentare] la a Francesco
b. Gianni la deve presentar a Francesco

RIZZI, 1982:5 (16)

A regra pode ou não se aplicar. Com a aplicação, há a formação do complexo [_v deve presentare], como em (89) e, assim, *clitic placement* vai fazer com que o clítico se ligue ao verbo *dever*, primeiro verbo lexical do complexo verbal formado.

Sem a aplicação da regra, a estrutura permanece bioracional, como se pode ver em (90), e o movimento do clítico para o verbo da oração principal seria bloqueado por SSC. Testes de formação de constituinte podem, segundo o autor, mostrar que houve reestruturação dos verbos em (89) enquanto que, em (90), o constituinte formado foi [presentare la a Francesco].

- (90) a. Gianni deve [_s presentare la a Francesco]
Gianni deve presentarla a Francesco

RIZZI, 1982:6, (18)

Como vimos, Gonçalves (1996), baseada em Rizzi (1982) e em Baker (1988), também propõe a atuação de uma regra de reestruturação, que transforma o complexo “verbo auxiliar + verbo principal” em um complexo verbal único – mas, na análise da

autora, o verbo principal sobe para uma posição de adjunção com o verbo regente, restando em seu núcleo apenas um vestígio. Admitindo que o clítico se liga ao V que lhe atribui papel temático, mas não pode se ligar a um vestígio, a autora assume que só resta ao clítico ligar-se ao núcleo do complexo verbal formado, o que vai resultar em ligação ao verbo mais alto. Quando não há a atuação da regra, o clítico pode permanecer ligado ao verbo principal, porque o V não teria subido para a posição de adjunção ao verbo regente. A possibilidade de não sofrer a regra de reestruturação seria justificada pelo fato dos temporais, modais e aspectuais seguidos de *a* selecionarem um complemento frásico (ou seja, que inclui TP) e não um complemento que não seja frásico, como um VP.

Já a impossibilidade de subida de clítico que alguns verbos do PE apresentam (como *decidir* e *parecer*) seria explicada, de acordo com Gonçalves (2002), pelo fato de estes verbos terem um T ativo na oração encaixada. No caso dos verbos que permitem subida de clítico (opcional), o T da oração encaixada seria defectivo, não teria traço-V e, assim, o verbo da encaixada precisa ser alçado para a oração principal, já que esta tem um T ativo, formando um predicado complexo com o verbo desta oração (verbo regente).

Assim, como se pode ver, Gonçalves (2002) relaciona a formação de um complexo entre os dois verbos com a deficiência do T projetado pelo verbo principal no infinitivo. Como, no PB, o clítico nos tempos compostos permanece ligado ao verbo principal, numa análise que seguisse as idéias de Gonçalves (1996) a única forma de dar conta do fato é considerar que no PB não há a atuação da regra de reestruturação. No entanto, como já apontado no capítulo 2, a aplicação dos testes de dependência temporal traz os mesmo resultados para o PB e o PE.

Então, se reestruturação está relacionada com dependência temporal, ela teria de acontecer, no PB, da mesma forma que no PE e, assim, os clíticos deveriam apresentar a possibilidade de se ligar ao verbo da oração matriz. Dessa forma, deveria haver outro fator que bloqueasse a formação de predicado complexo (no sentido de dois verbos formarem um complexo) no PB.

Esta não-atuação da regra de reestruturação também poderia indicar que, na verdade, o complemento do verbo mais alto tenha mais estrutura que um VP (TP ou,

mesmo, CP) – assim, a estrutura do tempo composto seria diferente se compararmos PB ao PE, apesar de apresentarem a mesma leitura aspectual e temporal.

É esta a análise que Duarte (1983) propõe. Segundo a autora, a posição dos clíticos no português (seja PE, seja PB) é FLEX. No PE, verbos de reestruturação têm FLEX em ambas as orações, enquanto nas de tempo composto, ambos os verbos (o regente e o principal) são dominados por somente um FLEX. Já no PB, ambas as construções seriam bi-oracionais, visto que, no tempo composto, não há subida de clítico.

De fato, como vimos no capítulo 2, há análises, como a de Julien (2001), que consideram uma estrutura bioracional mesmo para os tempos complexos. É uma abordagem interessante para ser adaptada para o PB, se se considera que a não-subida de clítico pode ser indício de que há mais estrutura no domínio do verbo encaixado.

Por outro lado, como vimos neste capítulo, a diferença entre o PB e o PE pode estar relacionada, na verdade, ao núcleo com o qual o clítico se liga. Para Uriagereka (1995), o clítico precisa se ligar ao núcleo F nas línguas que têm tal núcleo ativo, como o italiano (e, no caso, também PE), enquanto seria algo como Agr_O em línguas que não têm F ativo, como seria o caso do francês. O PB também poderia ser uma língua cujo F não está ativo. No entanto, seria preciso explicar a diferença que se observa entre tais línguas nas construções passivas e de tempo composto, como se pode ver em (91) e (92)²¹:

²¹ As construções de tempo composto destas duas línguas, apesar de semelhantes, têm leituras aspectuais diferentes quando o verbo *ter* está no presente. Assim, na verdade, uma tradução de (ib), com o *passé composé* do francês, seria (ia), com o pretérito simples do PB; além disso, segundo Barbosa (2008), (iia), com o tempo composto do PB, só pode ser traduzido como (iib,c), com o presente do francês:

- (i) a. Ele me viu ontem
b. Il m'a vu hier
- (ii) a. O que você tem feito?
b. Quest-ce que tu fais?
c. Que fais-tu?

BARBOSA (2008), p. 119

Assim, *être/avoir* no presente com participio passado do francês tem valor perfectivo, enquanto o *ter* no presente seguido de participio do português tem valor iterativo/durativo. No entanto, quando o verbo regente está no pretérito imperfeito, a leitura da construção em ambas as línguas é de pretérito mais-que-perfeito, o que pode indicar que não é a leitura temporal que está relacionada com subida de clítico, uma vez que as possibilidades de alçamento são as mesmas (alçamento obrigatório) para *être/avoir* + participio do francês, não importando em que tempo (presente ou imperfeito) está o verbo regente; assim como, em português, as possibilidades de alçamento também são as mesmas (no caso, não-alçamento), não importando o tempo em que o *ter* da construção *ter*+participio está.

(91) Eles tinham certamente me visto no Calçadão.

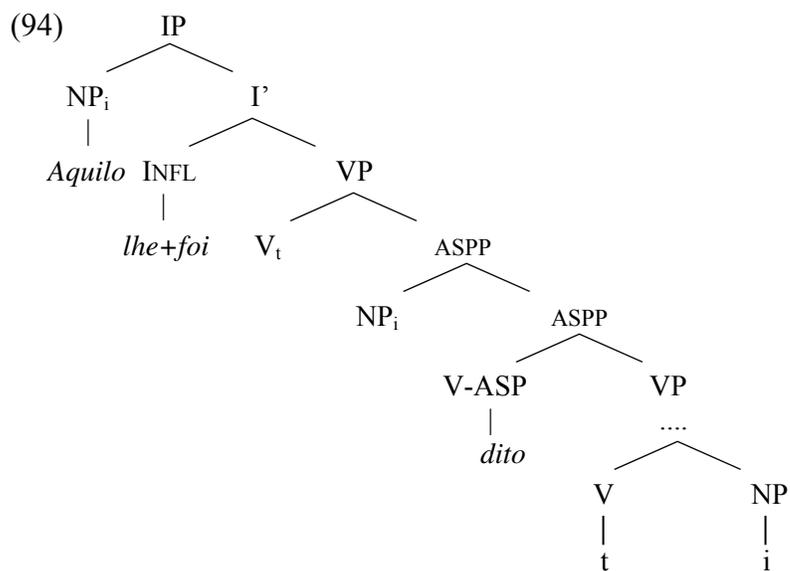
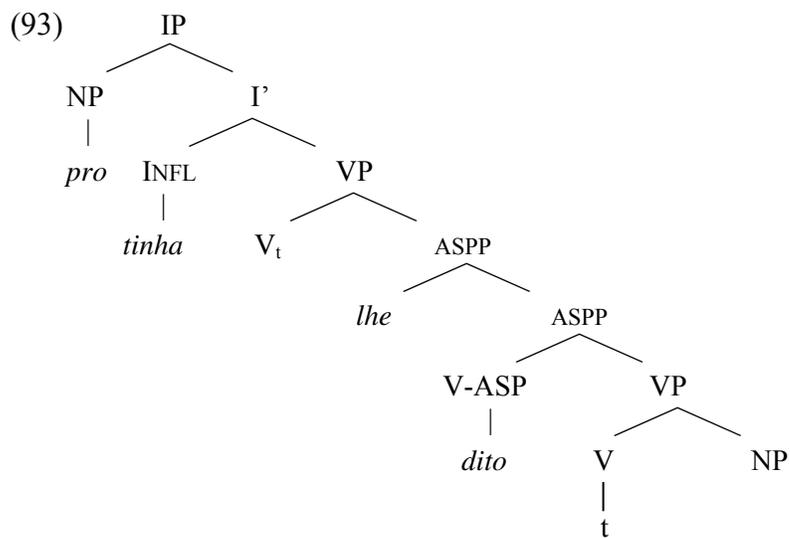
(92) a. Ils m'avaient certainement vu au Calçadão.

b. *Ils avaient certainement me vu au Calçadão.

DUARTE, MATOS E GONÇALVES 2005:134 (60), (61)

Parece, então, que o clítico do PB precisa ser licenciado de forma diferente que no francês. Galves (2001) e Galves, Torres-Morais e Ribeiro (2005) consideram que, enquanto o clítico do PE se liga a Infl, o clítico do PB se liga a *v*. Galves (2001), com esta diferença, explica o diferente paradigma pronominal que o PB apresenta, relacionando a posição do clítico com o fato de a concordância ser fraca no PB, enquanto é forte no PE. Ao analisar o clítico do PB como sintagma, explica que seus traços seriam verificados desde que ele esteja no domínio de verificação da categoria que lhe atribui papel temático. Assim, não se poderia relacionar, no PB, a (não)-subida de clítico a diferentes estruturas das perífrases verbais. A estrutura do tempo composto, por exemplo, poderia ser a mesma no PE e no PB, sendo a diferença no posicionamento dos clíticos um resultado do diferente estatuto que o clítico tem em cada variedade.

No caso das passivas, Galves (2001) considera, seguindo Mendes (1993), que a posição do clítico nestas construções é diferente em relação a outras construções. Considerando que o clítico só vai estar na posição de especificador da projeção que contém o verbo se tal posição estiver disponível, a autora explica que, no caso das passivas, esta posição não estaria disponível porque nela está o vestígio do objeto (no exemplo a seguir, o NP *aquilo*, movido para a posição de sujeito), que desencadeou a concordância com o particípio passado. Restaria para o clítico, então, se ligar a Infl. Assim, enquanto a estrutura seria a de (79), aqui repetida como (93), para os casos de tempo composto, para as passivas ela seria a de (94):



No entanto, como apontamos no capítulo 1, o clítico também pode ser ligado ao verbo principal da passiva, e isso pode ser resultado da competição de duas gramáticas. Assim, é preciso apresentar uma análise para a gramática que gera a possibilidade de o clítico permanecer ligado ao verbo principal. Uma forma de fazer isso seria considerar que, quando não há subida, o clítico foi licenciado mesmo numa posição de adjunção da projeção que contém o verbo, e essa possibilidade seria permitida por somente uma das gramáticas.

3.2.2 Incorporação e movimento de núcleo

Roberts (2008), como vimos, explica a cliticização através da existência de traços não-valorados no v para o qual o clítico sobe. Assim, na análise do autor, o movimento do clítico não se dá por uma necessidade do clítico em si, mas sim pela possibilidade de haver incorporação do clítico ao verbo.

Retomando a análise do autor, o clítico sempre se move para v^* , fica à sua esquerda e está, assim, disponível para as operações seguintes. Assim, podem se mover o clítico e o verbo (v^*) como uma unidade, quando o verbo é atraído por uma sonda P, ou mesmo o clítico pode se mover sozinho, para fora do complexo que havia formado com o verbo, se uma sonda assim “exigir” – caso em que se dá a subida de clítico.

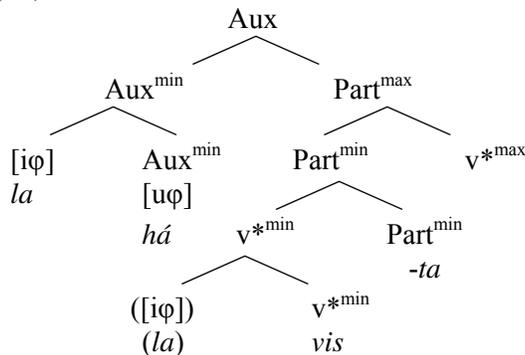
Para os tempos compostos (como do francês e do italiano), então, o autor propõe que há três v envolvidos (sendo o mais alto, o auxiliar e o do meio, do morfema de participípio) na seguinte estrutura:

$$(95) \dots [_{VP} [_{v} \text{Aux}]] [_{VP} \text{Part} [_{VP} \text{EA } v \text{RootP}]]$$

ROBERTS, 2008:122, (51)

Acontece a incorporação de RootP e do clítico a v^* e, então, a incorporação do complexo v^* a Part, porque v^* é um alvo defeutivo em relação a Part (e os traços- ϕ de v^* , irrelevantes, porque já foram valorados pelo clítico). Já Aux teria traços- ϕ não-valorados, que podem, assim, sondar os traços do clítico, já que este está na borda do complexo em Part^{min}. Como resultado, o clítico e Aux se comportam como uma unidade para operações seguintes. A estrutura é a seguinte:

$$(96) \textit{la ha vista}$$



ROBERTS, 2008:123-124, (53)

Quanto às construções de reestruturação, o autor não as considera como envolvendo um CP no domínio encaixado, mas sim uma seqüência de *v* funcionais²², sendo que o *v* mais alto é que pode possuir traços- ϕ não-valorados. Assim, teríamos:

(97) $\text{Mod}_{\text{aleth}} \dots [\text{Asp}_{\text{Asphabitual}} \dots [\text{Asp}_x, v, u\phi] \dots vP]$
 ROBERTS 2008:133, (55)

Para os casos de não-subida de clítico, pelo menos no italiano, o autor explica que estão relacionados à possibilidade do infinitivo “pular” v^* – para onde vai o clítico – uma vez que eles representam “a neutralised category, not true verbs” (p. 134). A estrutura seria a seguinte:

(98) $V + \text{Inf} [v^*P \phi + v^* [VP (V) (\phi)]]$
 ROBERTS 2008:134, (67)

Se nada mais acontece, não há subida de clítico. Mas, combinando (97) a (98), se tem subida:

(99) $\dots [\text{Asp}_{\text{Asphabitual}} \dots [\text{Asp}_x, v, u\phi] [\text{InfP } V + \text{Inf} [v^*P \phi + v^* [VP (V) (\phi)]]]]$
 ROBERTS 2008:134, (68)

Assim, se há um conjunto de traços- ϕ não-valorados associados ao verbo aspectual, há subida de clítico; se o verbo aspectual não tiver o conjunto de traços- ϕ não-valorados, o clítico não é atraído por ele. Então, segundo o autor, “It seems that the optionality of clitic-climbing may reduce to the simple optionality of the unvalued ϕ -features associated with the higher *v*.” (p. 135). Como evidência para análise que desenvolve, o autor apresenta uma observação feita por Cardinaletti & Shlonsky (2004) de que, no italiano, o final *-e* do infinitivo aparece em distribuição complementar com a ênclise:

(100) a. Lo vorrei vedere.
 it I-would-want to-see
 “I would want to see it.”
 b. Vorrei veder(*e)lo.
 I-would-want to-see.it
 ROBERTS 2008:135-136, (69)

²² Na verdade, “(...) the higher *v* will not be able to “see” the lower *v* in a configuration like (55) [que tem CP], but will in those in (60), still assuming *v* and C are phase heads” (p. 129), sendo a estrutura a seguinte:

(i) a. ... *v* [VP V [TP T [vP v [VP V ...
 b. ... *v* [VP V [vP v [VP V ...
 c. ... *v* [vP v [vP v [VP V ...”

ROBERTS, 2008:129 (60)

Roberts (2008) analisa este final *-e* como sendo um reflexo morfológico da incorporação de v^*_{\min} ao núcleo Inf. A distribuição complementar acontece, então, porque, se há a subida de v^*_{\min} para Inf, o clítico pode ser sondado, uma vez que estará mais alto que o argumento externo do vP , e, assim, se tem subida de clítico para o verbo mais alto – situação em que o final *-e* aparece; se não há subida de v^*_{\min} para Inf, o clítico permanece numa posição mais baixa que a raiz verbal, o que resulta em ênclise.

Quanto ao francês, que não apresenta subida de clítico em construções de reestruturação, nem ênclise ao infinitivo – a ordem é próclise ao infinitivo – o autor propõe que simplesmente a posição Inf está inerte nestas construções. Assim, a cliticização acontece como aconteceria numa oração finita: V e clítico se movem para v . A impossibilidade de subida de clítico se daria pela ausência de traços- ϕ não valorados na combinação [Asp_x, v] e também pelo fato de, como o clítico permanece em v , fica em posição mais baixa que o argumento externo, fazendo deste o alvo mais próximo para valorar os traços- ϕ do verbo regente (funcional).

Já o PB não apresenta subida de clítico nem mesmo nos tempos compostos, como vimos. Poderíamos considerar, então, que a não-subida mesmo no tempo composto do PB se dá porque o v mais alto (regente) não tem traços- ϕ , ou, pelo menos, não tem o conjunto completo de traços- ϕ como um clítico tem.

Um fato muito estudado sobre o PB é seu sistema de concordância fraco em Tempo, como podemos ver em Galves (2001). Cyrino (2009), com base no estudo de Nunes (2007) e Galves (1993), considera que as formas verbais do PB “may be associated with a T specified only for number, with the person information being provided in the morphological component by redundancy rules” (Cyrino, 2010:19). Tomando por base esta análise e, além disso, considerando que o clítico, na verdade, é incorporado pelo T finito (e não por v_{aux}), poderíamos propor que, sendo o clítico do PB um feixe de traços- ϕ de [pessoa] e [número], não poderia haver sua incorporação ao verbo mais alto, uma vez que os clíticos não seriam um subconjunto dos traços do T finito (para o qual o v_{aux} também se move), já que este teria apenas traços- ϕ de [número]. No entanto, como vimos, a subida de clítico ainda é possível com a passiva. O verbo regente, ou seu T, deve, portanto, ser capaz

de incorporar um clítico, ou seja, deve ter traços- ϕ não-valorados de [número] e de [pessoa].

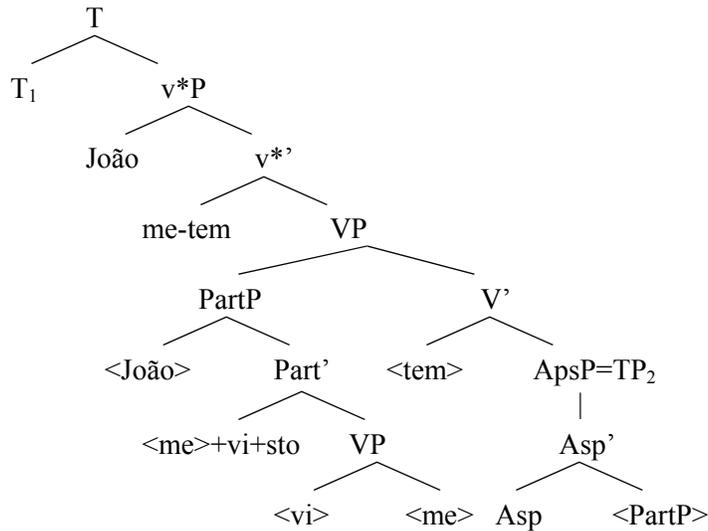
Além disso, Cyrino (2009a,b) apresenta outras evidências, além do não-alçamento de clítico, como, por exemplo, a possibilidade de sujeitos focalizados nominativos na oração mais baixa e a presença de negação entre os verbos, de que haveria um sistema C-T no domínio encaixado. Parece, então, que uma estrutura bioracional pode, de fato, ser a melhor opção para se analisar o PB, uma vez que não é somente a subida de clítico que apresenta indícios de uma estrutura diferente (em relação a outras línguas românicas) no complemento selecionado pelo verbo regente.

A autora assume a análise de Roberts (2008) para cliticização, mas, diferentemente deste, considera que a subida de clítico é possível pela formação de um “predicado complexo” (no sentido da autora, o movimento do verbo principal para uma posição próxima à do verbo regente) e, se o PB o perdeu subida de clítico, é porque esta língua teria perdido a possibilidade de formação de predicado complexo.

Esse “predicado complexo” seria formado pelo movimento de um XP contendo o verbo para a posição de especificador do núcleo V do auxiliar, sendo que tal movimento se daria pela ação de um traço de borda (*edge feature*, EF) que o *v* do verbo regente tem e é herdado por V (e que, provavelmente, pode ser pensado como uma “deficiência nominal” que o auxiliar/verbo regente apresenta).

Então, para o tempo composto das línguas românicas que apresentam subida de clítico obrigatória, a estrutura seria a seguinte:

(101) João não me tem visto.

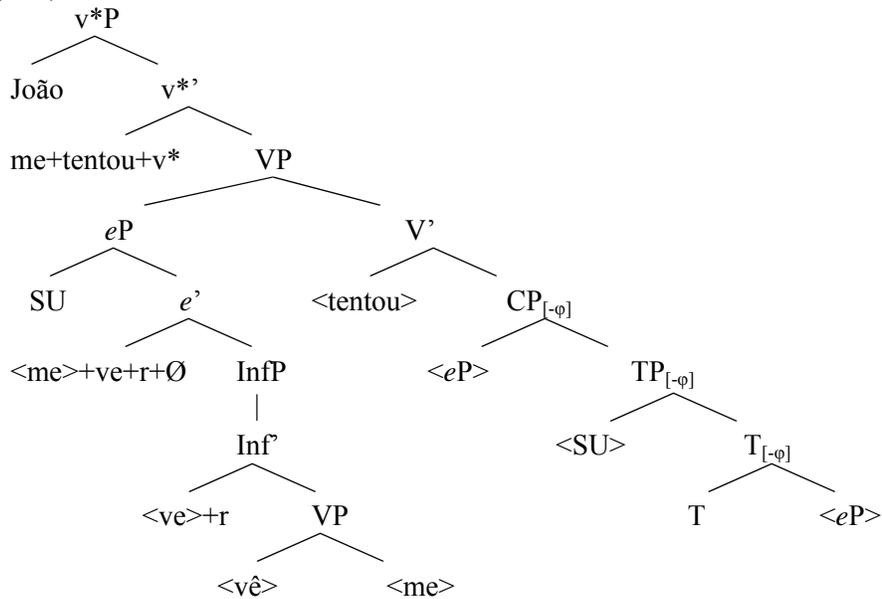


CYRINO 2009a:22, (98)

O traço de borda de v^* é transmitido para V, o que vai causar o movimento de PartP para a posição de especificador de VP.

Já no caso das construções que apresentam opcionalidade quanto à subida de clíticos, a autora propõe uma estrutura diferente, considerando que há um CP defectivo na oração encaixada (que, no entanto, é transparente para movimentos, já que é defectivo). A derivação é a seguinte:

(102) João não me tentou ver.



CYRINO 2009a:23, (100)

Quanto à estrutura do infinitivo, a autora considera que *eP* é uma projeção ligada ao caráter de complementizador e constitui uma fase. Assim, ele é atraído para CP e, só então, atraído para Spec, V. Como se pode ver na estrutura, o Inf é *-r e*, segundo a autora, representa um traço nominal. Partindo da idéia de que os movimentos dentro de uma fase não são ordenados, a subida de clítico não seria simplesmente uma questão de opcionalidade, mas sim da disponibilidade do clítico. Isso porque os movimentos dentro da fase *eP* poderiam, então, ser dar de duas formas:

(i) movimento de V para Inf, seguido de incorporação do clítico a \emptyset (*e*) e, então, movimento de V+Inf para \emptyset – caso em que se tem ênclise e, como o clítico não está na borda do núcleo que é fase, ele não poderá ser sondado – assim, não se tem subida de clítico, e o resultado é ênclise ao verbo principal;

(ii) movimento de Inf para V seguido de movimento de Inf+V para \emptyset , para só então o clítico se mover para *e* – o que resulta em próclise e, assim, também na disponibilidade do clítico para ser atraído por uma sonda mais alta, já que ele está na borda do núcleo que é fase, resultando, assim, em subida de clítico

Já para o caso do PB, a autora considera que não há mais a formação de “predicado complexo” (verbo principal próximo do regente) tanto no caso do tempo composto, como no caso de verbos de reestruturação. Segundo a autora, teria havido uma mudança diacrônica nessa língua que começou com a perda de movimento de XP relacionado à perda de causativas de *faire-infinitive*, sendo que essa mudança, por sua vez, teria se dado pela ambigüidade dessas estruturas e pelo fato de haver mais evidências para a análise do C-T dessas construções como sendo não-defectivo. Assim, as construções causativas seriam analisadas como não tendo um C-T defectivo, o que torna impossível o movimento de XP.

Para o PB, a autora considera, a partir da análise de Nunes (2007) para o T finito, que todos os T sofreram uma mudança, inclusive o T não-finito. Esta mudança teria como consequência a perda de movimento de XP também nas construções de reestruturação e de tempo composto, uma vez que, com a reanálise de T não-finito, o

contexto que permitia o movimento de XP teria sido perdido, já que este T não seria mais transparente.

Sem o movimento de XP (PartP ou *e*P) para próximo do verbo auxiliar/regente, o clítico não vai estar disponível para ser incorporado por este, permanecendo, então, ligado ao verbo principal. No caso das construções de reestruturação, a próclise categórica ao verbo principal (em lugar da ênclise) é explicada pelo enfraquecimento do núcleo do infinitivo (-*r*): o verbo, então, sobe diretamente para o núcleo de *e*P, e a única opção possível acaba sendo a próclise.

A autora, para propor o movimento de XP, se inspira na análise de “contrabando” (*smuggling*) de Collins (2005) para as passivas. Para o autor, há, nestas construções, o movimento do sintagma de particípio, PartP, para o especificador de VoiceP, e, assim, o objeto direto pode subir para a posição de sujeito. A estrutura que adota para o particípio é a seguinte:

(103) [_{vP} DP [_{v'} v [_{PartP} en [_{vP} V DP]]]]

COLLINS 2005:85 (8)

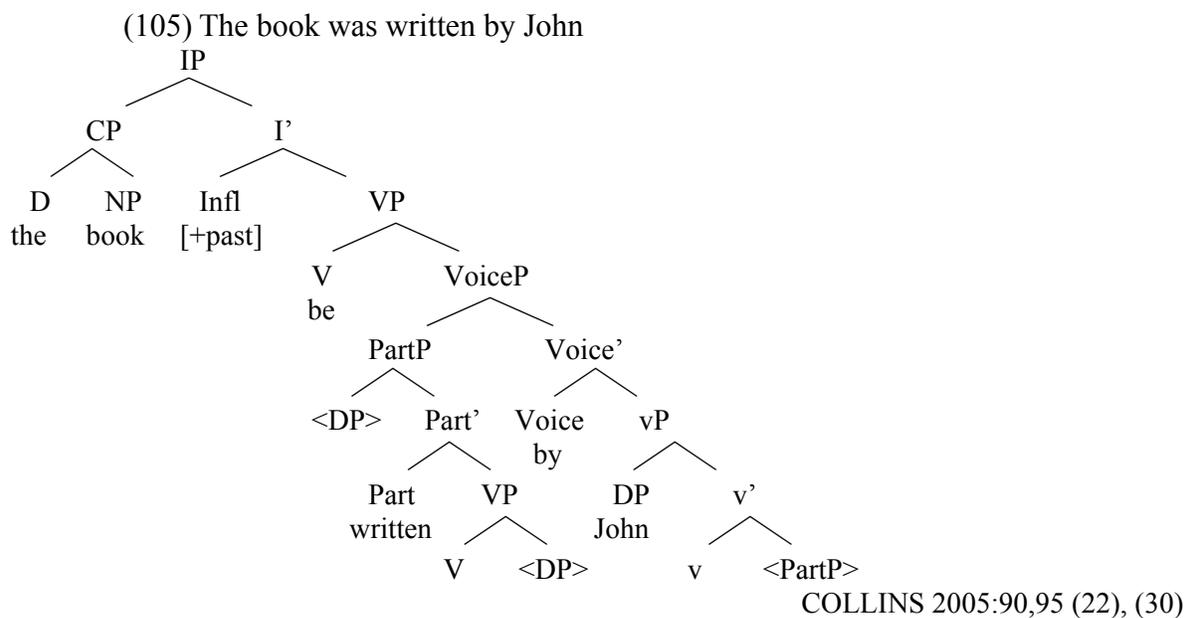
Assim, numa frase como (104b) abaixo, *the book* é adjungido a V e movido para Spec, PartP (movimento que pode explicar a concordância de particípio que algumas línguas exibem), enquanto *John* é adjungido a Spec, *v*P. No entanto, se houvesse somente o movimento do objeto *the book* para posições mais altas (e se o especificador precede o núcleo e seu complemento em inglês), a sentença teria a ordem de (104a), já que o particípio está no complemento de *v*P, enquanto *John* está em seu especificador.

(104) a. *The book was by John written
b. The book was written by John

COLLINS 2005:85 (9)

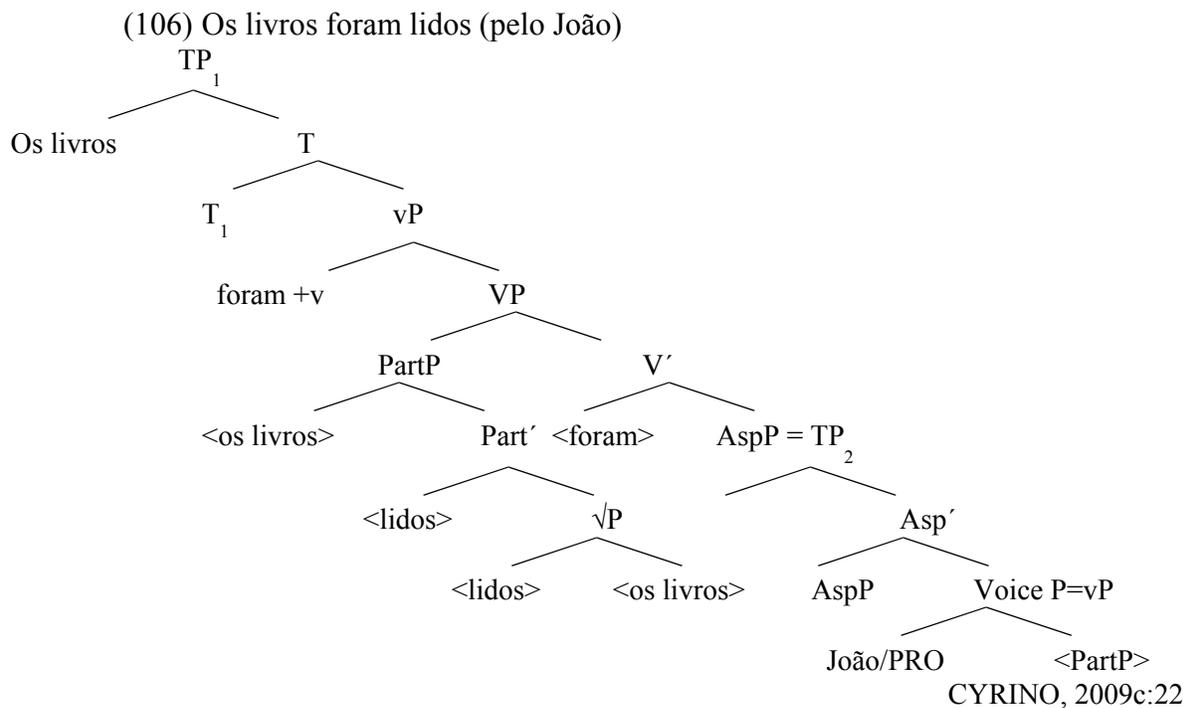
O particípio, então, deveria se mover para uma posição mais alta que *v*P. Admitindo que Voice se adjunge a *v*P, sendo, portanto, a próxima projeção, o autor considera dois tipos de movimentos possíveis, a princípio, para o particípio: movimento de núcleo (Part) para Voice ou movimento de XP (PartP) para Spec, VoiceP. Ambos os movimentos derivariam a ordem correta, mas o autor rejeita a opção de movimento do núcleo ao analisar as construções passivas com partículas e as construções de pseudo-

passivas, ambas do inglês. Além disso, argumenta para uma análise na qual o elemento que está no núcleo de Voice seja *by*. A estrutura seria a seguinte:

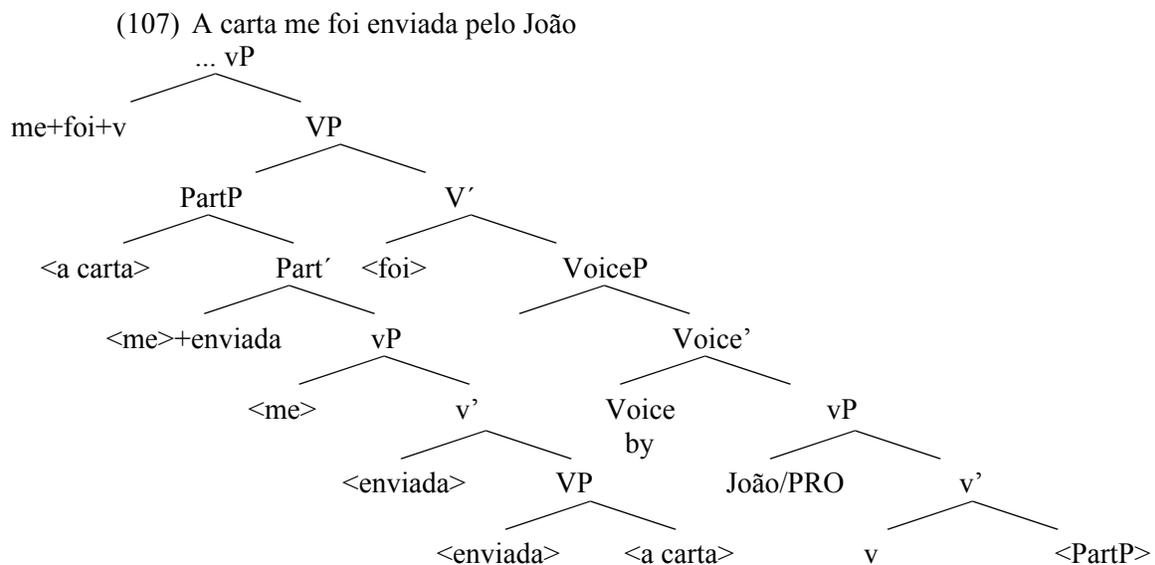


Com este movimento de XP também não haveria violação de minimalidade, uma vez que, se ele não acontecesse, o argumento externo *John*, que está em Spec, vP (uma posição-A), barraria o movimento de *the book* para IP.

Cyrino (2009c) apresenta a seguinte análise para a derivação de uma construção passiva:



Assim como no inglês, o movimento de XP é essencial para que haja a subida do objeto “os livros” para a posição de sujeito da passiva. Dessa forma, os casos de subida de clítico nas passivas do PB poderiam ser explicados, como se pode ver na estrutura proposta em (107). Nos casos em que a subida não é possível, então, ela deveria não estar disponível por algum outro motivo, que não a ausência de movimento de XP.



Uma das possibilidades de se analisar a não-subida de clítico na passiva seria considerar que o verbo *ser* dessa gramática não apresenta traços- ϕ e, portanto, não poderia incorporar o clítico. No entanto, esta mudança deveria apresentar argumentos independentes²³.

Outra possibilidade de análise poderia considerar haver diferença na própria estrutura do participio da passiva. Admitindo-se que essa variação alçamento/não alçamento de clítico na passiva é gerada por duas gramáticas diferentes, o participio da passiva teria diferentes estruturas em cada gramática. Uma possível evidência para isso são dados encontrados em sites da internet como o de (108):

(108) “Mensagem **me enviada** por email, achei interessante compartilhar com todos.” <http://barbarabrant.blogspot.com/2009/08/uma-historia-um-testemunho-uma.html>

Nele, vemos um clítico ligado ao participio sem a presença do verbo *ser*. Segundo Wolek (2003), esta construção seria agramatical no PE, como se pode ver em (109a). No italiano, por outro lado, a construção correspondente é possível, como se pode ver em (109b):

- (109) a. As informações ***dadas-me** são incompletas.
b. Le informazioni **datemi** sono incomplete.

WOLEK, 2003:47 (1a,b)

Isso talvez indique que o participio da gramática que produz (108), mesmo aquele da passiva, é diferente do participio da gramática que produz subida de clítico na passiva (como em (107)). O italiano, apesar de apresentar possibilidade de ligação do clítico com o participio em (109b), apresenta subida de clítico obrigatória na passiva e no tempo composto. Assim, pode-se pensar que o participio da passiva e do perfeito do italiano seria diferente do participio de (109b). Isto porque, no italiano, como não houve perda de subida de clítico no tempo composto, o participio complemento de verbo não teria evidências para ser reanalisado. Já no PB, teríamos que esperar que as construções como a

²³ Além disso, seria de se esperar que construções como as de (i) se tornassem agramaticais na gramática que apresenta não-subida de clítico na passiva:

(i) Hoje não **me é** possível terminar esse livro.

No entanto, é difícil verificar a agramaticalidade dessa construção, um vez que os falantes que permitem a não-subida de clítico aceitam, também, a subida de clítico na passiva. Assim, apresentam duas gramáticas em competição, uma que permitira a construção de (i), e uma não permitiria.

de (108) só passariam a surgir depois que se perdeu a subida de clítico com as outras construções.

3.2.3 Discussão

Vimos, nas seções anteriores, as propostas para análise da possibilidade/opcionalidade de subida de clítico nas construções com auxiliares e verbos de reestruturação das línguas românicas, e, quando elas não incluem o PB, tentamos adaptá-las. Partindo de análises que consideram que o clítico é alçado para que seja legitimar, a subida de clítico pode ser explicada pela inexistência, no domínio encaixado, de uma projeção que possa legitimar o clítico. A diferença do PB em relação a outras línguas românicas se daria ou (i) porque os domínios encaixados sempre têm a projeção que legitima o clítico, como explica Duarte (1983) para o PB ou (ii) porque a projeção que licencia o clítico no PB é diferente, como propõe Galves (2001), que analisa o clítico do PB como se ligando a *v* (diferentemente do PE, que se liga a *Infl*).

A análise de Roberts (2008) para a cliticização, por outro lado, considera que a subida de clítico se dá porque o clítico é um alvo apropriado à sonda que é, no caso, o *v* do verbo regente. Assim, a cliticização se dá sempre que há uma sonda que tenha os mesmos traços- ϕ (só que não valorados) que o clítico. Cyrino (2009a,b), com base na proposta de Roberts (2008) para cliticização, e assumindo uma estrutura bioracional para as construções com dois verbos do PB, propõe que a subida de clítico no PB foi perdida porque esta língua perdeu o contexto que permitia o movimento de XP (que, por sua vez, formava um “predicado complexo” entre verbo regente e verbo principal).

No entanto, no caso das passivas, a partir a análise da autora, poderíamos explicar somente a possibilidade de subida de clítico. Como veremos no próximo capítulo, o clítico era sempre alçado nos dados com perífrases passivas do século XIX (se não considerarmos um dado ambíguo encontrado), o que pode indicar que a mudança que aconteceu com a passiva é diferente da mudança que ocorreu com as outras construções (que perderam a possibilidade de subida de clítico no PB). Isso pode indicar, por sua vez, que a estrutura do particípio da passiva é diferente da estrutura do particípio do tempo composto

Uma das diferenças que se pode observar entre esse dois participios é que, dependendo do verbo, sua forma participial será diferente para cada construção, como apontam Lobato (1999) e também Lunguinho (2005), que traz os seguintes exemplos:

- (110) a. João tinha aceitado / aceito o presente.
- b. João foi aceito / *aceitado na Universidade.
- c. Maria tinha prendido / *preso a perna no barranco.
- d. Maria foi presa / *prendida no barranco.
- e. A empregada tinha limpado / ?limpo o chão.
- f. O chão foi limpo / *limpado.
- g. Maria tinha morrido / *morto.
- h. Maria foi morta / *morrída.

LUNGUINHO, 2005:152 (20)

Linguinho (2005) analisa os participios, nos dois casos, como portadores do traço [perfectivo], mas considera que as diferenças observadas em (110) possam estar relacionadas com outros traços morfossintáticos selecionados por *ter* e *ser*, que seriam diferentes. Assim, apesar de os participios da passiva e do tempo composto apresentarem em comum o traço [perfectivo], iriam diferir entre em si em outros traços.

Além disso, há outra diferença entre os dois participios. Lobato (1975) aponta para a impossibilidade de *ter* na construção de tempo composto aparecer no participio, enquanto o *ser* da passiva não apresenta tal restrição. O exemplo de (111) ilustra essa diferença. Isso poderia ser analisado como sendo decorrente do fato de o participio selecionado pelo tempo composto já ter uma informação de tempo (a saber, a relação de anterioridade em reação ao momento de referência), conforme vimos no capítulo 2, enquanto o participio da passiva, não, uma vez que não apresenta nenhuma relação ente momento de evento, momento de referência e momento de fala.

- (111) a. Ontem a tarde, sua encomenda já tinha sido enviada.
- b. *Eu tinha tido enviado a sua encomenda.

Se esta diferença está relacionada com a presença de uma projeção de tempo no participio selecionado por *ter* versus a ausência dela no participio da passiva, então é possível que esta projeção esteja relacionada com a perda de subida de clítico no PB.

Cyrino (2009a,b) propõe que a subida de clítico foi perdida porque se perdeu o movimento de XP. Este movimento não seria mais possível porque a projeção selecionada pelo verbo regente não é mais transparente para movimentos e isso, por sua vez, estaria relacionado com a reanálise do T não-finito. Se, como vimos nos parágrafos anteriores, o *ser* da passiva seleciona um complemento que não tem projeção de tempo, então se explica porque a construção passiva não teria sofrido a mesma mudança que as outras construções (inclusive de tempo composto) sofreram.

3.3 Resumo

Neste capítulo, apresentamos, primeiramente, uma discussão sobre a natureza do clítico pronominal. Como vimos, há análises que consideram que os clíticos se movem tanto como sintagma quando como núcleo, como a proposta de Uriagereka (1995). Uma visão assim, no entanto, não é compartilhada por Cardinaletti & Starke (1999), já que os autores propõem uma tipologia de pronomes e, nela, os clíticos se moveriam somente como núcleos, o que os diferencia dos pronomes fracos, que, apesar de também deficientes, se moveriam como sintagma. Vimos, também, duas análises que Galves (2001) propõe para os clíticos no PB, sendo uma delas com base em Uriagereka (1995) e, outra, em Cardinaletti & Starke (1999) .

De qualquer forma, se considerarmos que o clítico precisa ser licenciado por Infl/T/F em línguas que apresentam tal projeção forte, então a perda de subida de clítico no PB poderia ser analisada como resultado na mudança de estatuto do clítico, que passou a poder ser licenciado em uma projeção mais “baixa” na estrutura, como $Agro/v$. Nesse caso, a perda da subida de clítico não revelaria nada sobre a estrutura dos verbos do PB auxiliares e de formação de predicado complexo.

Roberts (2008), porém, apresenta outra análise para o movimento de clítico. Apesar de também considerar que os clíticos se movem como núcleos e admitir uma tipologia de pronomes, analisa o movimento de clítico como um caso de incorporação deste ao verbo. Trazendo de volta ao minimalismo a noção de movimento de núcleo, o autor considera que ele se dá sempre que há um elemento cujos traços sejam um subconjunto

apropriado dos traços de uma sonda X. No caso dos clíticos, seriam feixes de traços- ϕ valorados, e são incorporados aos verbos (v) por estes também terem um conjunto de traços- ϕ , não-valorados. Nos casos de subida de clítico, o autor considera que ela se dá porque o verbo regente também apresenta traços- ϕ não-valorados e, se o clítico for o alvo mais próximo para valoração desses traços, então haverá subida de clítico. Assim, para não haver subida de clítico, deve haver algum elemento entre clítico e verbo regente que seja portador de traços- ϕ , valorando, portanto, os traços do verbo regente, que vão ser desativados e, assim, não poderão mais incorporar o clítico.

Cyrino (2009a,b) adota a análise para cliticização de Roberts (2008), mas apresenta uma análise alternativa para subida de clítico. A autora relaciona subida de clítico com o movimento de XP (desencadeado por um traço no verbo regente) que há em construções que exibem subida de clítico e explica a perda de subida de clítico no PB como resultado da perda de movimento de XP, que não seria mais possível porque T não-finito não seria mais transparente para esse tipo de movimento. Sem o movimento de XP, o clítico não estaria mais ao alcance do verbo auxiliar, e a subida de clítico não ocorreria mais.

No entanto, vimos que, no caso das passivas, o movimento de XP deve acontecer, uma vez que ele é necessário para que o DP seja alçado para a posição de sujeito (e receber caso). Isso explicaria a possibilidade de o clítico ser alçado, e porque algumas pessoas consideram sua ligação com o particípio da passiva impossível: a ligação do clítico com este verbo não seria possível nessa gramática, uma vez que ele está disponível para ser alçado pelo verbo *ser*. No entanto, vimos, no capítulo 1, que alguns falantes do PB aceitam o não-alçamento do clítico, o que indica que deve haver outra gramática permitindo essa construção. No entanto, propomos que a mudança que a gerou não seria a mesma que gerou a perda de subida de clítico nas outras construções.

No capítulo 2, vimos que, apesar de estudos sobre a auxiliaridade (Lunguinho 2009, Corso 2002, Gonçalves 1996) considerarem, em geral, que o *ter* da construção de tempo composto seleciona um complemento que não tem projeção de Tempo, vimos, também, que há análises (Julien, 2001 e Giorgi e Pianesi, 1996) que argumentam a favor da existência de T no particípio selecionado por esse verbo. Observando, então, as diferenças

que há entre as construções passivas e as de tempo composto, propomos que o particípio da passiva e o particípio do tempo composto têm uma estrutura diferente entre si: este tem uma projeção de T, enquanto aquele não tem. Assim, se a mudança que causou a perda de subida de clítico no PB observada a partir do século XIX está relacionada com a reanálise do T do verbo principal, então se explica porque a subida de clítico ainda é possível, no PB atual, com a passiva, já que o verbo principal não teria o T. Além disso, a mudança que gera não-subida de clítico na passiva teria de ser explicada por outra mudança, provavelmente relacionada com a estrutura do particípio da passiva.

CAPÍTULO 4

O ESTUDO EMPÍRICO

Como vimos no primeiro capítulo, os estudos diacrônicos sobre a posição do clítico no PB não apresentam resultados muito reveladores quanto ao tipo de construção quando se tem construções com dois verbos. Pagotto (1992), por exemplo, apesar de apresentar resultados por tipo de verbo principal, não encontra, em seu *corpus*, casos de próclise ao verbo principal no século XIX, apesar de encontrar alguns poucos casos no século XVIII. Com base nisso e em seus resultados para o século XX, chega a propor que a mudança teria se iniciado pelas construções com verbo principal no infinitivo.

Cyrino (1996) e Carneiro (2005) chegam a encontrar casos de próclise ao verbo principal no século XIX, mas não apresentam os resultados gerais numa divisão por tipo de verbo ou tipo de construção. Nunes (2009), apesar de fazer isso, não apresenta resultados que nos permitam confrontar os casos de colocação nas passivas, na construção *ter*+particípio, *estar/ir*+gerúndio e *ir*+infinitivo, uma vez que os considera num grupo só. Por outro lado, ao apresentar a divisão por tipo de verbo principal, não é possível confrontar, por um lado, as construções passivas com as de *ter*+particípio ou, por outro, as de *ir*+infinitivo com as modais.

Como vimos nos dois primeiros capítulos, a subida de clítico é obrigatória nas construções de tempo composto (*ter* e *haver* seguidos de particípio) no PE, enquanto é opcional nas construções com verbo seguido de infinitivo como as modais (*poder* e *dever*) e as temporais (*ir*), diferentemente do PB atual, no qual o clítico sempre se liga ao verbo principal, a não ser no caso das passivas, construções que ainda permitem o alçamento do clítico (a depender da gramática). Os resultados de Carneiro (2005) mostram que o alçamento de clítico sempre acontecia com na construção passiva no PB do século XIX, o que indica que, considerada num mesmo grupo que as construções de tempo composto, pode acabar elevando a porcentagem de subida de clítico do grupo em geral.

Assim, se justifica o estudo que apresento neste capítulo, no qual observamos a posição do clítico em construções com (semi-)auxiliares e predicados complexos de forma

mais detalhada. O capítulo se organiza da seguinte forma: em 4.1, apresento o *corpus* deste trabalho, que é composto de cartas particulares e pessoais do século XIX até a primeira metade do século XX; em 4.2, as informações relativas à codificação os dados; em 4.3, os resultados; em 4.4, uma discussão dos resultados; em 4.5, um resumo do capítulo.

4.1 O corpus

O *corpus* selecionado para este estudo é composto de cartas pessoais e cartas particulares escritas no século XIX e na primeira metade do século XX, sendo que só foram consideradas aquelas cartas cujo autor fosse brasileiro. Os conjuntos de cartas são os seguintes:

- i. Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (CPBNRJ): Total de 19 cartas, escritas entre 1801 e 1822 e editadas por Simões, Módolo & Romero (2006).
- ii. Cartas Brasileiras (CB): Conjunto total de 500 cartas escritas entre 1809 e 1904, editadas por Carneiro (2005).
- iii. Cartas de Álvares de Azevedo (CAA): 59 cartas escritas por Álvares de Azevedo para família e amigos, de 1840 a 1851.
- iv. Cartas da família Pedreira-Magalhães (CPM): 25 cartas escritas por Maria Elisa, Maria Bárbara e Maria Amália entre 1909 e 1942, editadas por Rumeu (2008)
- v. Correspondência ativa e passiva de Alarico Land Avelar (CPLA): 29 cartas escritas entre 1907 e 1917, editadas por Silva e Lopes (2010)
- vi. Cartas do “Casal anos 30” (C30): Total de 42 cartas escritas entre 1936 e 1937, também editadas por Silva e Lopes (2010)
- vii. Cartas a Manuel Bandeira (CMB): 17 cartas escritas entre 1932-1935 por Mario de Andrade e publicadas por Manuel Banderia.

4.2 Os fatores

Os dados levantados foram codificados e rodados no programa Goldvarb 2001. A variável dependente considerada foi a posição do clítico:

- Próclise ao verbo regente (PV1)²⁴:

(112) Senti muito não **opoder ver**, porem| me hera absolutamentes indispen| savel
ir a Estancia, (...) (CB, carta 337)

(113) Agoarda de ho[n]ra que **se tinha preparado** para Sua Alteza Real | quazi
[↑:] toda compos ta de facciosos foi desprezada, (...) (CPBNRJ, carta 1)

- Ênclise ao verbo regente (EV1):

(114) **Vão-se crear** diversos lugares| de secretario de legação:| (...) (CB, carta 239)

(115) **Tem-me dado** agora a mania para tirar retratos (...) (CAA, p. 114)

- Ambigüidade entre ênclise e próclise (VclV):

(116) Ficamos em apuros, | mas com o Café Cometa aqui perto | e com o José
fomos nos arrumando | mal (...) (CPLA, carta 26)

(117) Não tenho um espirito siquer junto do qual minha vida de arte **possa se**
comprazer. (...) (MA, carta 8)

- Próclise ao verbo principal (PV2)²⁵:

(118) o felicito, e bem assim a toda| Excelentissima Familia, por **ter o creador**
lhe-| concedido mais um anno de| sua preciosa existencia,| (...) (CB, carta 372)

(119) **Quero ainda uma vez lhe| agradecer** as boas e generosas| palavras (...)
(CB, carta 166)

- Ênclise ao verbo principal (EV2):

(120) Ahi vai o Jacinto q. **veio apadrinhar-se** comigo (...) (CAA, p. 192)

²⁴ Consideramos os casos de interpolação, como (i) a seguir, como “próclise ao verbo regente”, uma vez que, se há interpolação, é porque houve subida de clítico.

(i) Ainda **o não pude| ver**, por ter encontrado sempre fe-| chado o escritorio, quando lá te-| nho ido.|
(CB, Carta 205)

²⁵ Assim como Carneiro (2005), consideramos próclise ao verbo principal somente os casos em que havia ligação gráfica entre o clítico e esse verbo, ou então quando havia um elemento entre o verbo regente, de um lado, e clítico e verbo principal, de outro.

(121) Custei a ficar bom e por muito tempo | **estive tratando-me** com um bom [especia] | lista de molestia de garganta. (...) (CPLA, carta 26)

Foram considerados, também, fatores intra e extralingüísticos, que apresentamos nos itens a seguir.

4.2.1 Fatores intralingüísticos

a) tipo construção:

- Do tempo composto:

- Ter:

(122) As forças leaes **têm se batido** heroica-|mente. (CB, carta 332)

- Haver:

(123) Como **lhe havia communi|cado**, reunirão-se aqui hon|tem³⁵ os amigos, e organizarão a| chapa dos candidatos a quem| suffragão na eleição, (...) (CB, carta 438)

- Da construção passiva:

(124) **Mefoi intregui|** a Intendencia com o debito de 90 \$ =| e o cofre vazio com 680 reis, (...) (CB, carta 462)

- Dos aspectuais seguidos de gerúndio²⁶:

- Estar:

(125) E Jane | já **está se preparando** pa- | ra a Profissão; (CPM-ME, carta 1)

- Ir:

(126) Eu já ando que mal **vou me esco|rando** de pé (...) (CB, carta 132)

- Ficar:

²⁶ Consideramos somente os verbos *estar*, *ir*, *ficar*, *vir* e *andar*. No entanto, os dois últimos não foram encontrados no *corpus*.

(127) e o ônibus custou passar o suficiente pra **se ficar sabendo** que o Valdomiro quando passou pra Palácio (...) (CMB, carta 2)

- Dos verbos de tempo futuro e de movimento²⁷:

- Ir (futuro)²⁸:

(128) O Tito vai | bem, hoje **vai te escrever**, | elle gostou muito do Rio, papai | levou elles ate Botafogo para ver | a avenida beira mar. (...) (CPLA, carta 1)

- Ir (movimento):

(129) Guimba esteve na | Penha no Domingo, vai | outra vez neste que | vem, elle não **te | foi procurar** na | duvida de encontrar. (...) (CPLA, carta 3)

- Vir:

(130) Sabe quem **vem dar-nos** o retiro, este | anno (...) (CPM-ME, carta 4)

- Haver de:

(131) Sofrer certos impedimentos no meu bem-estar, mesmo no Rio **me havia de deixar** num desconforto danado (...) (CMB, carta 8)

- Dos verbos modais:

- Poder:

(132) Mano, se voce **pudese me | arranjar** um dêsse apare- | lho de ouvir melhor (...) (CPM-MB, Carta 7)

- Dever:

²⁷ Ficaram excluídos 13 dados do tipo do exemplo (i) a seguir, por serem uma forma de expressão fixa, que se repetia em quase todo início de carta do conjunto “Casal anos 30”:

(i) Almejo que esta **te vá encontrar** em franco estado de repouso (C30, carta 2)

²⁸ O verbo ir, quando aparece flexionado em algum tempo passado, não apresenta leitura de tempo futuro, assim como quando aparece com um advérbio de lugar. Por isso, optamos por apresentar os casos de leitura de tempo futuro em separado daqueles que apresentam leitura de movimento.

(133) atodos os Cidadãos para declara= | rem asua vontade sobre as Cortes, que **se devem estabelecer** nessa Corte; (...) (CBNRJ, carta 2)

- Ter de:

(134) Elle ficou| incomodado e **teve de dar| lhe** uma saptisfação (...) (CB, carta 426)

- Ter que:

(135) Meu bom Pae, estou agoniadissima| pois **tenho hoje que dar-vos** a triste noticia| da morte do pobre escravo Regulo, (CB, carta 111)

- Dos verbos aspectuais seguidos de preposição *a*:

- Acabar de:

(136) (...) que **se acaba de| cobrir** de nóvos louros, (...) (CB, carta 60)

- Começar a:

(137) eso depois que apouco tempo algũas | pessoas deponderaçã foraõ estabelecer Fabricas de | assucar he.que **começou adesevolver-se**, eteralgum | nome (...) (CBNRJ, carta 4)

- Continuar a:

(138) **Continúo a diser-lhe**, que poli-|ticamente aqui, (...) (CB, carta 387)

- Deixar de:

(139) Duvido duma grafologia tão profetizadora de males fisicos, mas não **deixei de me impressionar** valentemente, (...) (CMB, carta 10)

- Passar a:

(140) e não existe Governo, a vista do Decreto dito, **passaraõ acom- | municar-se** [com] as outras Villas (...) (CBNRJ, carta 11)

- Principiar a:

(141) Não creio que haja Estado de sitio para| aqui, e por isso elles **principiarão**| **hontem a lhe fazer** carga afim de por| esse meio conseguirem o sitio, (...) (CB, carta 384)

- Tornar a:

(142) que **mo tornou aentregar** como | superfluo. (...) (CBNRJ, carta 8)

- Dos verbos formadores de predicado complexo²⁹:

- Querer:

(143) felizmente de nada | preciso. cada dia **quero me contentar** de menos (...) (CPM-ME, carta 11)

- Pretender:

(144) **Pretendia vello** antes de| sua partida, (...) (CB, carta 338)

- Tentar:

(145) realizámos e pelas baterias que alli estabelecemos| na noite de 5 e3 do lado do inimigo, **tentando**| **rehavê-la** com uma numerosa força| escolhida (...) (CB, carta 58)

- Conseguir:

(146) por meio visto se tenta **ese consegue fazer** odiada a justa | Causa de S. A. Se pois S. A. nomias outrem, (...) (CBNRJ, carta 11)

- Desejar:

(147) na questão| do nosso amigo João Albano que| alli era processado por crime de-| morte, e **desejando retribuir-lhe**| essas finezas, (...) (CB, carta 394)

- Saber:

²⁹ Só consideramos, no levantamento, aqueles verbos que permitem subida de clítico no PE, de acordo com Gonçalves e Costa (2002). Ficam de fora, assim, verbo como *esperar* e *resolver*.

(148) confiado na muita generosidade que Vossa Senhoria **soube dispensar-|me**
(CB, carta 209)

c) Tipo de clítico³⁰

- Clíticos “fracos” e clítico demonstrativo neutro: o, a, os, as

(149) adiantando que de novo **vai mandallo**, eu| porém sou obrigado a dizerlhe
que se vier, será nomia|do por outro, (...) (CB, carta 343)

- Clíticos “fortes”: me, te, nos, vos, lhes, lhes

(150) Que o Menino | Jesus **lhe tenha dado** um | feliz Natal (...) (CPMB, carta 7)

- Clíticos reflexivos e de verbos pronominais: me, te, se, nos, vos

(151) Agora | porem **vae alimentando-se** melhor, se | bem que com alguma dieta,
(...) (CLA, carta 26)

- Clíticos apassivadores/de indeterminação do sujeito: se

(152) Eu vou bem, graças a Deus, certos acha- | ques de velhice não **se podem**
evitar, (...) (COM-ME, carta 12)

4.2.2 Fatores extralingüísticos

Os fatores extralingüísticos usado para este trabalho são dois, a saber, período de produção e período de nascimento do autor. Ambos são divididos por períodos de 25 anos. Assim, temos:

a) Período de produção: 1801-1825; 1826-1850; 1851-1875; 1876-1900; 1901-1925; 1926-1950.

b) Período de nascimento: 1751-1775; 1776-1800; 1801-1825; 1826-1850; 1851-1875; 1876-1900; 1901-1925; - 1926-1950.

³⁰ Não foram incluídos os casos de clítico repetido/duplicado, como em:

(i) que a quele homen **foi te pedir-te** desculpas graças a Deus. (C30, carta 9)

4.3 Resultados

Ao todo, foram 880 os dados considerados no estudo sobre a posição do clítico nas construções com dois verbos mencionadas em 4.2.1. Os resultados gerais do levantamento são os seguintes³¹:

Tabela 8: Posição do clítico – resultados gerais.

Posição –tipo de construção	PV1	EV1	VclV	PV2	EV2	Total
Tempo perfeito	123 (58%)	23 (11%)	42 (20%)	14 (7%)	8 (4%)	210
Passiva	54 (82%)	11 (17%)	1 (1%)	-	-	66
Aspectuais (+gerúndio)	23 (32%)	5 (7%)	35 (49%)	3 (4%)	6 (8%)	72
Futuro e movimento	28 (17%)	4 (2%)	24 (14%)	7 (4%)	105 (63%)	168
Modais	102 (41%)	10 (4%)	24 (10%)	9 (4%)	103 (41%)	248
Aspectuais (+preposição)	3 (10%)	1 (3%)	-	6 (20%)	20 (67%)	30
Predicados complexos	20 (23%)	-	12 (14%)	3 (4%)	51 (59%)	86
Total	353	54	138	42	293	880

Dos resultados, podemos perceber, primeiramente, que a subida de clítico no caso da passiva é categórica, como já notava Carneiro (2005), a não ser em um dado. Além disso, podemos notar que a construção que apresenta maior porcentagem de clítico em posição inovadora do PB – próclise ao verbo principal (PV2) – é a do tipo “aspectuais seguidos de preposição” (20%). No entanto, estes resultados não são confiáveis, uma vez que, com estas construções, não há como haver casos ambíguos entre ênclise ao verbo regente e próclise ao verbo principal. Assim, apresentamos, na tabela a seguir, os resultados com a soma dos casos ambíguos (VclV) com os casos de próclise ao verbo principal, além de apresentar a soma dos casos de ênclise ao verbo regente (EV1) com próclise ao verbo regente (PV1), para podermos comparar, também, subida de clítico com casos de posição inovadora (PV2) do PB.³²

³¹ A porcentagem dos resultados foi arredondada.

³² Martins (2009), em seus resultados, também chega a apresentar os dados ambíguos em separado, mas nota que estes podem ser considerados em conjunto com os de próclise ao verbo principal. Há, ainda, outra forma de considerar resultados ambíguos, a saber, fazendo sua distribuição – no caso de estudos sobre subida de clítico, entre ênclise ao verbo regente e próclise ao principal. Kroch (2009) propõe uma forma de analisar dados diacrônicos ambíguos que vai nessa direção, e a divisão de tais dados é feita através de um cálculo. No

Tabela 9: Posição do clítico (resultados gerais): subida de clítico *versus* posição do clítico no caso de não subida (com soma dos casos ambíguos com os casos de próclise ao verbo principal).

Posição –tipo de construção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Tempo perfeito	146 (69%)	56 (27%)	8 (4%)	210
Passiva	65 (99%)	1 (1%)	-	66
Aspectuais (+gerúndio)	28 (39%)	38 (53%)	6 (8%)	72
Futuro e movimento	32 (19%)	31 (18%)	105 (63%)	168
Modais	112 (45%)	33 (14%)	103 (41%)	248
Aspectuais (+preposição)	4 (13%)	6 (20%)	20 (67%)	30
Predicados complexos	20 (23%)	15 (18%)	51 (59%)	86
Total	407	180	293	880

A partir dos resultados apresentados na tabela 8, então, podemos perceber que a construção que apresenta maior porcentagem de clítico em posição inovadora é a dos aspectuais seguidos de gerúndio (53%). Dos verbos seguidos de verbo principal no infinitivo, são os aspectuais seguidos de preposição que apresentam maior porcentagem de clítico posição inovadora, enquanto são os modais que apresentam maior porcentagem de subida de clítico (45%). As construções de tempo perfeito, apesar de serem aquelas que, depois da passiva, apresentam a maior porcentagem de subida de clítico (se comparada a todas as construções), também são aquelas que apresentam maior porcentagem de clíticos na posição inovadora do PB depois dos aspectuais seguidos de gerúndio, 27%.

No entanto, isso pode estar ligado ao fato de, no caso dos verbos que selecionam um infinitivo (de tempo futuro, modais, aspectuais seguidos de preposição e predicados complexos), a próclise ao verbo principal estar em variação com a ênclise ao verbo principal, além da variação com a subida de clítico. Como vimos no primeiro capítulo, o clítico nesta posição (EV2) é possível no PE e, no PB do século XIX, poderia ser uma opção mais prestigiada que na posição inovadora do PB. Assim também poderíamos explicar, inclusive, os casos de ênclise ao particípio que são encontrados. Estas construções são agramaticais no PE e também não aconteciam no PC1, mas é possível que

entanto, neste trabalho, sigo Martins (2009), e uno os casos de ambigüidade aos casos de próclise ao verbo principal. Apesar de ser interessante observar os resultados a partir de uma análise que parta da proposta de Kroch (2009) para distribuição de dados ambíguos, deixamos este tipo de análise para estudos futuros.

os autores que produziram os dados de ênclise ao particípio da construção do tempo perfeito poderiam não ter conhecimento disso e, numa tentativa de reproduzir a língua de prestígio de então, consideraram as construções de tempo perfeito da mesma forma que as outras construções com verbo principal no infinitivo.

Há outros pontos, no entanto, que devem ser verificados. Por um lado, é interessante observar a posição do clítico de acordo com cada verbo que se considera para cada tipo de construção. Isto porque, para os resultados gerais, optamos por apresentar, por exemplo, os verbos modais *poder* e *dever* junto com o modal *ter de/que*; no entanto, em PE, a subida de clítico não é possível com este (cf. Gonçalves e Costa, 2002). Por outro, como vimos no primeiro capítulo, estudos sobre a posição do clítico no PB atual apontam para uma colocação diferente entre os clíticos “fortes” e os clíticos “fracos”, e mesmo Cyrino (1996) já havia notado tal diferença em seus dados diacrônicos.

É interessante, também, observar os resultados por períodos de tempo, uma vez que, assim, poderíamos conferir se houve alguma construção que foi a primeira a apresentar subida de clítico. Como vimos no primeiro capítulo, observar a mudança diacrônica a partir da data de nascimento do autor pode ser mais interessante e condizendo com o quadro gerativo. No entanto, como há a questão da norma gramatical envolvida, não se deve descartar o fator de período por data de produção. Além disso, considerando essas duas formas de período, podemos observar se há diferenças entre os resultados por período de produção e os resultados por período de nascimento do autor.

Dadas essas questões mais específicas, apresento, a seguir, estes resultados para cada grupo de verbos, para que se possa fazer uma análise mais refinada sobre os dados.

4.3.1 Resultados para os verbos de tempo composto

Primeiramente, vamos observar a distribuição de dados entre os dois verbos que compõem este grupo, *ter* e *haver*:

Tabela 10: Resultados por tipo de verbo do grupo de tempo composto.

Tempo composto	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Ter	134 (70%)	51 (26%)	8 (4%)	193
Haver	12 (71%)	5 (29%)	-	17
Total	146	56	8	210

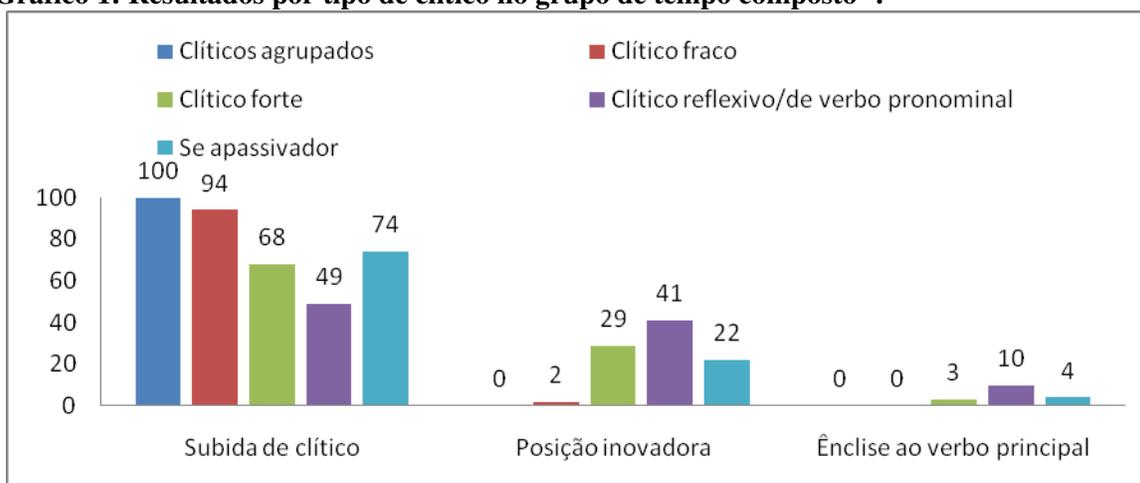
Como se pode ver, os resultados são semelhantes para ambos os verbos, a não ser pelo fato de, com o verbo *haver*, não termos nenhum caso de ênclise ao verbo principal.

Vamos observar, agora, os resultados em relação ao tipo de clítico, sem fazer distinção por tipo de verbo do grupo:

Tabela 11: Resultados por tipo de clítico no grupo de tempo composto.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	75 (68%)	32 (29%)	3 (3%)	110
Clítico-objeto “fraco”	31 (94%)	2 (6%)	-	33
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	20 (49%)	17 (41%)	4 (10%)	41
Se apassivador e impessoal	17 (74%)	5 (22%)	1 (4%)	23
Clíticos agrupados	3 (100%)	-	-	3
Total	146	56	8	210

Gráfico 1: Resultados por tipo de clítico no grupo de tempo composto³³.



Assim, encontramos, de forma semelhante a Pagotto (1992), somente dois casos de clítico acusativo de terceira pessoa em próclise ao verbo principal numa construção com verbo principal no particípio (no caso do estudo autor, foi um só dado encontrado). Este é também o tipo de clítico que apresenta a maior porcentagem de subida de clítico nas construções de tempo composto depois dos clíticos agrupados (estes, 100%, aqueles, 94%).

³³ Os resultados, em todos os gráficos, serão apresentados de acordo com a porcentagem dos resultados.

Além disso, é possível perceber que os clíticos que apresentam menor porcentagem de alçamento são os reflexivos/de verbos pronominais (49%). Como vimos na introdução, os primeiros dados que Pagotto (1992) encontra de próclise ao verbo principal são casos de clíticos de verbos pronominais, o que leva o autor a propor que a mudança teria atingido primeiramente esse tipo de clítico, uma vez que seria “extremamente ligado” (p. 119) ao verbo principal. Os resultados da tabela 11 mostram que são esses clíticos “extremamente ligados” ao verbo principal que sofrem menos alçamento.

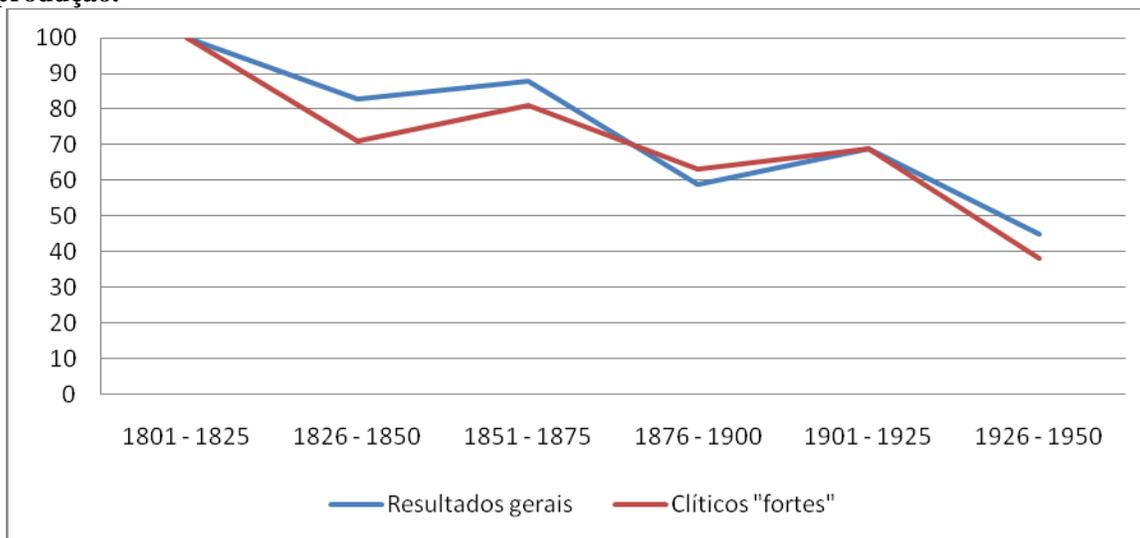
De outro lado, temos o clítico apassivador/impessoal *se*. Galves e Abaurre (1996, nota 12), comentam sobre os resultados de Monteiro (1991), que atestou subida de clítico com *se* indeterminador com o modal *poder*, e sugerem que talvez não tenha havido subida de fato neste caso, sendo o clítico, na verdade, gerado na posição em que aparece, ligado ao verbo mais alto. Depois dos clíticos fracos e dos clíticos agrupados, é esse tipo de clítico que, no *corpus* deste trabalho, apresenta maior porcentagem de ligação com o verbo regente (74%). Se estendermos a proposta das autoras (que consideram o somente o verbo modal) e considerarmos que, nos casos em que esse aparece ligado ao verbo regente, esse clítico foi, de fato, gerado na posição que aparece, então estes 74% não seriam verdadeiros casos de subida de clítico.

Passemos, agora, para os resultados de acordo com o período de produção das cartas. Os resultados são os seguintes:

Tabela 12: Resultados para o grupo de tempo composto por data de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VcIV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	10 (100%)	-	-	10
1826-1850	20 (83%)	4 (17%)	-	24
1851-1875	23 (88%)	3 (12%)	-	26
1876-1900	48 (59%)	27 (33%)	7 (8%)	82
1901-1925	38 (69%)	16 (29%)	1 (2%)	55
1926-1950	5 (45%)	6 (55%)	-	11
Não identificado	2 (100%)	-	-	2
Total	146	56	8	193

Gráfico 2: Resultados de subida de clítico para o grupo de tempo composto por data de produção.



Como se pode ver pelos resultados apresentados, a subida de clítico passa de 100% no primeiro período para 45% no último período, se considerarmos todos os tipos de clítico (resultados da tabela). No gráfico, mostramos os resultados gerais (considerando todos os tipos de clíticos) e os resultados só para o clítico forte, já que esse parece ser mais “neutro” dos clíticos (como vimos, o clítico fraco tem preferência para o alçamento, assim como o *se* apassivador, enquanto o reflexivo, para o não-alçamento). Seus resultados são, no entanto, semelhantes ao resultado geral.

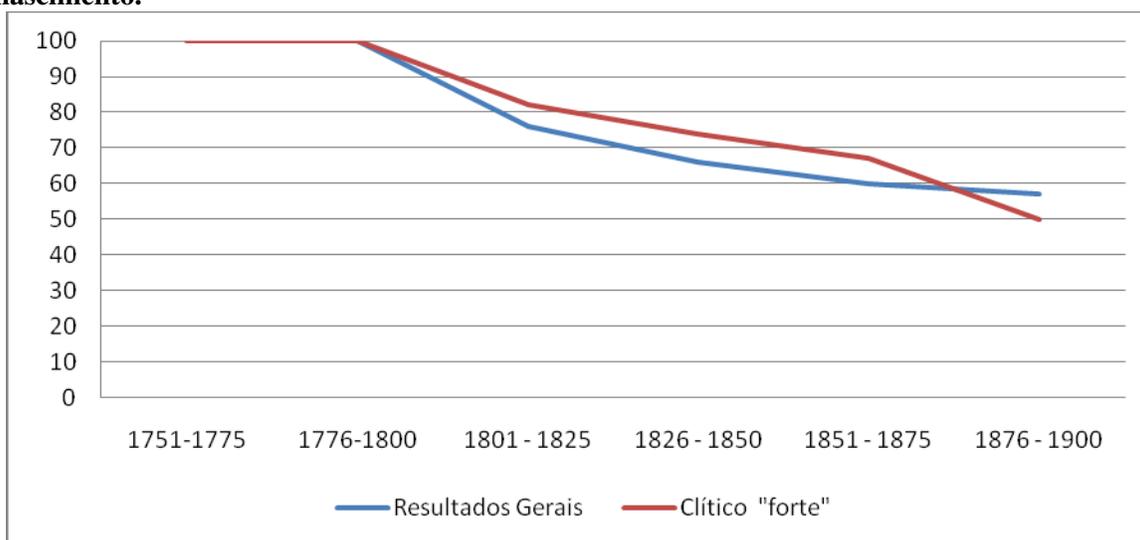
Por outro lado, apesar de no segundo quarto do século XX a subida de clítico apresentar menor porcentagem que a posição inovadora do PB, isso só se dá nesse período, uma vez que, em todos os outros períodos, esta é menor que aquela. Além disso, é possível observar que houve uma pequena diminuição da porcentagem de clítico na posição inovadora em relação ao período anterior no caso dos períodos de 1851-1875 e de 1901-1925.

No entanto, se observarmos os resultados de acordo com a data de nascimento do autor, esta oscilação não se dá: a subida de clítico vai diminuindo a cada período.

Tabela 13: Resultados para o grupo de tempo composto por data de nascimento.

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	2 (100%)	-	-	2
1776-1800	4 (100%)	-	-	4
1801-1825	23 (76%)	7 (22%)	-	30
1826-1850	37 (66%)	14 (25%)	3 (5%)	54
1851-1875	15 (60%)	8 (32%)	2 (8%)	25
1876-1900	4 (57%)	3 (34%)	-	7
Não identificado	61 (68%)	24 (26%)	3 (3%)	88
Total	146	56	8	210

Gráfico 3: Resultados de subida de clítico para o grupo de tempo composto por data de nascimento.



Uma observação ainda pode ser feita em relação à perda de subida de clítico no tempo perfeito e a questão dos períodos. Como se pode ver pelas tabelas, é só a partir do período que se inicia em 1826 que se tem clítico ligado ao verbo principal, a considerar a data de produção; no caso de data de nascimento, são os autores nascidos a partir de 1801. Interessante é notar que, apesar de encontrarmos certa flutuação nos resultados por data de produção, nos resultados por data de nascimento a subida de clítico (para todos os clíticos) diminui progressivamente a cada período.

4.3.2. Resultados para os verbos aspectuais seguidos de gerúndio

Vamos observar, agora, os resultados para as construções aspectuais seguidas de gerúndio. Primeiramente, apresentamos os resultados de acordo com cada verbo que pertence a essa construção:

Tabela 14: Resultados por tipo de verbo do grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.

Aspectuais seguidos de gerúndio	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Estar	14 (38%)	18 (49%)	4 (11%)	36
Ir	10 (31%)	20 (62%)	2 (6%)	32
Ficar	4 (100%)	-	-	4
Total	28	38	6	72

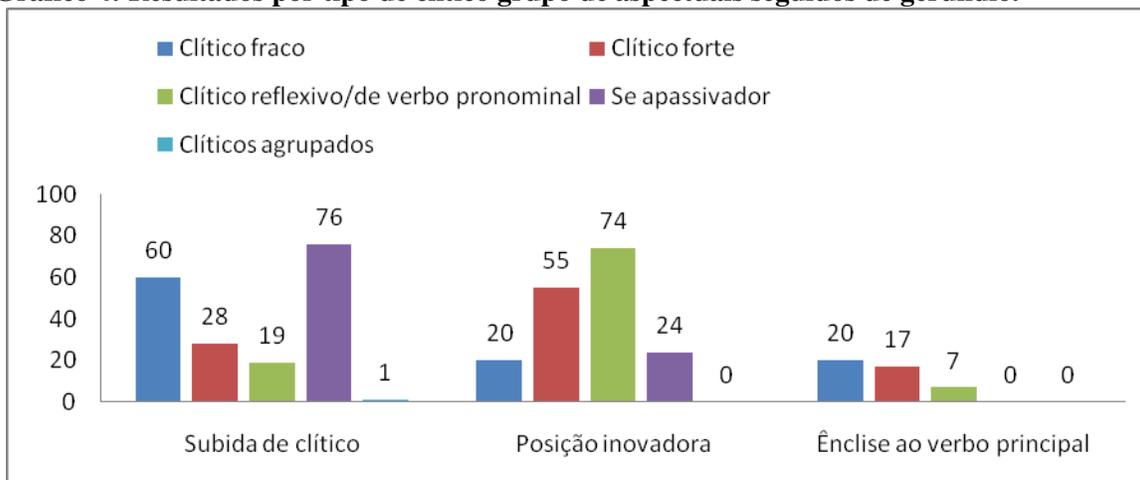
Não encontramos muita diferença entre subida de clítico *versus* não-subida de clítico no caso de *ir* e *estar*. No caso de *ficar*, todos os dados são de clíticos alçados; no entanto, são apenas 4 dados. Não seria possível, assim, que a não-subida de clítico com este verbo era agramatical no período que estudamos.

Como observamos ao analisar os resultados gerais, eram os verbos aspectuais aqueles que apresentavam maior porcentagem de clítico na posição inovadora do PB. Vamos observar, então, se isso se mantém a depender do tipo de clítico:

Tabela 15: Resultados por tipo de clítico grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	5 (28%)	10 (55%)	3 (17%)	18
Clítico-objeto “fraco”	3 (60%)	1 (20%)	1 (20%)	5
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	6 (19%)	23 (74%)	2 (7%)	31
Se apassivador e impessoal	13 (76%)	4 (24%)	-	17
Clíticos agrupados	1 (100%)	-	-	1
Total	28	38	6	72

Gráfico 4: Resultados por tipo de clítico grupo de aspectuais seguidos de gerúndio.



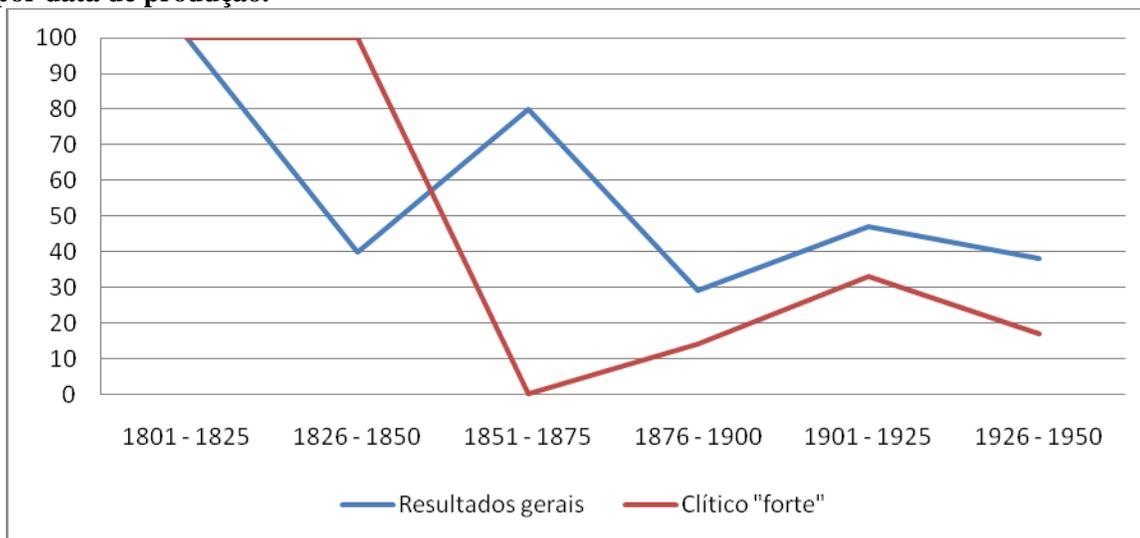
Assim como no caso do tempo perfeito, os clíticos agrupados apresentam 100% de alçamento. No entanto, no caso dos clíticos “fracos”, a porcentagem de alçamento é menor, se comparada a do tempo perfeito. Já no caso dos outros clíticos, vemos que as porcentagens seguem a mesma “ordem” do tempo perfeito: com maior porcentagem de alçamento, temos o *se* apassivador/impessoal (76%) e, com menor porcentagem, o clítico reflexivo (19%). Assim, as observações feitas no item anterior a respeito desses dois tipos de clíticos também poderiam se aplicar no caso das construções aspectuais seguidas de gerúndio.

Vamos observar, agora, o que os resultados por período de produção podem nos revelar.

Tabela 16: Resultados para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	3 (100%)	-	-	3
1826-1850	2 (40%)	3 (60%)	-	5
1851-1875	4 (80%)	1 (20%)	-	5
1876-1900	7 (29%)	15 (63%)	2 (8%)	24
1901-1925	9 (47%)	8 (42%)	2 (11%)	19
1926-1950	3 (19%)	11 (69%)	2 (12%)	16
Total	28	38	6	72

Gráfico 5: Resultados de subida de clítico para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de produção.

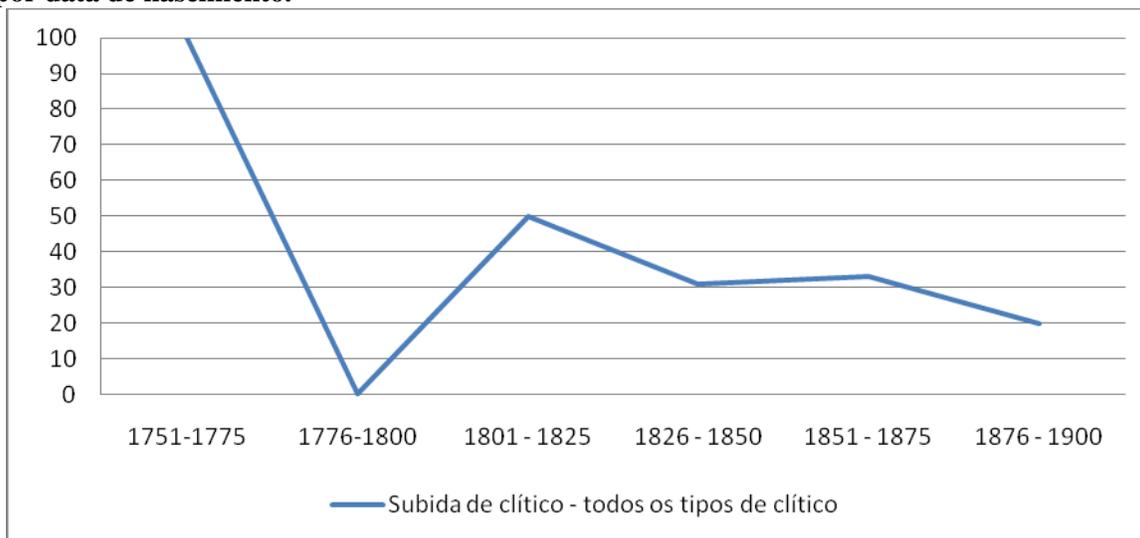


Como se pode ver pelo gráfico, os resultados não são constantes, apesar de, no primeiro período, a subida ser categórica, enquanto, no último, a maior percentagem pertencer à posição inovadora (69%). Tal instabilidade provavelmente se dá por, no caso desse tipo de construção, termos somente poucos casos para cada período. Vamos observar, então, os resultados de acordo com o período de nascimento do autor.

Tabela 17: Resultados para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de nascimento.

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	1 (100%)	-	-	1
1776-1800	-	1 (100%)	-	1
1801-1825	2 (50%)	2 (50%)	-	4
1826-1850	4 (31%)	9 (69%)	-	13
1851-1875	1 (33%)	2 (67%)	-	3
1876-1900	2 (20%)	8 (80%)	-	10
Não identificado	18 (45%)	16 (40%)	6 (15%)	40
Total	28	38	6	72

Gráfico 6: Resultados de subida de clítico para o grupo de aspectuais seguidos de gerúndio por data de nascimento.



Também nos resultados por data de nascimento do autor encontramos uma grande diferença entre os dois primeiros períodos. No entanto, há somente um dado para cada período. Mesmo assim, o resultado é interessante porque revela que um autor nascido no período de 1776-1800 já colocava um clítico em próclise ao verbo principal. Assim, apesar de o primeiro dado de próclise ao verbo principal surgir no período de produção de 1826-1850, assim como no caso do tempo composto, quando se observa a data de nascimento dos autores, o clítico aparece ligado ao verbo auxiliar em um período antes com aspectuais seguidos de gerúndio, se comparado ao tempo composto.

4.3.3 Resultados para os verbos de futuro e de movimento

Os resultados gerais que os verbos deste grupo apresentam são os seguintes:

Tabela 18: Resultados por tipo de verbo do grupo de verbo de futuro e movimento.

Temporais e de movimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VcIV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Ir (futuro)	12 (20%)	14 (24%)	33 (56%)	59
Ir (movimento)	6 (14%)	7 (16%)	30 (70%)	43
Vir	4 (11%)	5 (13%)	29 (76%)	38
Haver de	10 (36%)	5 (18%)	13 (46%)	28
Total	32	31	105	168

Como se pode ver, o verbo que apresenta maior porcentagem de subida de clítico é o verbo *haver de* (36%). Em segundo lugar, temos o verbo *ir* no sentido de tempo

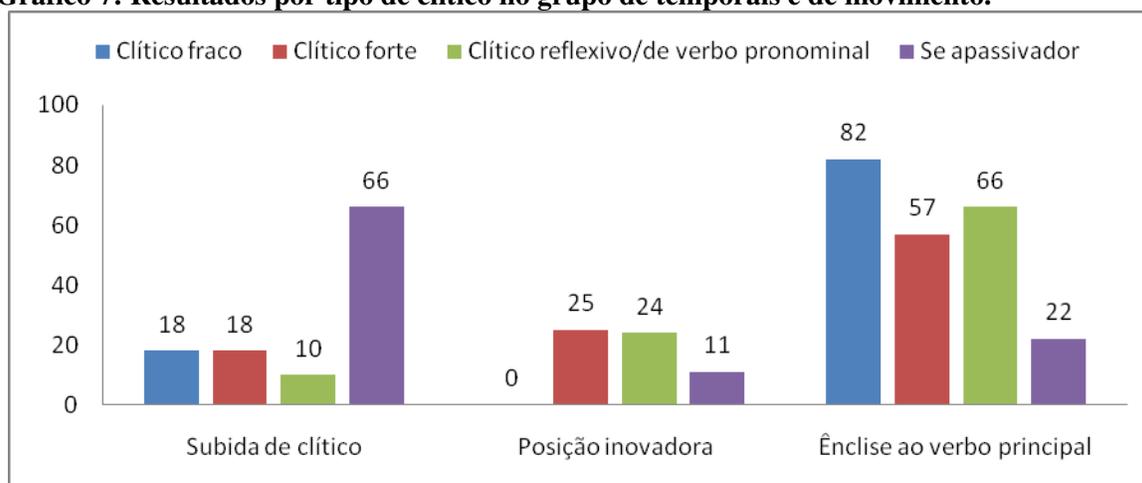
futuro. Os verbos que apresentam menor ocorrência de subida de clítico são o verbo *ir* que indica movimento e o verbo *vir*, que também tem sentido de movimento. Esses dois verbos, inclusive, são aqueles que apresentam a maior porcentagem de ênclise ao verbo principal (70% e 76%, respectivamente). Já no caso da posição inovadora, é o verbo *ir* com sentido de futuro que apresenta a maior porcentagem (24%), seguido do verbo *haver de*, que também tem sentido de futuro. Assim, é interessante notar que a posição inovadora apresenta maior porcentagem com os verbos que apresentam sentido de futuro.

Vejamos, agora, os resultados de acordo com o tipo de clítico:

Tabela 19: Resultados por tipo de clítico no grupo de temporais e de movimento.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VcIV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	16 (18%)	23 (25%)	51 (57%)	90
Clítico-objeto “fraco”	7 (18%)	-	33 (82%)	40
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	3 (10%)	7 (24%)	19 (66%)	29
Se apassivador e impessoal	6 (66%)	1 (11%)	2 (22%)	9
Total	32	31	105	168

Gráfico 7: Resultados por tipo de clítico no grupo de temporais e de movimento.



Como se pode ver, não há nenhum caso de clítico na posição inovadora (que seria próclise ao infinitivo) no caso dos clíticos “fracos”. Este resultado vai de encontro com os resultados que Galves e Abaurre (1996) apresentam para o PB atual, como já foi dito anteriormente, no qual, em qualquer construção com verbo no infinitivo (ou seja, não

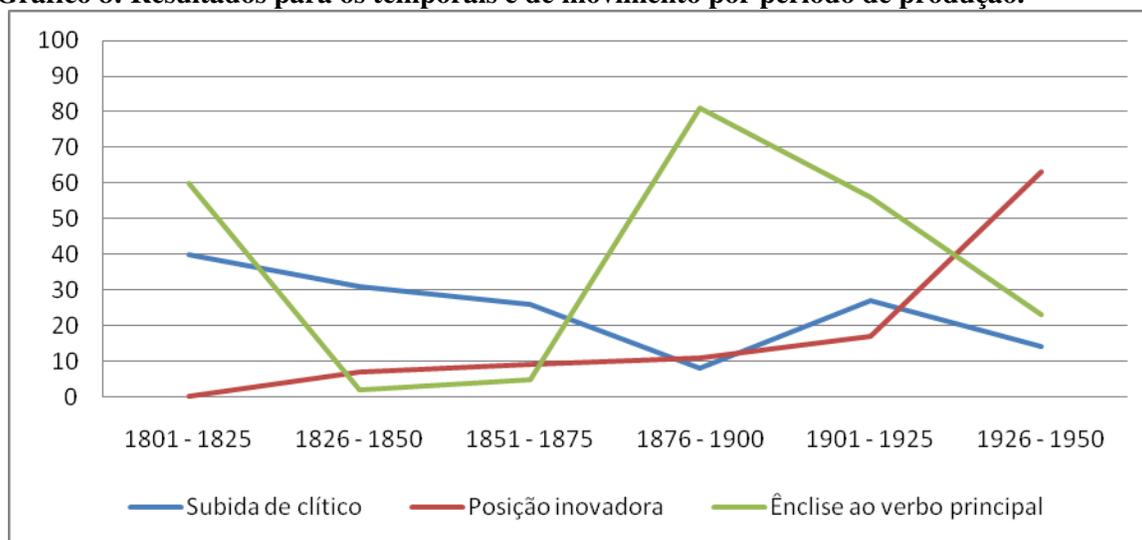
só grupos verbais, mas também construções infinitivas), o clítico de terceira pessoa sempre se liga em ênclise ao infinitivo. É interessante notar, ainda, que, apesar de serem poucos os dados, o clítico que aparece em maior porcentagem alçado é o *se* passivador/impessoal, (66% contra 18% do clítico forte e 10% do reflexivo).

Apresentamos, a seguir, os resultados por período de produção:

Tabela 20: Resultados para os temporais e de movimento por período de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	2 (40%)	-	3 (60%)	5
1826-1850	5 (31%)	1 (7%)	10 (62%)	16
1851-1875	6 (26%)	2 (9%)	15 (65%)	23
1876-1900	5 (8%)	7 (11%)	49 (81%)	61
1901-1925	11 (27%)	7 (17%)	23 (56%)	41
1926-1950	3 (14%)	14 (63%)	5 (23%)	22
Total	32	31	105	168

Gráfico 8: Resultados para os temporais e de movimento por período de produção.

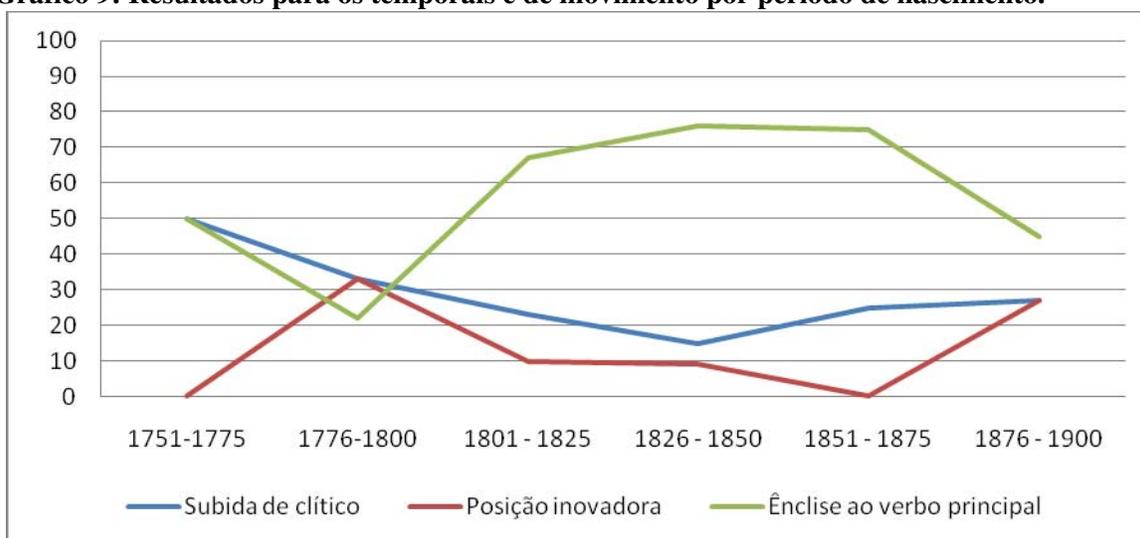


Assim, vemos, por um lado, que a ênclise ao verbo principal é majoritária até o penúltimo período, depois do qual a posição inovadora passa a ser a posição majoritária. Além disso, a colocação nesta posição apresenta um gradual aumento no decorrer dos períodos. Vejamos se o mesmo se observa a partir da data de nascimento do autor:

Tabela 21: Resultados para os temporais e de movimento por período de nascimento.

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	1 (50%)	-	1 (50%)	2
1776-1800	1 (33%)	1 (33%)	1 (33%)	3
1801-1825	4 (23%)	2 (10%)	12 (67%)	18
1826-1850	7 (15%)	4 (9%)	35 (76%)	46
1851-1875	3 (25%)	0	9 (75%)	12
1876-1900	3 (27%)	3 (27%)	5 (45%)	11
Não identificado	13 (17%)	21 (28%)	42 (55%)	76
Total	32	12	105	168

Gráfico 9: Resultados para os temporais e de movimento por período de nascimento.



Podemos perceber, pelo gráfico, que o clítico em posição inovadora apareceu produzido por autores nascidos a partir do período de 1776-1800, assim como no caso dos aspectuais seguidos de gerúndio. É possível perceber também que as porcentagens vão caindo a cada período (33%, 10%, 9%), para tornarem a subir no último período (27%), no caso da posição inovadora. No entanto, são poucos os dados que temos, principalmente dos primeiros dois períodos, para que se possa considerar esse resultado confiável.

4.3.4 Resultados para os verbos modais

Os resultados para os quatro verbos modais considerados são os seguintes:

Tabela 22: Resultados por tipo de verbo do grupo dos modais.

Modais	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Poder	87 (50%)	22 (13%)	65 (37%)	174
Dever	24 (42%)	6 (11%)	27 (47%)	57
Ter de	1 (8%)	2 (17%)	9 (75%)	12
Ter que	0	3 (60%)	2 (40%)	5
Total	112	33	103	248

Assim, vemos que a subida de clítico é menor com *ter de* e não aconteceu com *ter que*. De fato, segundo Gonçalves e Costa (2002), estes verbos não permitem subida de clítico no PE atual. Assim, vamos observar as possibilidades por tipo de clítico somente com os verbos *dever* e *poder*, que apresentam resultados semelhantes quanto à posição do clítico:

Tabela 23: Resultados por tipo de clítico no do grupo dos modais.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	39 (42%)	17 (18%)	37 (40%)	93
Clítico-objeto “fraco”	7 (19%)	1(3%)	29(78%)	37
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	3 (9%)	9 (27%)	21 (64%)	33
Se apassivador e impessoal	62 (91%)	1 (2%)	5 (7%)	68
Total	111	28	92	231

Gráfico 10: Resultados por tipo de clítico no do grupo dos modais.



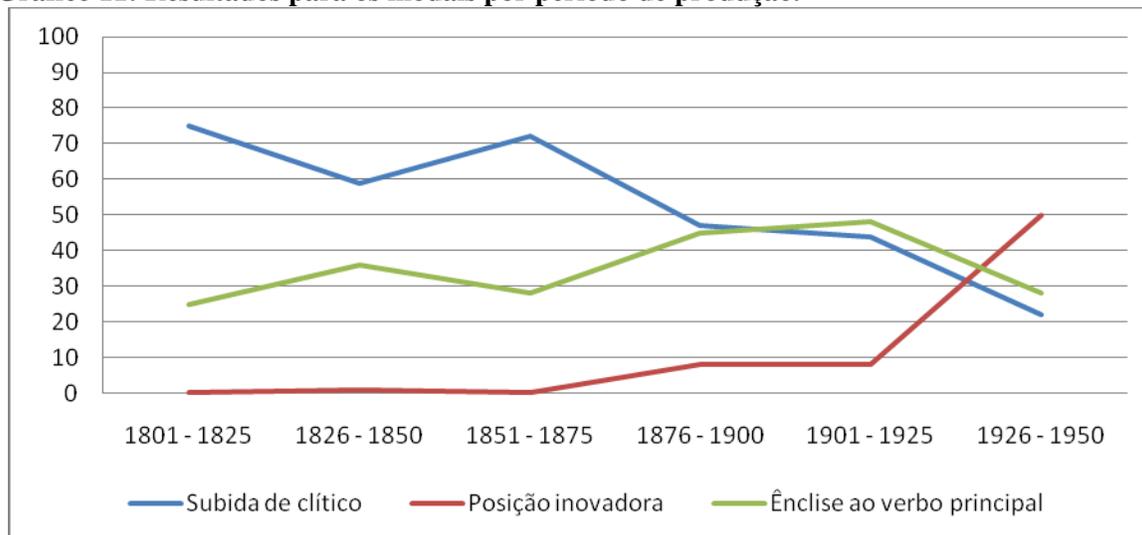
Assim como nas construções da seção anterior, no caso do clítico fraco, a maior porcentagem é de ênclise ao verbo principal (78%), e o clítico que aparece em menor porcentagem alçado (9%) e maior porcentagem em posição inovadora (27%) é o reflexivo. Outra semelhança é o fato de o pronome *se* apassivador/impessoal apresentar a maior porcentagem de alçamento (91%), apesar de, no caso com os modais *poder* e *dever*, a porcentagem ser bem mais alta que nos casos com outros verbos, inclusive os de tempo composto, que, como vimos, parece ser aquele que mais permite subida de clítico.

Vejam, agora, os resultados para os verbos *poder* e *dever* de acordo com a data de produção das cartas.

Tabela 24: Resultados para o grupo dos modais por período de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	6 (75%)	-	2 (25%)	8
1826-1850	13 (59%)	1 (5%)	8 (36%)	22
1851-1875	23 (72%)	-	9 (28%)	32
1876-1900	34 (47%)	6 (8%)	33 (45%)	73
1901-1925	27 (44%)	5 (8%)	30 (48%)	62
1926-1950	7 (22%)	16 (50%)	9 (28%)	32
Não identificado	1 (50%)	-	1 (50%)	2
Total	111	28	92	231

Gráfico 11: Resultados para os modais por período de produção.



O gráfico acima mostra que há oscilações entre subida de clítico e ênclise ao verbo principal. Apesar disso, a subida de clítico passa, a partir de 1901, a aparecer em

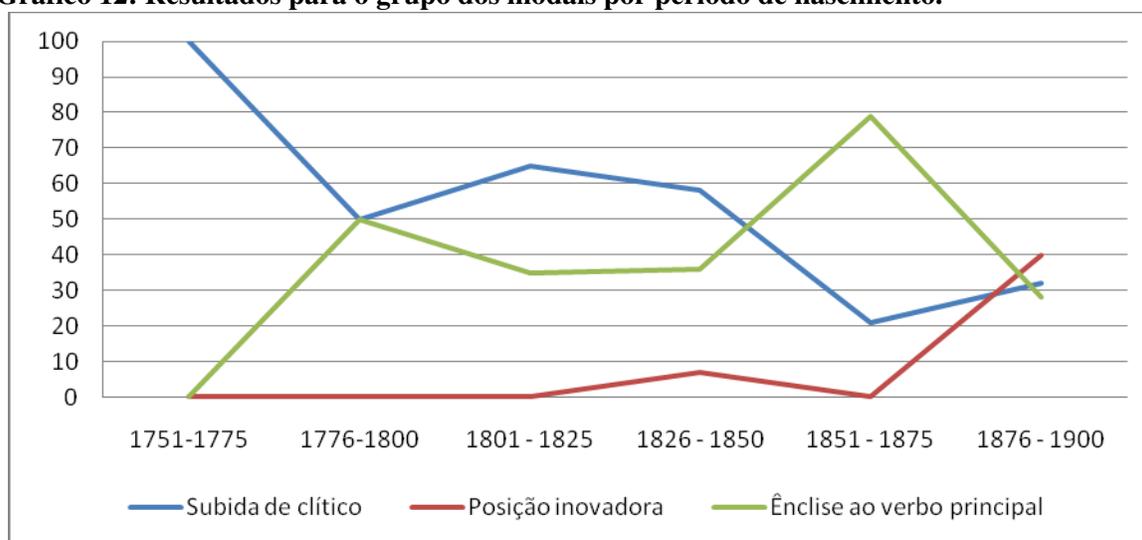
menor porcentagem que EV2. Já a posição inovadora aparece pela primeira vez no período de 1826-1850, aumenta gradativamente, mas é só no último período, a partir de 1926, que vai ultrapassar as demais posições.

Vamos observar quais são os resultados por data de nascimento:

Tabela 25: Resultados para o grupo dos modais por período de nascimento.

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	2 (100%)	-	-	2
1776-1800	1 (50%)	-	1 (50%)	2
1801-1825	17 (65%)	-	9 (35%)	26
1826-1850	36 (58%)	4 (7%)	22 (36%)	62
1851-1875	3 (21%)	-	11 (79%)	14
1876-1900	8 (32%)	10 (40%)	7 (28%)	25
Não identificado	44 (44%)	14 (14%)	42 (42%)	100
Total	111	28	92	231

Gráfico 12: Resultados para o grupo dos modais por período de nascimento.



Pela data de nascimento, podemos ver que são os autores nascidos a partir de 1826 que produzem clítico em posição inovadora do PB. Quanto às outras posições, percebemos que a oscilação fica ainda maior com os resultados por data de nascimento. No entanto, assim como no caso por data de produção, é só no último período que a porcentagem de clítico em posição inovadora ultrapassa a porcentagem das outras posições.

4.3.5 Resultados para os verbos aspectuais seguidos de preposição

Os resultados por tipo de verbo aspectual seguido de preposição são:

Tabela 26: Resultados por tipo de verbo do grupo de aspectuais seguidos de preposição.

Aspectuais seguidos de preposição	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Começar a	-	-	4 (100%)	4
Continuar a	1 (14%)	-	6 (86%)	7
Passar a	-	-	4 (100%)	4
Principiar a	-	1 (50%)	1 (50%)	2
Tornar a	2 (100%)	-	-	2
Acabar de	1 (33%)	1 (33%)	1 (33%)	3
Deixar de	-	4 (50%)	4(50%)	8
Total	4	6	20	30

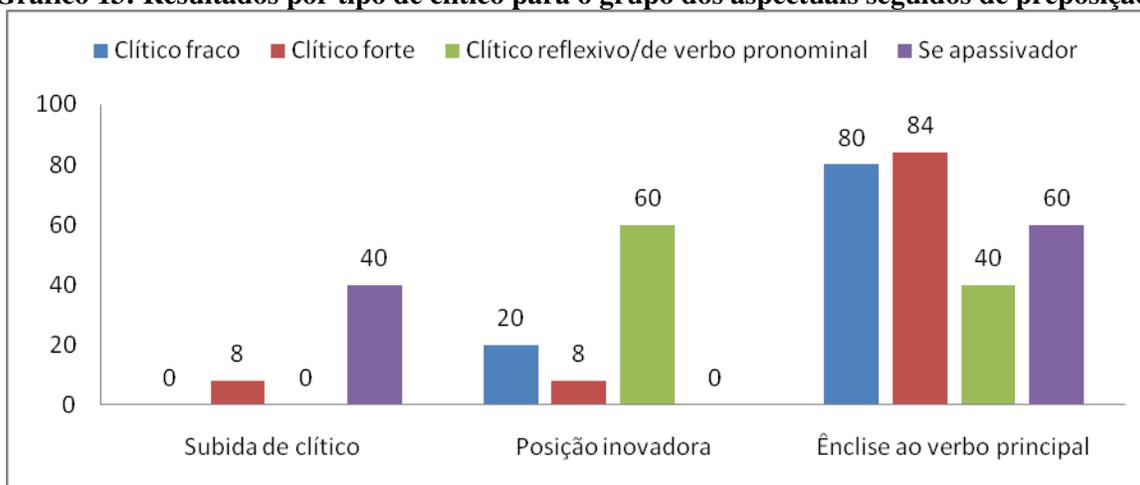
São poucos os resultados com verbos aspectuais seguidos de preposição. No entanto, uma observação merece ser feita: se retomarmos a escala de auxiliaridade que Gonçalves e Costa (2002) propõe, vemos que os verbos aspectuais seguidos de *de* não permitem subida de clítico, no PE. Mesmo assim, encontramos um dado de subida de clítico com um verbo aspectual seguido de preposição – o verbo *acabar de* – sendo que este dado é produzido no período de 1851-1875, por um autor nascido ente 1801 e 1825 e o clítico nesta posição é o *se* apassivador/impessoal. Como vimos, é justamente este clítico que parece ser mais facilmente alçado, no caso dos outros tipos de verbos sendo que, inclusive, pode-se analisar que ele tenha sido gerado na posição de sujeito, e não alçado. Deve-se notar, também, que nenhum dos dados com *deixar de* é desse clítico *se*. No entanto, para esse verbo, temos um caso de dois clíticos (não agrupados, apesar de serem os clíticos “me e “os”), e estes ocupam a posição inovadora do PB.

Mesmo assim, por conta da escassez de dados, vamos observar como se dá a colocação por tipo de clítico considerando todos os aspectuais seguidos de preposição, mesmo aqueles que, no PE atual, não apresentam subida de clítico:

Tabela 27: Resultados por tipo de clítico para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	1 (8%)	1 (8%)	11 (84%)	13
Clítico-objeto “fraco”	-	1 (20%)	4 (80%)	5
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	-	3 (60%)	2 (40%)	5
Se apassivador e impessoal	2 (40%)	-	3 (60%)	5
Clíticos agrupados	1 (100%)	-	-	1
Dois clíticos	-	1 (100%)	-	1
Total	4	6	20	30

Gráfico 13: Resultados por tipo de clítico para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição.



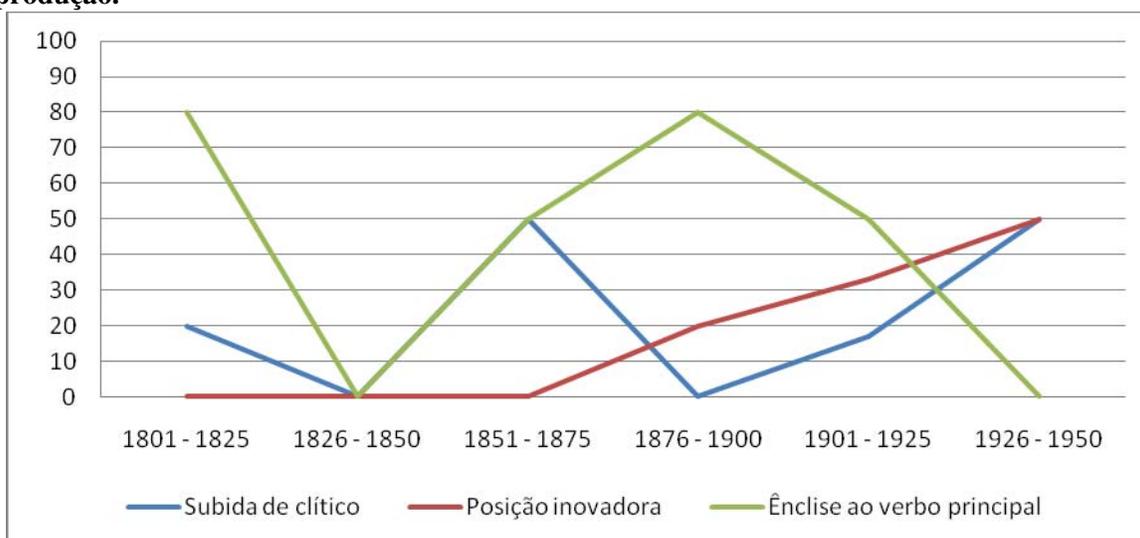
Como já havíamos observado, são os poucos os dados com os verbos aspectuais. No entanto, o que podemos observar a partir dos resultados é que o único caso de clítico agrupado aparece alçado, e o *se* apassivador aparece em 2 dos 3 casos alçado (e um deles, como já vimos, ocorreu com o verbo *acabar de*). O outro clítico que aparece alçado neste grupo de verbos é o clítico “forte”, mas, nesse caso, é somente 1 dado para o total de 13. Quanto à posição inovadora, vemos que é o clítico reflexivo que apresenta maior porcentagem, além de, juntamente com o clítico “fraco”, serem os únicos que não foram alçados. O clítico fraco, como era de se esperar, foi encontrado na maioria dos casos (4/5) em ênclise ao infinitivo. Deve-se notar, ainda, que o caso desse clítico em posição inovadora foi com o verbo *deixar de*.

Vamos observar, então, os resultados de acordo com o período de produção:

Tabela 28: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	1 (20%)	-	4 (80%)	5
1826-1850	-	-	-	-
1851-1875	1 (50%)	-	1 (50%)	2
1876-1900	-	3 (20%)	12 (80%)	15
1901-1925	1 (17%)	2 (33 %)	3 (50%)	6
1926-1950	1 (50%)	1 (50%)	-	2
Total	4	6	20	30

Gráfico 14: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de produção.

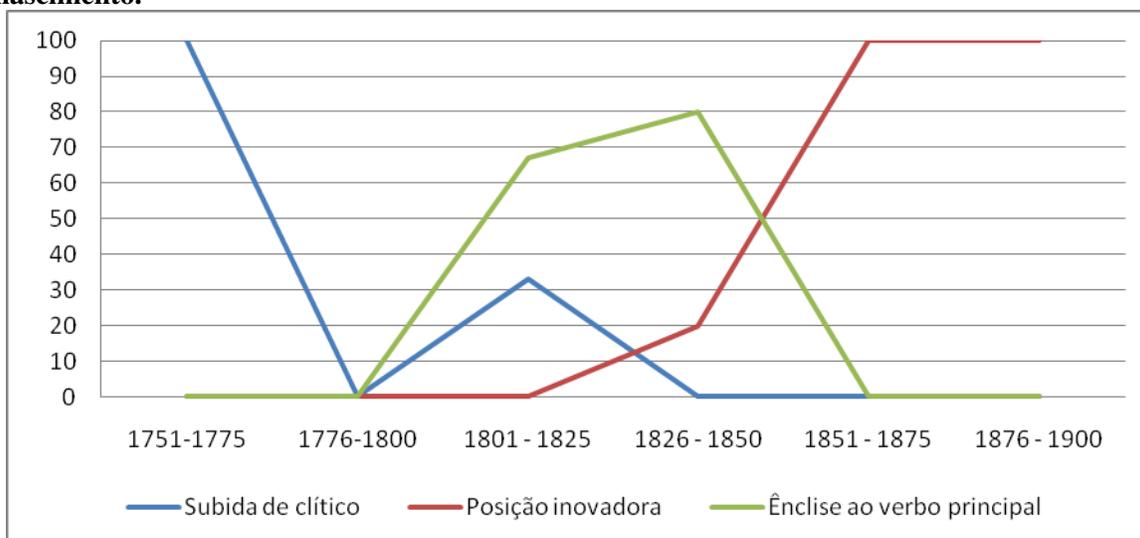


Podemos observar, assim, que, apesar de os dados de subida de clítico e de ênclise ao verbo principal oscilarem, os dados de posição inovadora crescem progressivamente. Além disso, a oscilação pode ser explicada pelo fato de termos encontrados poucos dados para cada período. Vamos observar se o mesmo se dá quando se considera a data de nascimento:

Tabela 29: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de nascimento.

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	1 (100%)	-	-	1
1776-1800	-	-	-	-
1801-1825	1 (33%)	-	2 (67%)	3
1826-1850	-	2 (20%)	8 (80%)	10
1851-1875	-	1 (100%)	-	1
1876-1900	-	1(100%)	-	1
Não identificado	2 (14%)	2 (14%)	10 (72%)	14
Total	4	6	20	30

Gráfico 15: Resultados para o grupo dos aspectuais seguidos de preposição por período de nascimento.



Vemos, assim, que, dos autores cujo nascimento estava identificado, a subida de clítico vai diminuindo até não aparecer mais nos autores nascidos a partir de 1826. Já a posição inovadora aparece pela primeira vez com um autor nascido entre 1826 e 1850, e vai aumentando a cada período, atingindo 100% no último.

4.3.6 Resultados para os verbos de predicado complexo

Vejam, agora, os resultados para o que chamamos, neste trabalho, de predicados complexos do PB:

Tabela 30: Resultados por tipo de verbo de predicado complexo.

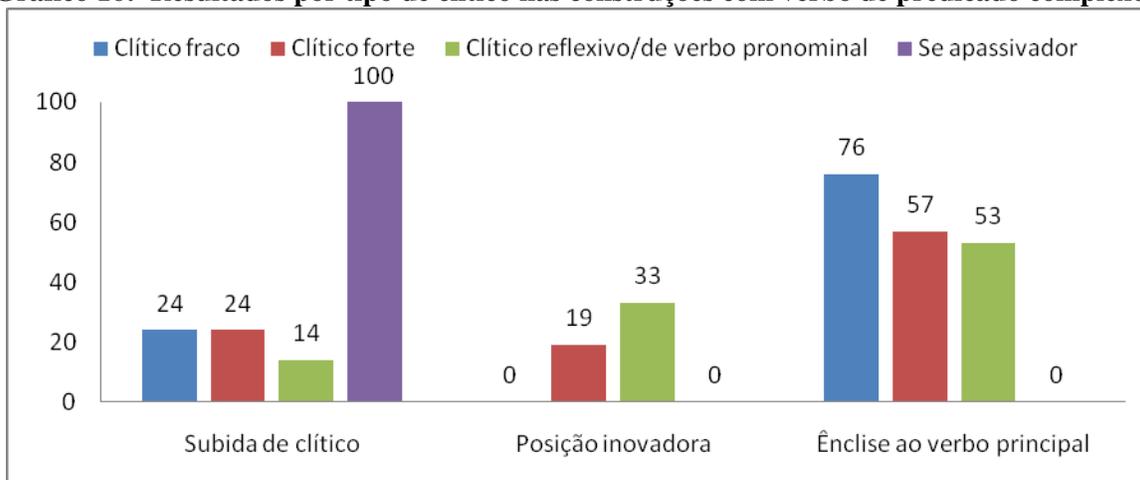
Predicado complexo	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Querer	17 (28%)	13 (21%)	31 (51%)	61
Desejar	1 (17%)	-	5 (83%)	6
Pretender	1 (8%)	2 (15%)	10 (77%)	13
Tentar	-	-	2 (100%)	2
Conseguir	1 (33%)	-	2 (67%)	3
Saber	-	-	1 (100%)	1
Total	20	15	51	86

É possível observar, a partir dos resultados, que dentre os verbos desse grupo, o que apresenta maior porcentagem de subida de clítico é o *querer* (28%), sendo que é com esse verbo, também, que se tem a maior porcentagem de clítico em posição inovadora (21%) e, por outro lado, se tem a menor porcentagem de clítico em ênclise ao verbo principal (51% desse contra 67%, 77%, 83% e 100% dos outros verbos). Vamos observar a distribuição por tipo de clítico:

Tabela 31: Resultados por tipo de clítico nas construções com verbo de predicado complexo.

Tipo de clítico	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
Clítico-objeto “forte”	10 (24%)	8 (19%)	24 (57%)	42
Clítico-objeto “fraco”	5 (24%)	-	16 (76%)	21
Clítico reflexivo ou de verbo pronominal	3 (14%)	7 (33%)	11 (53%)	21
Se apassivador e impessoal	2 (100%)	-	-	2
Total	32	3	51	86

Gráfico 16: Resultados por tipo de clítico nas construções com verbo de predicado complexo.



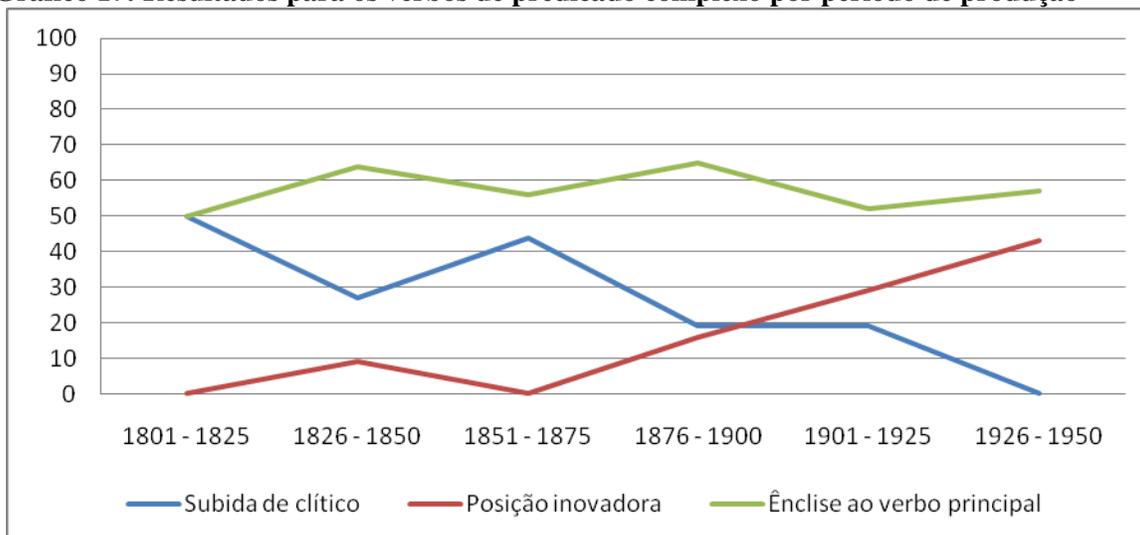
Assim como no caso das outras construções com verbo principal no infinitivo, o clítico “fraco” apresenta maior porcentagem de ênclise ao verbo principal (76%). Estão de acordo com os resultados para os grupos anteriores, também, os resultados com *se* apassivador, que, no caso das construções de predicado complexo, aparecem alçados os dois únicos dados do pronome, e os resultados com o *se* reflexivo, tipo de clítico que apresenta a menor porcentagem de alçamento.

Os resultados de acordo com período de produção são os seguintes:

Tabela 32: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de produção

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VcIV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	3 (50%)	-	3 (50%)	6
1826-1850	3 (27%)	1(9%)	7 (64%)	11
1851-1875	4 (44%)	-	5 (56%)	9
1876-1900	6 (19%)	5 (16%)	20 (65%)	31
1901-1925	4 (19%)	6 (29%)	11 (52%)	21
1926-1950	-	3 (43%)	4 (57%)	7
Não identificado	-	-	1 (100%)	1
Total	32	3	51	86

Gráfico 17: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de produção



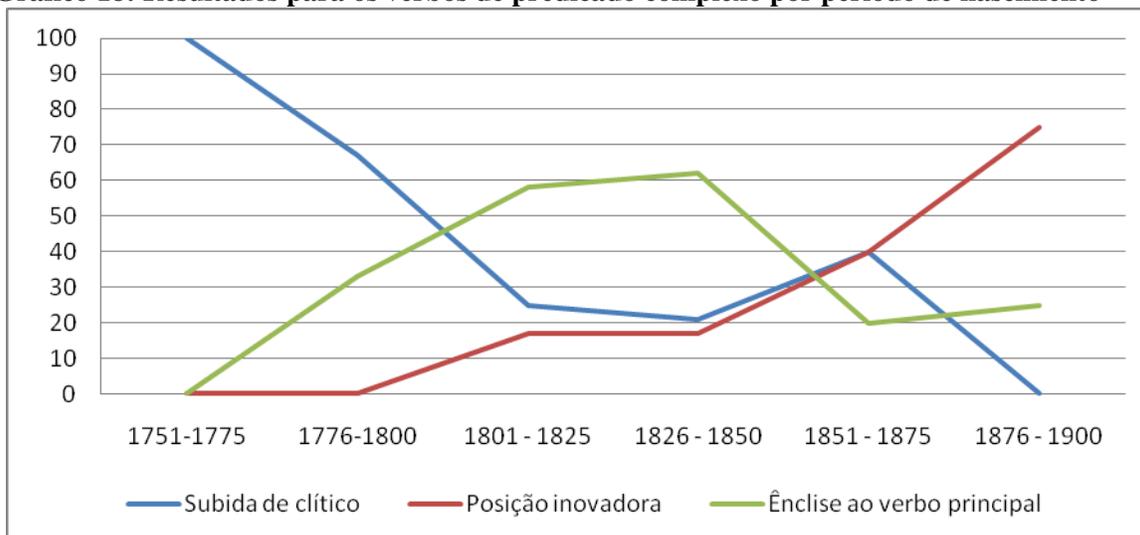
Podemos ver, a partir do gráfico, que a posição inovadora tem sua porcentagem progressivamente aumentada a partir de 1876, enquanto se diminui a porcentagem de subida de clítico. A ênclise ao verbo principal, no entanto, permanece, de certa forma, constante durante os períodos.

Vejamos o que os resultados por período de nascimento nos mostram:

Tabela 33: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de nascimento

Ano de nascimento	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1751-1775	1 (100%)	-	-	1
1776-1800	2 (67%)	-	1 (33%)	3
1801-1825	3 (25%)	2 (17%)	7 (58%)	12
1826-1850	5 (21%)	4 (17%)	15 (62%)	24
1851-1875	2 (40%)	2 (40%)	1 (20%)	5
1876-1900	-	3 (75%)	1 (25%)	4
Não identificado	10 (27%)	1 (3%)	26 (70%)	37
Total	32	3	51	86

Gráfico 18: Resultados para os verbos de predicado complexo por período de nascimento



Os resultados mostram que o clítico em posição inovadora surge com autores nascidos a partir de 1801 e vai progressivamente aumentando. A subida de clítico, ao contrário, vai diminuindo e, apesar de mostrar um aumento no penúltimo período, não apresenta nenhum caso no último. Já a ênclise ao verbo principal cresce até o período de 1826-1850, para, então, diminuir no período seguinte e, no período final, apresentar um pequeno aumento.

4.3.7 O caso da passiva

No caso da passiva, temos somente um tipo de verbo, além do fato de que o único tipo de clítico que ocorre é o clítico “forte”. Além disso, a passiva não apresenta clítico em posição inovadora a não ser em um caso, produzido no primeiro período (de produção):

(153) (...) não queriaõ *que* | Joaõ Carlos fosse *para* o Rio, *equ*e alem disso haviaõ ser depostasdo Governo | Martim Francisco, e Jordaõ, do*que* **foi lhes respondido**, *que* o Governo não tinha au= | toridade *para* ofazer, (...) (CPBNRJ, carta 6)

Como se pode ver, é um caso que consideramos ambíguo, uma vez que não há ligação gráfica do clítico ao verbo principal ou nenhum elemento intervindo que possa dar certeza sobre o verbo ao qual o clítico realmente está ligado. O contexto da sentença também é ambíguo: apesar de as orações relativas serem desencadeadoras de próclise no

PCI e no PE, Lopes (2010) mostra que dados de ênclise nesses contextos também podem ser encontrados, apesar de não serem muitos e ocorrem quando houvesse algum constituinte entre o complementizador e o verbo. No caso da sentença de (153), apesar de não haver um constituinte entre o verbo e o elemento complementador, poderíamos considerar como sendo caso de ênclise mesmo em contexto de sentença relativa e, se for assim, então teríamos, na verdade, ênclise ao verbo regente, *ser*, e não próclise ao verbo principal, *responder* – e, portanto, nenhum caso de não-subida de clítico com a passiva.

Se, por outro lado, (153) realmente for um caso de clítico em posição inovadora (próclise ao verbo principal), mesmo assim não se pode dizer que a mudança teria começado pela construção passiva: apesar de ser a primeira construção que apresentou um dado que poderia ser próclise ao verbo principal, nos períodos seguintes não encontramos mais nenhum caso de clítico nessa posição.

Para ilustrar, apresentamos uma tabela com os resultados para a passiva de acordo com o período de produção:

Tabela 34: Resultados para passiva de acordo com o período de produção.

Período de produção	Subida de clítico (PV1+EV1)	Posição inovadora (VclV+PV2)	Ênclise ao verbo principal (EV2)	Total
1801-1825	1 (50%)	1 (50%)	-	2
1826-1850	4 (100%)	-	-	4
1851-1875	11 (100%)	-	-	11
1876-1900	29 (100%)	-	-	29
1901-1925	19 (100%)	-	-	19
1926-1950	1 (100%)	-	-	1
Total	65	1	-	66

Além disso, como vimos no primeiro capítulo, a construção passiva é a única que ainda apresenta possibilidade de subida de clítico no PB atual, o que pode indicar que há uma gramática que permite não-subida de clítico com as outras construções, mas não com a passiva, enquanto há outra, em competição, que permite a não-subida inclusive com a passiva. Assim, parece que a mudança que levou a perda de subida de clítico nas outras construções estudadas não é a mesma mudança que permite a ligação do clítico ao verbo principal da passiva, como sugerimos no terceiro capítulo.

Também notamos, naquele capítulo, que o PB apresenta uma construção que é agramatical no PE:

- (154) a. As informações ***dadas-me** são incompletas. (PE)
b. As informações **me dadas** estão incompletas. (PB)

Seria interessante observar se construções como as de (154) não ocorrem no corpus analisado. Encontramos somente um caso, produzidos por Mário de Andrade (que pertence ao último período de produção).

- (155) Manú, recebi sua carta já **me mandada** de Araraquara, donde cheguei dia 21. (CMB, Carta 15)

Nas cartas que consideramos para o *corpus*, o autor apresenta somente um dado de clítico em construção passiva, e sua posição é próclítico ao *ser*:

- (156) E pior é que os impressionistas (que jamais não tiveram culpa dêste nome de “impressionistas” que **lhes foi dado**), contra os quais o Expressionismo reagiu, também se podem gabar da minha definição. (CMB, Carta 15)

Assim, apesar de produzir um clítico ligado a um participio sem o verbo *ser*, o autor alça o clítico na construção passiva. Isso poderia ser um argumento contra uma análise que tentasse relacionar o surgimento de construções como (155) com o surgimento do não-alçamento de clítico na passiva. No entanto, há outra forma de analisar o fato: pode ser que o autor tinha duas gramáticas em competição, uma que produzia subida de clítico com a passiva e outra que produziria clítico não-alçado em tal construção.

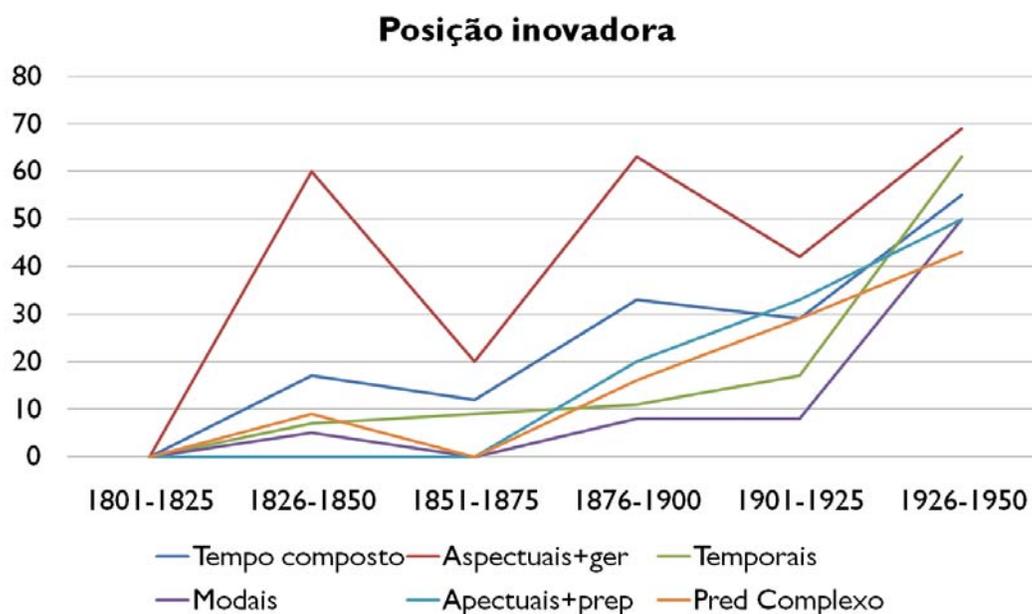
4.4 Discussão dos resultados

Como vimos no primeiro capítulo, Pagotto (1992) propõe que a mudança teria começado pelas construções com verbo principal no infinitivo, seguido pelas construções com verbo principal no gerúndio e, enfim, pelas construções com verbo principal no participio – essa, “mais resistente” à mudança.

O que vemos nos resultados do estudo aqui apresentado é que a primeira construção que apresenta clítico em próclise ao verbo principal é a passiva. No entanto, como vimos, só temos um caso dessa posição, contra 65 casos de subida de clítico em passiva em todo período estudado. Além disso, é um caso ambíguo, o que significa que a posição do clítico poderia, na verdade, ser de ênclise ao verbo regente (e não próclise ao

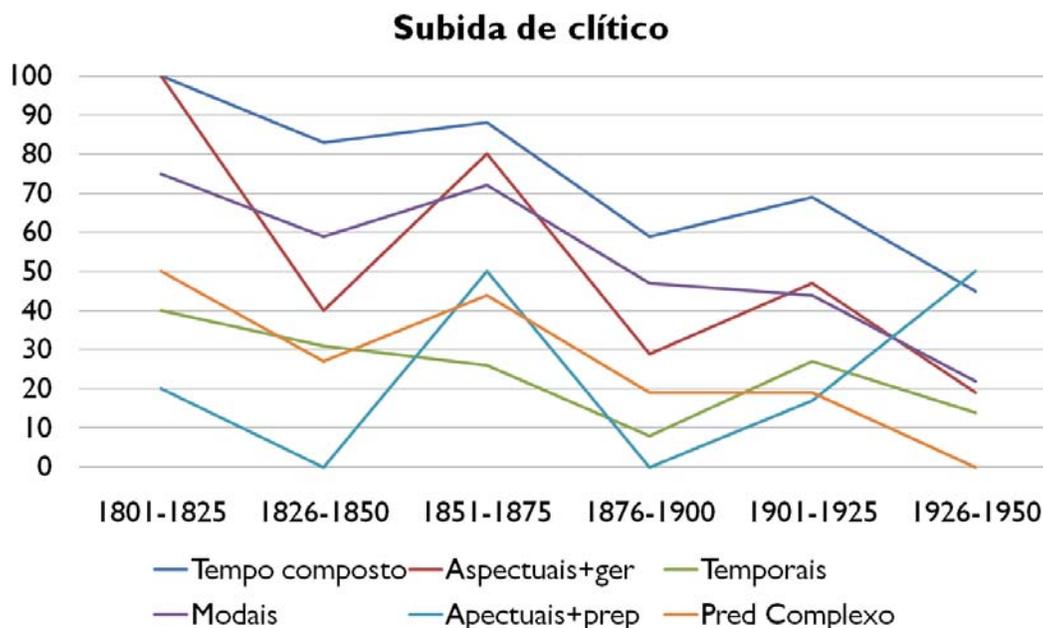
verbo principal). Fora a construção passiva, e de acordo com a data de produção, os primeiros casos de inovação do PB acontecem com todos os tipos de verbo, a não ser os aspectuais seguidos de preposição, no período de 1826-1850, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 19: Resultados de clítico em posição inovadora por data de produção



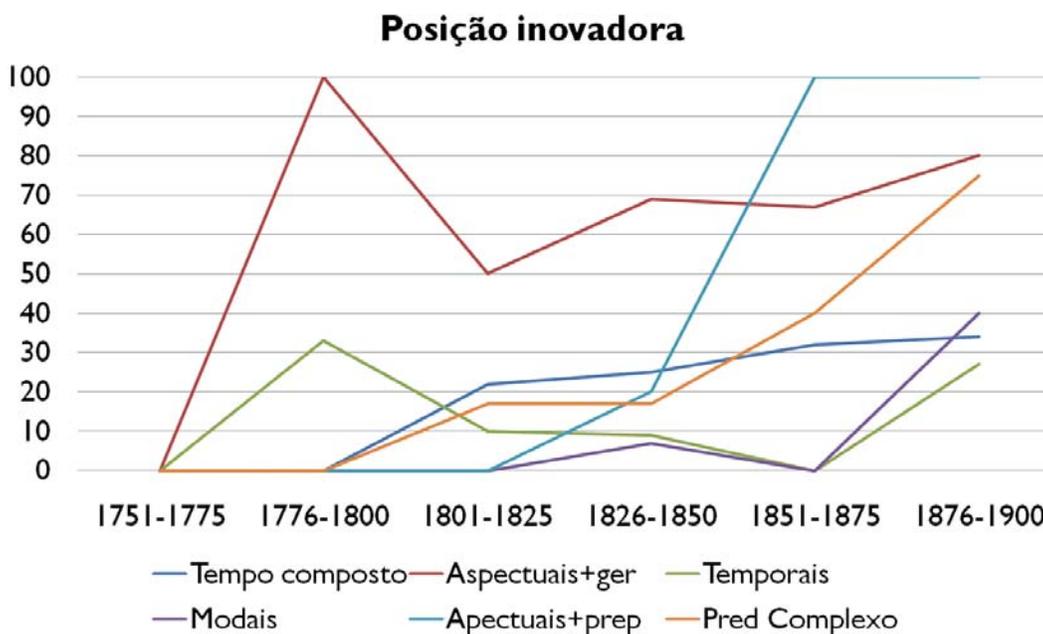
Além disso, é possível notar como a posição inovadora, apesar de aparecer em baixa porcentagem nos primeiros períodos (a não ser para o caso dos aspectuais, que, no entanto, apresentam poucos dados para cada período), aparece em porcentagem mais alta no último período, para todos os tipos de construções consideradas no gráfico. A subida de clítico, por outro lado, apesar de ser alta nos primeiros períodos, aparece em porcentagem mais baixa no último período para todos os tipos de construção, a não ser para o caso dos aspectuais seguidos de preposição (que, assim como os aspectuais seguidos de gerúndio, apresentam poucos dados para cada período). Observe o gráfico:

Gráfico 20: Resultados de subida de clítico por data de produção



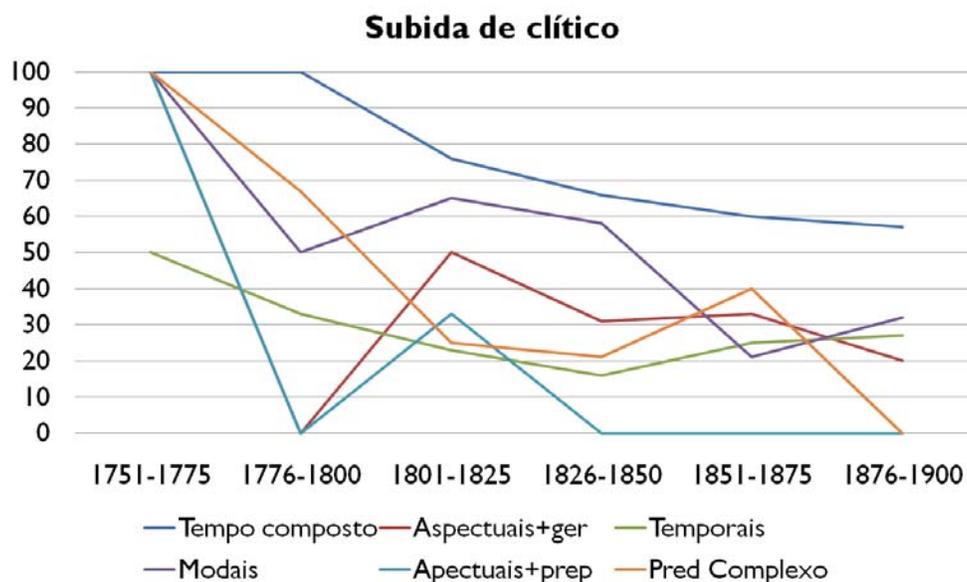
A considerar a data de nascimento, os resultados mostram que os clíticos ocorrem em próclise ao gerúndio e ao infinitivo (de construções temporais) no mesmo período, a partir de 1776. O primeiro caso dessa posição com o participípio se deu no período seguinte, assim como com o infinitivo das construções de predicado complexo:

Gráfico 21: Resultados de clítico em posição inovadora por data de nascimento



Assim como no caso de resultados por período de produção, os resultados por data de nascimento do autor apontam para o aumento na porcentagem de clíticos em posição inovadora, que é mais alta no último período (novamente, a não ser no caso dos aspectuais seguidos de gerúndio). É também possível observar como a subida de clítico foi diminuindo:

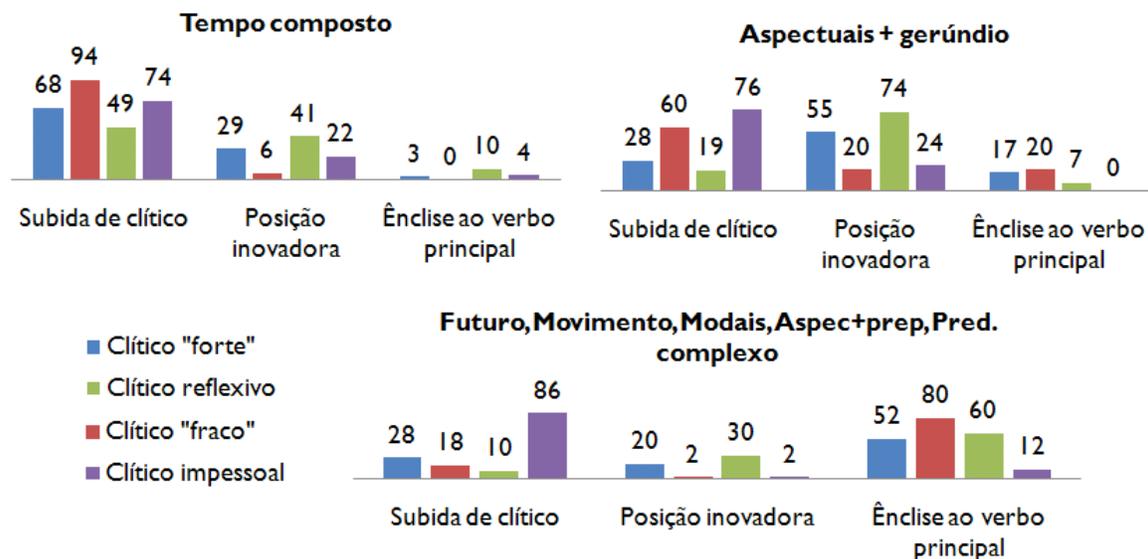
Gráfico 22: Resultados de subida de clítico por data de nascimento



Como podemos ver, é o tempo composto que apresenta maior porcentagem de subida de clítico em todos os períodos. Já quanto às outras construções, os resultados variam a depender do período. Apesar disso, e das diferenças apontadas sobre o surgimento de clítico em posição inovadora para cada construção, consideramos que todas, a não ser a passiva, fazem parte da mesma mudança.

Quanto aos resultados por tipo de clítico, pudemos observar que as construções não apresentam muitas diferenças entre si, a não ser no caso dos clíticos “fracos”. Observe os resultados agrupados:

Gráfico 23: Resultados por tipo de clítico



Para todos os tipos de construção, o clítico que apresenta as maiores porcentagens em posição inovadora é o clítico reflexivo (41% para o tempo composto, 74% para os aspectuais seguidos de gerúndio e 30% para as construções com verbo principal no infinitivo), seguido pelos clíticos “fortes” (29% para o tempo composto, 55% para os aspectuais seguidos de gerúndio e 20% para as construções com verbo principal no infinitivo). Já o clítico impessoal aparece sempre em maior porcentagem alçada, sendo, inclusive, o tipo de clítico mais alçado nas construções com verbo principal no infinitivo e nas aspectuais seguidas de gerúndio. No caso do tempo composto, só não é mais alçado que o clítico “fraco”. Este, por sua vez, aparece em maior porcentagem em ênclise ao verbo principal, no caso das construções com verbo principal no infinitivo. Estes resultados, como vimos, estão de acordo com a tendência de posicionamento de clíticos “fracos” que se observa no PB atual.

No entanto, como já foi apontado, diversos estudos indicam que o clítico acusativo de terceira pessoa não é adquirido no PB, e sim “aprendido” por instrução formal. Seria, então, este o caso dos usos de clítico de terceira pessoa encontrados no *corpus*? Adquiridos pela instrução formal, baseada numa gramática como a do PE (ou mesmo do PCI), na qual a subida é obrigatória, como se aprende sua forma de colocação? Ou, então, os casos em que o clítico de terceira pessoa aparece são casos produzidos por uma

gramática do PCI, que possui estes clíticos e na qual a subida de clítico é obrigatória? E seria possível explicar seu posicionamento pela sintaxe?

Galves (2001) aponta duas hipóteses para o posicionamento do clítico de terceira pessoa no PB: uma é que, considerando que os fenômenos periféricos “estão submetidos a versões reduzidas dos princípios lingüísticos” (p. 147), o clítico fraco poderia ser legitimado mesmo numa posição que não teria capacidade de o legitimar, se ele pertencesse à gramática nuclear; outra possibilidade é considerar os clíticos acusativos de terceira pessoa como “sintaticamente inertes, tendo um papel puramente ‘decorativo’” (idem). Segundo a autora, esta segunda possibilidade seria mais interessante porque atribui aos elementos periféricos um papel puramente lexical, não tendo relevância para a sintaxe. No entanto, diversos estudos (Duarte 1986, Corrêa 1991, Cyrino 1994, Cyrino e Lopes 2005, Casagrande 2006), mostram a relação que há, no PB atual, entre pronome foneticamente realizado e traço [+animado]. Ou seja, quando o clítico é usado, seu antecedente é do tipo que não é aquele preferencial do objeto nulo. Assim, parece que a realização fonológica do pronome é relevante, e o clítico talvez tenha algum papel em sintaxe, não sendo, meramente, um elemento “decorativo”.

Pensando, então, na primeira hipótese apontada por Galves (2001), juntamente com as observações que a autora faz sobre o clítico de terceira pessoa não possuir traços de pessoa³⁴, podemos pensar numa derivação partindo das análises de Roberts (2008) e Cyrino (2009) para o PB. No capítulo 3, discutimos a possibilidade de explicar a não-subida de clítico no PB a partir da análise de Roberts (2008), tanto para a cliticização quanto para a estrutura da frase, e adotando a idéia de que T, em PB, só tem traço de [número]. Os clíticos, tendo traços de [número] e [pessoa], não seriam um alvo apropriado para a sonda T (considerando, contrariamente a Roberts, 2008 que é T finito que incorpora o clítico, e não v_{aux}). O clítico acusativo de terceira pessoa, por outro lado, teria somente o traço de [número], sendo, portanto alvo apropriado para a sonda v_{aux} . No entanto, como vimos, tal

³⁴ Galves (2001, p. 171) propõe que o clítico acusativo de terceira pessoa no PB não são somente não-pessoa do discurso, (como vem sendo notado desde Benveniste, 1966), mas também é não-pessoa do ponto de vista gramatical, o que corresponde a não ter especificação para o traço de pessoa.

análise não se sustenta pela possibilidade de subida de clítico nas construções passivas no PB atual.

Além disso, na análise de Cyrino (2009), o clítico nunca vai estar disponível para ser alçado para o verbo mais alto, uma vez que o movimento de XP não se dá. Assim, parece que, para explicar a posição do clítico de terceira pessoa, seria preciso recorrer a uma regra pós-sintática, a não ser que se possa considerar que, no PB do século XIX, as perífrases de tempo composto ainda podiam sofrer o movimento de XP, estando em competição com a gramática que perdeu este movimento. Assim, poderíamos explicar não só a subida de clíticos de terceira pessoa nos tempos compostos, como também o número elevado que se tem de subida de clítico com os outros tipos de clíticos.

Quanto às construções com verbo principal no infinitivo, podemos notar que são os verbos de tempo futuro/movimento que apresentam menor porcentagem de subida de clítico e maior de clítico em posição inovadora, se comparados às outras construções seguidas de infinitivo, a saber, modais, predicados complexos e aspectuais seguidos de preposição. Os estudos sobre auxiliaridade sempre chamam a atenção para a diferença de comportamento entre *ir* do tempo futuro e os modais, uma vez que estes permitem negação do infinitivo independente do verbo regente, e relacionam tal fato com o grau de gramaticalização do verbo. O fato de as construções de tempo futuro apresentarem um padrão de colocação mais próximo do PB pode estar relacionado com este maior grau de gramaticalização.

Além disso, vimos que, nas construções com verbo principal no infinitivo, clítico “fraco” em ênclise ao verbo principal apresenta as maiores porcentagens. Esta posição seria favorecida pelas características morfológicas do clítico de terceira pessoa. Nunes (1996) analisa o clítico como tendo um *onset* nulo que precisa ser fonologicamente licenciado, como acontece em (157), caso em que o clítico se liga em ênclise ao verbo no infinitivo:

(157) Ver + *o* - < vê-lo

NUNES (1996:209), (4a)

É a partir da necessidade de licenciamento do *onset* do clítico e do fato da cliticização ser, no PB atual, da esquerda para a direita (mudança esta que teria se dado no

PCI, cuja direção era da direita para a esquerda, para o PB na virada do século XIX), que o autor explica o desaparecimento do clítico de terceira pessoa: como o clítico de terceira pessoa não teria seu *onset* licenciado, as crianças optaram por uma gramática sem esses clíticos. No caso do PB atual, Abaurre e Galves (1996) já apontam a ênclise ao infinitivo, seja de construções com dois verbos, seja nas construções infinitivas, como sendo a posição do clítico acusativo de terceira pessoa. Nos dados deste trabalho que apresentamos, os clíticos de terceira pessoa também aparecem em sua maioria em ênclise ao infinitivo, especialmente no caso dos modais. Assim, a preferência pela ênclise se daria pela possibilidade de o clítico acusativo de terceira pessoa ter seu *onset* realizado (mas se considerando, neste caso, que a mudança na direção de cliticização já havia ocorrido), o que explica também porque encontramos apenas dois casos de próclise desse tipo de clítico ao verbo principal dessas construções.

No caso das passivas, encontramos somente um caso ambíguo, que poderia ser de posição inovadora, e esse se deu no primeiro período. Como vimos no primeiro item, no PB atual esta construção apresenta as duas possibilidades. Tal fato pode indicar que a mudança ocorrida no PB que permite que o clítico esteja ligado ao verbo principal da construção passiva tenha sido uma mudança diferente e, provavelmente, ligada à estrutura do participio das construções passivas, como já apontamos no terceiro capítulo.

4.5 Resumo

Apresentei, neste capítulo, os resultados do levantamento de dados do século XIX à primeira metade do século XX para os casos de colocação pronominal em construções de tempo composto, aspectuais, temporais, modais, de predicado complexo e passiva.

Os resultados gerais, se observados por período de tempo de acordo com a data de nascimento do autor, indicam que a posição inovadora do PB – próclise ao verbo principal – surgiu no mesmo período para os aspectuais (+gerúndio) e temporais, seguidos pela construção de tempo composto e de predicado complexo. A construção do tempo composto é, além disso, aquela que mais permite subida de clítico. Isso provavelmente está

relacionado com o fato de, tanto no PCI, quanto no PE, a subida de clítico, nestas construções, ser obrigatória.

No PB atual, o clítico acusativo de terceira pessoa é adquirido por instrução formal (cf. Galves, 2001; Duarte, 1986; Corrêa 1991), mas, mesmo assim, parece apresentar uma tendência em sua colocação em grupos verbais – subida no caso do tempo composto e aspectuais seguidos de gerúndio, ênclise categórica nas construções cujo verbo principal está no infinitivo. Os dados do período considerado para este trabalho apresentam resultados que, de certa forma, estão de acordo com esse fato, já que a subida era menos freqüente nos casos de clíticos fracos quando o verbo principal está no infinitivo, mas mais freqüente no caso dos tempos compostos.

Os clíticos *se* impessoal/apassivador apresentam alta porcentagem de subida. Abaurre e Galves (1996) propõem que o fato de esse clítico aparecer ligado ao verbo principal na construção com o modal *poder* no PB atual pode ser resultado não de subida de clítico, mas de clítico sendo gerado junto ao verbo regente. Talvez as altas porcentagens do século XIX indiquem que, já neste século, o clítico *se* poderia ser gerado junto ao verbo regente, não só no caso dos modais, mas também de todas as outras construções.

No caso dos clíticos pronominais/reflexivos, a porcentagem de clítico não-alçados que é alta. Estes resultados confirmam a hipótese de Pagotto (1992) de que a mudança começou a atuar naqueles clíticos extremamente ligados ao verbo, como é o caso dos clíticos de verbos pronominais.

Além disso, foi possível verificar que a construção passiva apresentou somente um caso ambíguo e que poderia, então, talvez ser próclise ao verbo principal, sendo que esse caso apareceu no primeiro período (por data de produção), ou seja, antes de qualquer outra construção. No entanto, não encontramos mais nenhum dado de clítico não-alçado em construção passiva, o que nos leva a manter a proposta, feita no capítulo 3, de que a mudança que gera clítico ligado ao verbo principal da passiva é diferente da mudança que fez com que as outras construções perdessem a subida de clítico.

CONCLUSÃO

Com a análise dos resultados de cartas escritas do século XIX à primeira metade do século XX por brasileiros, apresentada no capítulo 4, foi possível preencher algumas lacunas que, como vimos na introdução e no primeiro capítulo, outros estudos diacrônicos sobre posição do clítico no PB deixaram abertas sobre a posição do clítico em perífrases verbais. No entanto, são poucos os dados de clítico em “grupos verbais” em alguns períodos considerados (principalmente os primeiros) ou para alguns tipos de construções (como as aspectuais, principalmente as seguidas de preposição). Mesmo assim, este trabalho contribuiu no sentido de indicar caminhos para estudos posteriores, que possam contar com um *corpus* mais extenso.

Mostramos que, a considerar a data de nascimento dos autores, as primeiras construções a apresentar subida de clítico são as aspectuais (+gerúndio) e as temporais, por autores nascidos entre 1776 e 1800. O primeiro caso de próclise ao verbo principal nas construções de tempo composto e formadoras de predicado complexo se deu no período (por nascimento) seguinte. Esse resultado está de acordo em partes com o que encontramos em Pagotto (1992), que propõe que a mudança teria se iniciado com o verbo principal no infinitivo, depois para o gerúndio e, por último, para o particípio. No entanto, os dados por data de nascimento são reduzidos, porque não tínhamos a informação de nascimento de uma considerável parte dos autores. Já por data de produção, todas as construções (a não ser de aspectuais seguidos de preposição) aparecem no mesmo período (a partir de 1826). Assim, não acreditamos que o intervalo de tempo de 25 anos (nos resultados por data de nascimento) seja suficiente para se dizer que foi uma mudança diferente que fez estas duas construções perderem a subida de clítico.

Já no caso da passiva, argumentamos que isso pode ser dito. Apesar de encontrarmos um caso ambíguo no *corpus*, este apareceu um período antes que as outras construções (por data de produção); durante todos os períodos seguintes não se encontrou, portanto, nenhum caso de clítico não-alçado na passiva. Além disso, como vimos, mesmo no PB atual, a subida de clítico ainda é possível com a construção passiva (e somente com ela, se considerarmos somente os dados de clíticos fortes). Assim, parece que

a possibilidade de o clítico não ser alçado nessa construção foi gerada a partir de uma mudança diferente daquela que levou à perda de subida de clítico com as outras construções.

Foi o que sugerimos no capítulo 3, ao observarmos os diferentes comportamentos que a construção passiva apresenta, se comparada a construção de *ter* + participio. Nesse capítulo também fizemos uma revisão e discussão sobre as possibilidades de se analisar o clítico e seu alçamento, especialmente no PB. Como vimos, Cyrino (2009) propõe que a perda de subida de clítico no PB está relacionada com a perda de movimento de XP, que teria se dado pela reanálise de T não-finito – proposta que explica a perda de subida de clítico no PB e da qual também se pode depreender a explicação para a subida de clítico com as passivas, mas que não dá conta dos dados de não-subida de clítico nas passivas.

No capítulo 2 fizemos uma revisão sobre os estudos sobre auxiliidade e como pode ser analisada sua estrutura. Um estudo mais detalhado sobre os verbos auxiliares era importante para que se pudesse determinar qual a melhor forma de agrupar, para a análise dos dados de posição do clítico, os diferentes verbos que formam “grupos verbais” (como vimos no primeiro capítulo, essa noção varia muito a depender do estudo, além de, muitas vezes, agrupar construções que apresentam diferentes possibilidades de subida de clítico). Além disso, o estudo era importante para que se pudesse pensar na estrutura que verbo auxiliar e principal formam e em que ela difere da estrutura formada por “semi-auxiliares” e por outros verbos que não são considerados auxiliares, mas, mesmo assim, permitem subida de clítico. Vimos que, apesar de estudos como Lunguinho (2010) e Gonçalves (2000) proporem que o verbo selecionado pelo auxiliar *ter* (da construção de tempo composto) não tem uma projeção de tempo (o que, inclusive, o diferenciaria de outros verbos “menos” auxiliares, como os modais), Giorgi & Pianesi (1996) e Julien (2001) propõem que pode haver, sim, T no participio dessas construções.

Quanto à passiva, mostramos que talvez não se possa dizer o mesmo, já que seu participio não traz nenhuma informação de tempo (entendido como relação entre momentos de evento, referência e enunciação, cf. Reichenbach, 1947). Assim, se a mudança que causou a perda de subida de clítico foi mesmo a reanálise de T não-finito, então se explica

porque a passiva não sofreu essa mudança. A possibilidade de não-alçamento do clítico nessas construções, no entanto, ainda precisa ser explicada; mas este é um estudo que está fora dos limites deste trabalho, uma vez que exigiria uma análise mais profunda da estrutura dos participios e das próprias construções passivas em si.

Também para estudos futuros está a relação entre a questão da auxiliaridade e o comportamento que os verbos que consideramos “auxiliares” no PB apresentam comparados aos mesmos verbos no PE. Como vimos, nem todos os testes aplicados ao PE podem ser aplicados ao PB. O que isso poderia revelar sobre a questão da auxiliaridade e sobre os auxiliares no PB *versus* os auxiliares do PE (e, possivelmente, de outras línguas românicas)? Se o T não-finito dessas construções não é transparente e, assim, não permite o movimento de XP, no PB, mas é transparente e permite tal movimento do PE, é interessante investigar o que essa diferença pode significar em termos da noção de auxiliaridade.

Assim, este trabalho contribuiu de forma a propor e apresentar uma análise mais detalhada sobre a posição do clítico em construções com (semi-)auxiliares e de predicado complexo no PB (a partir do século XIX até a segunda metade do século XX, considerando-se a data de produção do texto). A partir da observação de que a passiva apresenta diferentes possibilidades de colocação de clítico, se comparada às outras construções, foi proposto que aquela não teria sofrido a mesma mudança que essas outras construções sofreram e que resultou na perda de subida de clítico no PB a partir do século XIX. Além disso, reforçou-se, ainda, a importância da reanálise de T não-finito para tal mudança.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B.; GALVES, C. M. C. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. **Gramática do português falado, vol IV - Estudos descritivos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 267-312.
- ANDRADE, M. **Cartas a Manuel Bandeira**. Prefácio e notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. Sem data.
- DE ANDRADE, A. **A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX**. 328 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- AZEVEDO, A. **Cartas de Alvares de Azevedo**. São Paulo: Academia Paulista de Letras. 253p., il. (Biblioteca Academia Paulista de Letras; v.1). 1976
- BARBOSA, A.; LOPES, C. R. *et alii*. **Corpus diacrônico do Rio de Janeiro: cartas pessoais – séculos XVIII-XIX**. Rio de Janeiro, UFRJ/PIBIC-CNPq/ *Labor-Histórico*, 2003 (versão eletrônica)
- BARBOSA, J. B. **Tenho feito / Fiz a tese: uma proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português**. 280 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- BENUCCI, F. Temporal periphrasis and clitics in central Romance languages. **Catalan Working Papers In Linguistics**, Barcelona, v. 3, n. 1, p.51-83, 1993.
- BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- CARDINALETTI, A.; SHLONSKY U. Clitic Positions and Restructuring in Italian **Linguistic Inquiry**, v. 35, p. 519-557, 2004
- _____.; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of Three Classes of Pronouns. In: RIEMSDIJK, H. **Clitics in the Languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 145-233.
- CARNEIRO, Z. **Cartas Brasileiras (1809-1904) – um estudo linguístico-filológico**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005
- _____.; GALVES, C. **Variação e Gramática: Colocação de clíticos na história do português brasileiro**. Revista de Estudos Linguísticos, 2010.
- CASAGRANDE, S. A aquisição de clíticos acusativos e o objeto nulo no PB. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 341-370, jun./dez. 2006
- CASTILHO, C. M. M. de. **Processo de redobrimento sintático no português medieval: a formação das perífrases de estar + gerúndio e infinitivo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAVALCANTE, R. O objeto direto anafórico em textos da web. **Inventário** (UFBA), Salvador, v. 4, 2005.

CINQUE, G. **Restructuring and Functional Heads: the Cartography of Syntactic Structures**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **"Restructuring" and functional structure**. ms., University of Venice, 2000

_____. **Adverbs and Functional Heads: A Cross-linguistic Perspective**. New York: Oxford University Press, 1999

COLLINS, C. A smuggling approach to the passive in English. **Syntax** v. 8, n. 2, p. 81-120, August 2005.

COMRIE, B. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORRÊA, V. **O objeto nulo no português do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CORSO, Sofia K. **Verbos auxiliares no português brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COSTA, T.; GONÇALVES, A. (**Auxiliar a**) **Compreender os verbos auxiliares**. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

CYRINO, S. M. L. **On romance syntactic complex predicates: why Brazilian Portuguese is different**. ms. 2009a.

_____. **Investigando a sintaxe dos predicados complexos em português brasileiro**. ms, 2009b.

_____. **On the structure of compound tenses**. ms. 2009c.

_____. Observações Sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 163-184.

DECHAINED, R.; WILTSCHKO, M. Decomposing pronouns. **Linguistic Inquiry** v. 33, p.409-442, 2002.

DEMIRDACHE, H.; URIBE-ETXEBARRIA M. The Syntax of Time Arguments. **Lingua** v. 117, p.330-366, 2007.

_____. Scope and Anaphora with Time Arguments: The Case of ‘Perfect Modals’. **Lingua** v. 118 p.1790-1815, 2008

DUARTE, M. E. **Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

DUARTE, I S. Variação paramétrica e ordem dos clíticos. **Revista da Faculdade de Letras de Lisboa**, Lisboa, n. 50., p. 158-177, 1983.

_____.; MATOS, G.; GONÇALVES, A. Pronominal Clitics in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 113-141, 2005

FERREIRA, N. **Auxiliares: uma subclasse dos verbos de reestruturação.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **Les clitiques en portuguais du Brésil, note pour une étude.** Universidade de Genebra, 1990.

FREI, H. **La grammaire dès fautes.** Gauthner, Paris, 1928

GALVES, C. M. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I. **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 387-408.

_____.; TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. (2005) Syntax and Morphology in the Placement of Clitics. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 143-177, 2005.

_____.; C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M.C. (2006). Novas perspectivas para antigas questões: A periodização do português revisitada. In ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIEß, B. (Orgs) **Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr.** Tübingen: Calepinus Verlag, 2006

_____.; SANDALO, F. Clitic-placement in Modern and Classical European Portuguese. **MIT Working Papers in Linguistics**, Boston, v. 47, p. 115-128, 2004.

GIORGI, A.; PIANESI, F. **Tense and aspect: from semantics to morphosyntax.** New York: Oxford University, 1997.

GONÇALVES, A. Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In: COLAÇO, M. et al. **Quatro Estudos em Sintaxe do Português.** Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 7-50.

_____. Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do português europeu. **Actas do encontro comemorativo dos 25 anos**, 2002

HORNSTEIN, N. **As Time Goes By: Tense and Universal Grammar**, Bradford Books/MIT Press, 1990

JULIEN, M. The syntax of complex tenses. **The Linguistic Review** vol. 18, p. 125-167, 2001

KANTHACK, G. S. **Clíticos no Português Braileiro.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KAYNE, R. S. Romance Clitics, Verb Movement, and PRO. **Linguistic Inquiry**, v. 22. n. 4, p. 647-686, 1991

KOOPMAN, H. Licensing Heads. In: HORNSTEIN, N.; LIGHTFOOT, D. **Verb Movement.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 261-296.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. In **Language Variation and Change**. Cambridge University Press, 1989, p. 199-244.

_____. A. Morpho-syntactic variation. In BEALS, K. et al. (eds.), **Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation e Linguistic Theory**, vol. 2, 1994. p. 180-201.

_____. A. Syntactic change. In BALTIN, M. & COLLINS, C. (eds.). **The Handbook of Contemporary Syntactic Theory**, Oxford: Blackwell Publishers, 2001. p. 699-729.

LARSSON, I. **Participles in time: the development of the perfect tense in Swedish**. Göteborg, Acta Universitatis Gothoburgensis, 2009.

LIGHTFOOT, David. **The development of Language, Acquisition, Change and Evolution**, Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

LOBATO, L. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: Lobato, L. *et alii*. **Análises Lingüísticas**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.

LOBATO, L. Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais. **D.E.L.T.A.** 15(1), 1999. p. 113-141.

LOPES, A. L. A. **ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu (Séc. 16 a 19)**. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 2010.

LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition: The null object in Brazilian Portuguese. In: GEERTS, T.; JACOBS, T. (eds). **Romance Languages and Linguistic Theory**. Amsterdam: John Benjamins, 2005. P. 343-359.

LUNGUINHO, Marcus V S **A Ordem dos verbos Auxiliares: uma Análise em Termos de Traços**. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2005

LUNGUINHO, Marcus S **Verbos auxiliares e a teoria da gramática**. Relatório para exame de qualificação. ms. 2009.

MARTINS, A. M. **Clíticos na história do português**. Tese (Doutorado em Linguística). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

_____, A. M. A minimalist approach to clitic climbing. In: COSTA, J. (ed) **Portuguese syntax: New comparative studies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTINS, M. A. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MEDEIROS, A. B. **Traços Morfossintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática do Português: Um estudo das Formas Participiais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MENDES, L. **Clitics and V-movement in Brazilian Portuguese**, UCLA, 1993

NUNES, C. S. **Um estudo sociolingüístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In Kato, M. & I. Roberts (orgs.) **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica.** Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 207-222.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In Kato, M. & I. Roberts (orgs.) **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica.** Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 185-207.

_____. **A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p. 49-68, 1998.

PEREIRA A. L. D. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

POLLOCK, I. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, p. 365-424, 1989.

PONTES, E. **Verbos auxiliares do Português.** Petrópolis: Vozes, 1973

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax.** Dordrecht: Foris, 1982

ROBERTS, I. **Agreement and Head Movement: clitics, incorporation and defective goals.** ms. 2008.

ROBERTS, I. **Diachronic Syntax.** Oxford: Oxford University Press, 2007

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. (2001). *GoldVarb*: a multivariate analysis application for Windows. Department of Language and Linguistic Science, University of York. 2001. Disponível em: <http://courses.essex.ac.uk/lg/lg654/GoldVarb2001forPCmanual.htm>

RUMEU, M. C. B. **A implementação do ‘Voce’ no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um estudo de painel.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHMITT, C. Cross-Linguistic Variation And The Present Perfect: The Case Of Portuguese. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 19, n. 2, Springer Netherlands, p. 403-453, 2001.

SCHEI, A. **A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea.** São Paulo: Humanitas, 2003.

SIMÕES, J.; MÓDOLO, M.; ROMERO, N. **Edição das cartas paulistas da BNRJ – século XIX.** São Paulo: USP, 2006. 1 CD-ROM

SPORTICHE, Dominique. Clitic Constructions. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. **Phrase Structure and the Lexicon**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 213-276.

URIAGEREKA, J. Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. **Linguistic Inquiry**, v. 26, n. 1, p.79-123, 1995.

_____. An F Position in Western Romance. In: KISS, K. E. **Discourse Configurational Languages**. Oxford: Oxford University Press, p. 153-175. 1995 [1992].

WLODEK, M. O participio porutugês – formas e usos. **Romansk Forum** n. 18, p. 43-53, 2003.

ZWICKY, A. **On clitics**. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1977.